PROTOCOLO GERAL NUP 64045.013469/2020-27		ASSUNTO PR ELETR SRP Nº 023/2020 - 7º BEC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

SEÇÃO DE AQUISIÇÃO, LICITAÇÕES E CONTRATOS - SALC

VOLUME I

INTERESSADO: Seção de Controle/CEEM

MODALIDADE: Pregão Eletrônico SRP

OBJETO DA LICITAÇÃO: Abertura de processo de contratação de serviço, modalidade Pregão Eletrônico SRP, tendo como o registro de preços para eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte fluvial e aéreo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Pregoeiro Designado: 1º Sgt Albuquerque, designado na letra "a", do nº 2, da 3ª Parte, do Boletim Interno nº 241, de 24 de dezembro de 2019.

ANEXOS: Todas as documentações constantes no índice deste processo.

MOVIMENTO DO PROCESSO

DESTINO	DATA			DESTINO	DATA		
1.				4.			
2.				5.			
3.				6.			



LISTAS DE VERIFICAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS (SALVO DE ENGENHARIA E DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO)

Obs.1: Na coluna "ESTADO" preencher apenas com as letras "S", "N", "N.A.", sendo:
S – SIM
N – NÃO
N.A.– NÃO SE APLICA

Obs.2: Na utilização da presente lista deverão ser analisadas e verificadas as consequências para cada negativa, se pode ser suprida por justificativas ou enquadramentos específicos ou se deve haver complementação da instrução.

Obs. 3: O agente que vier a utilizar esta lista deverá remover as seções que não se aplicarem ao caso.

VERIFICAÇÃO COMUM A TODAS AS CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS COMUNS Obs: essa lista refere-se a serviços comuns, excluindo-se contratação de solução de TI e serviços de engenharia	ESTADO S/N/ N.A.
1. Houve abertura de processo administrativo devidamente autuado e numerado, quando processo físico, ou registrado quando processo eletrônico, nos termos da ON-AGU nº 2/2009? Obs.: Dispõe a ON-AGU 2/2009: "*os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento.*"	S
2. Consta o documento de formalização da demanda, elaborado pelo setor requisitante do serviço, nos termos do modelo do Anexo II, IN SEGES 05/2017?	S
2.1. A contratação NÃO incide nas hipóteses vedadas pelo art. 9º da IN SEGES 05/2017?	S
2.2 Há manifestação sobre a observância do alinhamento com o Plano Estratégico do órgão ou entidade, quando houver? (art. 1º, inc. III, IN SEGES 05/2017)	N.A.
2.3. Da solicitação/requisição constam os itens do inciso I do art. 21 da IN/SEGES 5/2017?	S
2.4. O objeto requisitado está contemplado no Plano Anual de Contratações, de acordo com a IN SEGES nº 1/2019?	N.A.
3. Foi instituída Equipe de Planejamento da Contratação pela autoridade competente do setor de licitação? (art. 21, inc. III, IN/SEGES 5/2017)	S
4. Foi elaborado e juntado ao processo os Estudos Preliminares, conforme as diretrizes constantes da IN SEGES/MP nº 40/2020? (art. 20, art. 24 da IN SEGES/MP nº 5/2017 e IN SEGES/ME nº 40/2020) Obs.1: O art. 8º, I da IN SEGES/ME nº 40/2020 estabelece que é facultada a	S

elaboração dos Estudos Preliminares nas hipóteses dos incisos I, II, III, IV e XI do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Com o advento da Medida Provisória nº 961, de 2020, o limite do art. 24, I e II passou para R$50.000,00 para aquisições e serviços em geral e R$100.000,00 para serviços de engenharia e obras. Obs.2: Nas contratações que utilizam especificações padronizadas estabelecidos nos Cadernos de Logística divulgados pela Secretaria de Gestão, poderão ser produzidos somente os elementos que não forem estabelecidos como padrão (art. 7º, §3º da IN SEGES/ME nº 40/2020)	
4.1. Os estudos desenvolvidos atenderam a todas as exigências do art. 7º da IN SEGES 40/2020?	S
4.2. A não previsão, nos estudos preliminares, de qualquer dos conteúdos do art. 7º da IN SEGES/ME nº 40/2020 foi devidamente justificada no próprio documento? (art. 7º, §2º, da IN SEGES/ME nº 40/2020)	N.A.
5. Foi elaborado e junto aos autos o Mapa de Riscos previsto no art. 26, §1º, incisos I e II, de acordo com o modelo do anexo IV da IN/SEGES 5/2017? (arts. 20 e 26 da IN/SEGES 5/2017) Obs.: O §2º do artigo 20 da IN 05/2017 estabelece que ficam dispensadas da elaboração do mapa de riscos, na fase de planejamento da contratação, as contratações de serviços cujos valores se enquadrem nos limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993. Com o advento da Medida Provisória nº 961, de 2020, esse limite, para os fins do art. 20, §2º da IN 5/2017, passou para R$50.000,00 para serviços em geral e R$100.000,00 para serviços de engenharia.	S
5.1. O mapa confeccionado atende às exigências do art. 25 da IN/SEGES 5/2017?	S
5.2. No caso de serviços **com regime de dedicação exclusiva de mão de obra** foi contemplado, no mapa de riscos, o risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS da contratada? (art. 18, §1º, IN/SEGES 5/2017)	N.A.
5.2.1. Optou-se por uma das formas de controle interno previstas no §1º do art. 18 da IN/SEGES 5/2017 (conta-depósito vinculada ou pagamento pelo fato gerador)?	N
5.2.2. Justificou a opção na forma do §2º do mesmo artigo 18?	N
6. O Termo de Referência ou Projeto Básico elaborado pelo setor requisitante baseou-se nos Estudos Técnicos Preliminares, Gerenciamento de Riscos e Diretrizes constantes do Anexo V, da IN 5/2017? (art. 3º, XI do Decreto 10.024/19, art. 27 e 28, §2º, IN/SEGES 05/2017)	S
6.1. Foram utilizados os modelos de minutas padronizadas de Termo de Referência da Advocacia-Geral da União, observadas as diretrizes dispostas no Anexo V da IN/SEGES 05/2017?	S
6.1.1. Foram justificadas e destacadas visualmente, no processo, eventuais alterações ou não utilização do modelo de termo de referência da AGU?	S
7. Foram observadas as orientações dos Cadernos de Logística expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, no que couber? (art. 29, IN/SEGES 05/2017)	S
8. Houve consulta ao "Guia Nacional de Licitações Sustentáveis", da CGU/AGU, com manifestação sobre práticas e/ou critérios de sustentabilidade economicamente viáveis adotados na contratação? (IN SLTI/MP nº 1/2010, art. 5º)	S
9. Consta a aprovação do termo de referência ou do projeto básico pela autoridade competente? (art. 14, II, do Decreto 10.024/19; art. 7º, §2º, I da Lei 8.666/93)	S
10. Constam estimativas detalhadas dos preços, com ampla pesquisa de mercado	S

nos termos da Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014 (art. 3º, III, da Lei nº 10.520/02, art. 3º, XI, "a", "2" do Decreto 10.024/19 e arts. 15, III, 43, IV da Lei nº 8.666/93, art. 7º, inc. V e VI da IN SEGES/ME nº 40/2020, e art. 30, inc. X, da IN/SEGES nº 5/2017)?	
10.1 Consta manifestação da área técnica com análise dos preços obtidos na pesquisa (art. 2º, §§ 1º a 6º da IN 5, de 2014)?	S
10.2 No caso de **serviços com dedicação exclusiva de mão de obra**, consta planilha de formação de preços nos termos do subitem 2.9, "b" do Anexo V da IN SEGES/MP nº 5/2017?	N.A.
11. Tratando-se de atividade de custeio, foi observado o art. 3º do Decreto 10.193 c/ c art. 3º da Portaria MP nº 249/2012?	S
12. Consta indicação do recurso orçamentário próprio para a despesa e da respectiva rubrica, caso não seja SRP? (art. 8º, IV, do Decreto 10.024/19 e arts. 7º, § 2º, III, 14 e 38, caput, da Lei 8.666/93)	S
12.1. Se for o caso, consta a estimativa do impacto orçamentário financeiro da despesa prevista no art. 16, inc. I da LC 101/2000 e a declaração prevista no art. 16, II do mesmo diploma na hipótese da despesa incidir no caput do art. 16? (ON/AGU 52/2014) Obs. 1: ON AGU 52: *"As despesas ordinárias e rotineiras da administração, já previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, dispensam as exigências previstas nos incisos I e II do art. 16 da Lei Complementar 101, de 2000."*	S
13. Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos contratuais da Advocacia-Geral União? (Art. 34 da IN SEGES/MP nº 5/2017).	S
13.1. Eventuais alterações nos modelos ou sua não utilização foram devidamente justificadas no processo?	S

LISTA DE VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA CONTRATAÇÃO PRECEDIDA DE LICITAÇÃO	ESTADO S/N/N.A.
14. Houve justificativa do enquadramento ou não do objeto como sendo serviço comum? (ON AGU nº 54/2014) ON AGU nº 54/2014: Compete ao agente ou setor técnico da Administração declarar que o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia, sendo atribuição do órgão jurídico analisar o devido enquadramento da modalidade licitatória aplicável.	S
14.1 Sendo enquadrado o objeto como serviço comum, foi adotado o pregão? (art. 1º da Lei 10.520/02; art. 1º do Decreto 10.024/2019)	S
15. Sendo adotado o pregão, a autoridade competente designou o pregoeiro e a respectiva equipe de apoio? (art. 3º, IV, §§1º e 2º da Lei 10.520/02, art. 8º, VI do Decreto 10.024/19)	S
15.1. No caso de realizada a licitação por pregão presencial, consta a justificativa válida quanto à inviabilidade de utilizar-se o formato eletrônico? (art. 1º, §4º do Decreto 10.024/2019)	N.A.
16. Sendo adotada modalidade de licitação diversa do pregão, consta designação da Comissão de Licitação? (art. 38, III, da Lei 8.666/93)	N.A.
17. Há autorização da autoridade competente permitindo o início do procedimento licitatório? (art. 38, caput, da Lei 8.666/93 e art. 8º, V do Decreto nº 10.024/19)	S
18. Há minuta de edital? (art. 4º, III, da Lei 10.520/02, art. 8º, VII do Decreto nº	S

DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl. 04

10.024/19 e art. 40 da Lei 8.666/93)	
18.1. Foram utilizados os modelos padronizados de instrumentos convocatórios da Advocacia-Geral União? (Art. 34 da IN SEGES/MP nº 5/2017).	S
18.1.1. Eventuais alterações nos modelos ou a não utilização, foram devidamente justificadas no processo?	S
18.2. A minuta de contrato ou de instrumento assemelhado constitui anexo à minuta do edital? (art. 40, §2º, III, da Lei 8.666/93) Obs. 1: se a Administração Pública desejar substituir o contrato por outros instrumentos hábeis na forma do art. 62 da Lei 8.666/93, deverá justificar a decisão.	S
18.3. Tratando-se de modalidade diversa do pregão, o orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários está anexo ao edital? (art. 40 , §2º, II, da Lei 8.666/93)	N.A.
19. Os responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos foram devidamente identificados no processo? (art. 21, VI, da IN CONJUNTA MP/CGU 01/2016)	S

VERIFICAÇÃO <u>ESPECÍFICA PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS</u>	ESTADO S / N / N.A.
20. Autoridade competente justificou a utilização do SRP com base em alguma das hipóteses previstas no artigo 3º do Decreto 7.892/2013?	S
21. Foi realizado procedimento de Intenção de Registro de Preços – IRP, visando o registro e a divulgação dos itens a serem licitados? (art. 4º e 5º, I, do Decreto 7.892/13)	S
21.1. No caso de dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços – IRP, há justificativa do órgão gerenciador? (art. 4º, §1º, do Decreto 7.892/13)	S
21.2. Foram adotadas pelo órgão gerenciador as medidas do §3º do art. 4º do Decreto 7.892/2013?	S
22. No caso de existir órgãos ou entidades participantes, o órgão gerenciador consolidou as informações relativas à estimativa individual e total de consumo? (art. 5º, II, do Decreto 7.892/13)	N.A.
23. Foram consolidados os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes, inclusive nas hipóteses previstas nos §§ 2º e 3º do art. 6º do Decreto 7.892/13? (art. 5º, IV, do Decreto 7.892/13)	N.A.
24. O órgão gerenciador confirmou junto aos órgãos ou entidades participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência? (art. 5º, V, do Decreto 7.892/13)	N.A.
25. Foi utilizado o modelo padronizado de ata de registro de preços da Advocacia-Geral da União? (Enunciado nº 6 do Manual de Boas Práticas Consultivas)	S
25.1. Eventuais alterações no modelo ou sua não utilização foram devidamente justificadas no processo?	S
26. O Edital permite a adesão a não participantes? (Art. 22 do Decreto nº 7.892/13)	S
26.1 Houve justificativa para a permissão de futura adesão de interessados não-participantes? (Acórdão nº 757/2015 – Plenário do TCU)	S
26.2 Havendo possibilidade de adesão, há previsão de quantitativos para máximos por adesão e totais, nos termos do art. 22, §§ 3º, 4º e 4º-A do Decreto nº 7.892/13?	S
27. A licitação adota o critério de adjudicação por item?	S
27.1 Caso utilizado critério de adjudicação por preço global de grupo de itens, foi	S

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl. 05

apresentada justificativa? Atentar para a recomendação do TCU, emanada no acórdão 2037/2019-Plenário, nos seguinte termos: 9.6. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo desta Corte que, em reforço ao constante do item 9.3 do Acórdão 757/2015-Plenário, oriente suas unidades sobre a necessidade de sempre avaliar os seguintes aspectos em processos envolvendo pregões para registro de preços: [...] 9.6.3. obrigatoriedade da adjudicação por item como regra geral, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes e a seleção das propostas mais vantajosas, sendo a adjudicação por preço global medida excepcional que precisa ser devidamente justificada, além de incompatível com a aquisição futura por itens - arts. 3º, § 1º, inciso I, 15, inciso IV, e 23, §§ 1º e 2º, da Lei 8.666/1993, e Acórdãos 529, 1.592, 1.913, 2.695 e 2.796/2013, todos do Plenário.	

VERIFICAÇÃO ESPECÍFICA PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO	ESTADO S / N / N.A.
OBS: Nos termos da Orientação Normativa AGU nº 46, de 26/02/2014, a manifestação jurídica nas contratações diretas pelo pequeno valor (fundadas no art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93) é dispensável quando inexistir dúvida jurídica e forem usadas minutas padronizadas (como as minutas da AGU). Tal orientação se aplica, inclusive, se a contratação for fundada nos patamares de preço trazidos pela Medida Provisória nº 961, de 2020, de [redacted] para Obras e Serviços de Engenharia e de [redacted] para Compras e Serviços em geral.	N.A.
28. Houve justificativa do enquadramento ou não do objeto dentro das hipóteses do art. 24 da Lei nº 8.666/93 ou de legislação específica pertinente, com indicação expressa do fundamento legal utilizado? OBS 1: Caso se trate de dispensa em razão do valor (Art. 24, incisos I e II), atentar para os novos patamares previstos na medida provisória nº 961, de 6 de maio de 2020 [redacted] enquanto perdurar o estado de calamidade reconhecido pelo decreto legislativo nº 6, de 2020. OBS 2: Orientação Normativa AGU n. 12, de 01/04/2009: Não se dispensa licitação, com fundamento nos incs. V e VII do art. 24 da lei nº 8.666, de 1993, caso a licitação fracassada ou deserta tenha sido realizada na modalidade convite. OBS 3: Orientação Normativa n. 13, de 01/04/2009: empresa pública ou sociedade de economia mista que exerça atividade econômica não se enquadra como órgão ou entidade que integra a administração pública, para os fins de dispensa de licitação com fundamento no inc. VIII do art. 24 da lei nº 8.666, de 1993. OBS 4: Orientação Normativa n. 14, de 01/04/2009: Os contratos firmados com as fundações de apoio com base na dispensa de licitação prevista no inc. XIII do art. 24 da lei nº 8.666, de 1993, devem estar diretamente vinculados a projetos com definição clara do objeto e com prazo determinado, sendo vedadas a subcontratação; a contratação de serviços contínuos ou de manutenção; e a contratação de serviços destinados a atender as necessidades permanentes da instituição.	N.A.
28.1. Nas hipóteses do art. 24, incisos IV e XXXV, houve demonstração da caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à	N.A.

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fl. 06

segurança pública que justifique a dispensa, conforme o caso, nos termos do art. 26, parágrafo único, inciso I da Lei nº 8.666/93?	
29. Constam dos autos as razões para escolha do executante a ser contratado?	N.A.
30. Consta dos autos prova: a) de regularidade fiscal federal; b) de regularidade com a Seguridade Social; c) de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; d) de regularidade trabalhista; e) declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7o da Constituição Federal; e f) ausência de penalidade que vede a contratação com o órgão (artigo 27 e seguintes da Lei 8.666/1993)? OBS: A consulta deve ser feita nos seguintes endereços: a) SICAF; b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php). d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS); OBS 2: Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)	N.A.
31. Foi juntada aos autos consulta ao CADIN? (art. 6º, III da Lei nº 10.522/02) OBS: Atente-se que o cadastro do CADIN é meramente informativo, de modo que a existência de pendências não impede a contratação.	N.A.
32. Houve o reconhecimento da dispensa de licitação e a sua ratificação, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.666/93, com a publicação do respectivo extrato, no prazo de 5 (cinco) dias? OBS: Registre-se que a Orientação Normativa AGU n. 33, de 13/12/2011, dispensa a publicação do extrato contratual caso seja publicado o ato de autorização/ratificação da contratação direta. OBS 2: Nos termos da Orientação Normativa AGU n. 34, de 13/12/2011, as contratações diretas fundadas no art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 dispensam inclusive a publicação do ato que autoriza/ratifica a contratação direta, sem prejuízo de outros meios de publicidade do ato. Atente-se, outrossim, que, enquanto estiver eficaz a MPV nº 961/2020, o patamar de dispensa do art. 24, I e II é de R$100.000,00 para obras e serviços de Engenharia e [redacted] para compras e serviços em geral.	N.A.

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

Processo Administrativo nº 64045.013469/2020-27

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte fluvial e aéreo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

DOCUMENTO	PÁGINA
Lista de Verificação	01 - 06
Índice	07
Termo de Abertura – Autuação	08
Documento de Formalização da Demanda	09
Parte Requisitiva nº 02/2020 – 4ª Seção	10
Plano Anual de Contratações (PAC)	11 - 16
BI de Nomeação de Equipe de Planejamento da Contratação	17 - 18
Estudos Preliminares e Gerenciamento de Riscos (documentos complementares)	19 - 64
Termo de Referência nº 02/2020 – 4ª Seção – 7º BEC	65 - 102
Consulta CATSER	103 - 104
Aprovação do Termo de Referência pelo Ordenador de Despesas	105 - 106
Relatório de Pesquisa de Preços nº 01/2020 – 4ª Seção	107 - 117
Pesquisa(s) de Preços	118 - 151
Declaração de Adequação Orçamentária	152
BI de Nomeação do Pregoeiro e Equipe de Apoio ao Pregoeiro	153 - 154
Publicação em BI da Abertura do Processo Administrativo	155
Portaria nº 858, de 12 de junho de 2019 (Nomeação de Comandante de OM)	156 - 157
D.O.U nº 115, de 17 de junho de 2019 (Portaria nº 858, de 12 de junho de 2019)	158
BI Nr 239, de 20/12/2019, do 7º BEC (Rol dos Responsáveis)	159 - 160
IRP – Intenção de Registro de Preços	161
Parecer do Ordenador de Despesas	162 - 163
Justificativa para a Permissão de Futura Adesão de Interessados Não-Participantes	164
Minuta do Edital e seus anexos	165 - 190
Termo de Encerramento de Volume (Vol. I)	191
Termo de Abertura de Volume (Vol. II)	192
Minuta do Edital e seus anexos (continuação)	193 - 282
Ofício nº 74 – SALC/7 BEC	283 - 284
Msg SIAFI nº 20200496374, de 10 Ago 20, do 7º BEC (Abertura de IRP – 12ª ICFEx)	285 - 286
Parecer n. 00197/2020/FAS/CJU-AC/CGU/AGU	287 - 321
DIEx nº 2357 – SALC/7 BEC	322
Certidão de Saneabilidade (Setor Requisitante)	323 - 329
Estudo Técnico Preliminar – Ata de Registro de Preços	330 - 363
Termo de Encerramento de Volume (Vol. II)	364
Termo de Abertura de Volume (Vol. III)	365
Termo de Referência nº 02/2020 – 4ª Seção – 7º BEC (retificado)	366 - 401
Certidão de Saneabilidade (Ordenador de Despesas)	402 - 408
DIEx nº 343–AAAJurd/2º Gpt E	409 - 414
Visualização Prévia da Matéria para Publicação no D.O.U	415
Consulta Aviso de Licitação – SIDEC	416 - 417
D.O.U. nº 163, de 25/08/2020 – Seção 3	418 - 419
Edital e anexos	420 - 532
Impugnação ao Edital	533 - 548
DIEx nº 2543 – SALC/7 BEC	549
DIEx nº 79 – S4/7 BEC	550 - 553
Registro do Pedido de Impugnação no Sistema Compras Governamentais	554
Registro da Resposta ao Pedido de Impugnação no Sistema Compras Governamentais	555
Proposta(s) de Preços	556 - 564
Termo de Encerramento de Volume (Vol. III)	565
Termo de Abertura de Volume (Vol. IV)	566
Proposta(s) de Preços	567 - 574
SICAF, Certidão Consolidada do TCU e CNJ	575 - 600
Documentação de Habilitação	601 - 731
DIEx nº 2602 – SALC/7 BEC	732
DIEx nº 80 – S4/7 BEC	733
Esclarecimentos e Requerimentos Emergenciais Rio Branco Aerotáxi Ltda	734 - 739
Intenção de Recurso e Recurso Administrativo E M T Construtora Ltda	740 - 741
Intenção de Recurso e Recurso Administrativo HP Logística e Navegação Multimodal Ltda	742 - 743
Contrarrazão de Recurso Administrativo Valdemar R Moura – ME	744
Contrarrazão de Recurso Administrativo Yaco Navegações e Transporte EIRELI	745
Análise de Recurso Administrativo e Contrarrazão com Decisão do Pregoeiro e OD	746 - 750
Registro da Decisão do Pregoeiro no Sistema Compras Governamentais	751 - 752
Registro da Decisão da Autoridade Competente no Sistema Compras Governamentais	753
Declaração ME/EPP/Cooperativa obtidos no Sistema Compras Governamentais	754 - 755
Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018	756 - 763
Termo de Encerramento de Volume (Vol. IV)	764
Termo de Abertura de Volume (Vol. V)	765
Ofício nº 98 – SALC/7 BEC e anexos	766 - 768
Relatório Técnico nº 002/2020 – 4ª Seção / 7º BEC	769 - 790
Relatório Técnico nº 003/2020 – 4ª Seção / 7º BEC	791 - 794
Relatório Técnico nº 004/2020 – 4ª Seção / 7º BEC	795 - 798
Visualização Prévia da Matéria para Publicação no D.O.U	799
Consulta Evento SIDEC – Resultado de Julgamento	800 - 801
D.O.U. nº 186, de 28/09/2020 – Seção 3	802 - 803
BI Nr 185, de 25/09/2020 – Resultado da Homologação	804 - 805
DIEx nº 2806 – SALC/7 BEC – Circular	806 - 808
DIEx nº 2836 – SALC/7 BEC	809 - 810
Ofício nº 101 – SALC/7 BEC	811 - 812
Ofício nº 102 – SALC/7 BEC	813 - 814
Ofício nº 103 – SALC/7 BEC	815 - 816
Ata(s) de Registro de Preços	817 - 832
Consulta Ata – SISRP	833
Termo de Contrato nº 98/2020 – 7º BEC – Valdemar R Moura – ME	834 - 838

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fls. 27

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

ASSUNTO: Processo Administrativo – Pregão Eletrônico SRP nº 023/2020 – 7º BEC

REFERÊNCIA: Termo de Referência nº 02/2020 – 4ª Seção – 7º BEC, de 21 de julho de 2020.

AMPARO LEGAL: art. 1º, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

TERMO DE ABERTURA – AUTUAÇÃO

Aos vinte e nove dias do mês de julho de 2020, nesta cidade de Rio Branco, no Estado do Acre, no 7º Batalhão de Engenhara de Construção, faço a abertura do Processo Administrativo nº 64045.013469/2020-27, referente ao processo de licitação para a eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte fluvial e aéreo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, autuando a requisição e os demais documentos a ele anexados que me foram encaminhados pelo OD do 7º BEC, do que, para constar, lavro o presente termo.

Cláudio A. da Silva

CLÁUDIO ALBUQUERQUE DA SILVA – 1º Sgt
Auxiliar da SALC do 7º BEC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

Fl. 09

ANEXO II
DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Órgão: 7º Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC)	
Setor Requisitante (Unidade/Setor/Depto): 4ª Seção	
Responsável pela Demanda: Major Mayk	**Matrícula/SIAPE/PREC-CP:** [redacted]
E-mail: [redacted]	**Telefone:** [redacted]

1. Justificativa da necessidade da contratação de serviço terceirizado, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso.
O 7º BEC recebeu demanda do 2º Grupamento de Engenharia (2º Gpt E) ora denominado Escalão Superior, com vistas a executar os trabalhos de manutenção e recuperação da pista de pouso de Santa Rosa do Purus/ AC, com o intuito de melhor acolher os militares e seus dependentes que prestam serviços naquele Destacamento de Fronteira.
2. Quantidade de serviço a ser contratada
Conforme previsto no subitem 1.1. do Termo de Referência nº 002/2020 – 4ª Seção, de 21 Jul 20.
3. Previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços
Previsão de início da prestação para outubro de 2020.
4. Indicação do membro da equipe de planejamento e se necessário o responsável pela fiscalização

Nome SIAPE	Nome SIAPE
Mayk Nelsolyne Costa dos Santos – Maj PREC-CP nº [redacted]	Anderson Luiz Ribeiro Moraes – 1º Ten [redacted]

[redacted], AC, 29 de julho de 2020.

MAYK NELSOLYNE COSTA DOS SANTOS – MAJ
Chefe da 4ª Seção do 7º BEC
(Responsável pela Formalização da Demanda)

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fl 10

Parte Requisitiva nº 02/2020 4ª Seção

Rio Branco, AC, 22 de julho de 2020
Do Chefe da Seção de Controle/ CEEM – 7º BEC
Ao Chefe da 4ª Seção
Assunto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte fluvial e aéreo.
Anexo: Termo de Referência nº 02/2020 4ª Seção; Pesquisa de preços nº 02/2020

Nos termos contidos no Art 13 das IG 12-02, aprovadas pela Port Min Nº 305, de 22 Maio 95, solicito-vos providências no sentido de aprovar o Termo de Referência em anexo, a fim de atender as necessidades deste Batalhão.

FERNANDO JERONIMO DO NASCIMENTO – 2º TEN
Chefe da Seção de Controle/ CEEM – 7º BEC

DESPACHO DO S4	**DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESA**
1. O referido serviço necessita ser adquirido. 2. Lei 8.666/93, empregar os recursos oriundos da União referente quaisquer outros descentralizados pelo DEC.	1. Autorizo a contratação de serviços e determino a abertura de processo licitatório, se for o caso. 2. O oficial encarregado do setor de aquisições adote os procedimentos cabíveis de acordo com as normas em vigor; 3. Publique-se em Boletim Interno.
Em 22/07/2020	Em 22/07/2020
Mayk Nelsolyne Costa Dos Santos – **Maj** Chefe da 4ª Seção	Milton **Augusto Maciel** de Sousa – Ten Cel Ordenador de Despesas do 7º BEC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
12ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Estb Rg Fin 12ª RM/1969)

DIEx nº [redacted] CIRCULAR
EB: [redacted]

Manaus, AM, 29 de julho de 2020.

Do Chefe da 12ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército
Ao Sr Ordenador de Despesas da 16ª Brigada de Infantaria de Selva, Ordenador de Despesas da 17ª Base Logística, Ordenador de Despesas da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, Ordenador de Despesas da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, Ordenador de Despesas da 21ª Companhia de Engenharia de Construção, Ordenador de Despesas da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, Ordenador de Despesas da Comissão Regional de Obras da 12ª RM, Ordenador de Despesas do 12º Batalhão de Suprimento, Ordenador de Despesas do 1º Batalhão de Infantaria de Selva, Ordenador de Despesas do 2º Grupamento de Engenharia, Ordenador de Despesas do 3º Batalhão de Infantaria de Selva, Ordenador de Despesas do 4º Batalhão de Aviação do Exército, Ordenador de Despesas do 4º Batalhão de Infantaria de Selva, Ordenador de Despesas do 4º Centro de Geoinformação, Ordenador de Despesas do 54º Batalhão de Infantaria de Selva, Ordenador de Despesas do 5º Batalhão de Engenharia de Construção, Ordenador de Despesas do 61º Batalhão de Infantaria de Selva, Ordenador de Despesas do 6º Batalhão de Engenharia de Construção, Ordenador de Despesas do 6º Batalhão de Infantaria de Selva, Ordenador de Despesas do 7º Batalhão de Engenharia de Construção, Ordenador de Despesas do 7º Batalhão de Infantaria de Selva, Ordenador de Despesas do 8º Batalhão de Infantaria de Selva, Ordenador de Despesas do Centro de Embarcações do Comando Militar da Amazônia, Ordenador de Despesas do Centro de Instrução de Guerra na Selva, Ordenador de Despesas do Colégio Militar de Manaus, Ordenador de Despesas do Comando Militar da Amazônia, Ordenador de Despesas do Comando da 12ª Região Militar, Ordenador de Despesas do Hospital Militar de Área de Manaus, Ordenador de Despesas do Hospital de Guarnição de Porto Velho, Ordenador de Despesas do Hospital de Guarnição de São Gabriel da Cachoeira, Ordenador de Despesas do Hospital de Guarnição de Tabatinga, Ordenador de Despesas do Parque Regional de Manutenção da 12ª Região Militar
Assunto: Sistema de Planejamento e Contratações
Anexos: 1) DIEx_nº_466_ASSE2_SSEF_SEF__CIRCULAR_de_26_NOV_18; e

2) DIEx nº 503-ASSE2/SSEF/SEF, de 27 JUL 20.

1. Sobre o assunto e no intuito de cumprir a determinação do Sr Subsecretário de Economia e Finanças, encaminho o DIEx nº 503-ASSE2/SSEF/SEF, de 27 JUL 20.

2. Em linhas gerais, a Secretaria de Economia e Finanças ratificou as orientações já

exaradas, especialmente por intermédio do DIEx nº 466-ASSE2/SSEF/SEF - CIRCULAR de 26 NOV 18, Anexo, para que não sejam efetuados lançamentos no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (SPGC), devendo ser mantida a metodologia própria estabelecida pelo Comando do Exército, referente ao planejamento e gerenciamento de suas aquisições/ contratações, inserida no contexto do PEEx (2020 - 2023).

3. Essa orientação encontra amparo no art. 18 da Instrução Normativa nº 1 - SEGES/ME, de 11 JAN 19, que estabelece que não há obrigatoriedade para o Comando do Exército aplicar as prescrições contidas na citada IN, uma vez que é facultada a utilização do Plano Anual de Contratações (PAC) de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, bem como o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (SPGC).

4. Por outro lado, ressalta-se que no Comando do Exército está vigente o Plano Estratégico do Exército (PEEx) que direciona o esforço dos investimentos da Força Terrestre para o quadriênio 2020-2023.

5. Diante do exposto, solicito a esse OD cumprir a determinação do Sr Subsecretário de Economia e Finanças, assim como difundir tais orientações aos agentes da administração dessa UG.

MOACYR COELHO DA CUNHA JUNIOR - TC
Respondendo pela Chefia da 12ª Inspetoria de Contabilidade e Finanças do Exército

"INTENDÊNCIA: SOLDADO DO ACANTO, UM SÉCULO DE EXCELÊNCIA NA LOGÍSTICA MILITAR TERRESTRE"

1 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl. 13

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 11/01/2019 | Edição: 8-A | Seção: 1 - Extra | Página: 1

Órgão: Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 10 DE JANEIRO DE 2019

Dispõe sobre Plano Anual de Contratações de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 13 do Anexo I do Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, e o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, resolve:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Objeto e âmbito de aplicação

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre o Plano Anual de Contratações - PAC de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e sobre o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações - PGC.

Art. 2º Cada Unidade de Administração de Serviços Gerais - UASG deverá elaborar anualmente o respectivo PAC, contendo todos os itens que pretende contratar no exercício subsequente.

Art. 3º O Sistema PGC constitui a ferramenta informatizada, integrante da plataforma do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, disponibilizada pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia para elaboração do PAC pelas UASG dos órgãos e entidades referidos no art. 1º.

Parágrafo único. O Sistema PGC pode ser acessado no endereço eletrônico https://pgc.planejamento.gov.br.

Definições

Art. 4º Para os efeitos desta Instrução Normativa, são adotadas as seguintes definições:

I - Setor de licitações: unidade responsável pelo planejamento, coordenação e acompanhamento das ações destinadas à realização das contratações no âmbito do órgão ou entidade;

II - Setores requisitantes: unidades responsáveis por identificar necessidades e requerer ao setor de licitações a contratação de bens, serviços, obras e soluções de tecnologia da informação e comunicações.

Parágrafo único. Cada órgão ou entidade poderá definir de forma diversa a divisão de atribuições de que tratam os incisos I e II, quando contemplar áreas específicas em sua estrutura.

CAPÍTULO II

Da elaboração do Plano Anual de Contratações

Setor Requisitante

Art. 5º O setor requisitante, ao incluir um item no respectivo PAC, deverá informar:

I - o tipo de item, o respectivo código, de acordo com os Sistemas de Catalogação de Material ou de Serviços;

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fl 14

II - a unidade de fornecimento do item;

III - quantidade a ser adquirida ou contratada;

IV - descrição sucinta do objeto;

V - justificativa para a aquisição ou contratação;

VI - estimativa preliminar do valor;

VII - o grau de prioridade da compra ou contratação;

VIII - a data desejada para a compra ou contratação; e

IX - se há vinculação ou dependência com a contratação de outro item para sua execução, visando a determinar a sequência em que os respectivos procedimentos licitatórios serão realizados.

Setor de Licitações

Art. 6º O setor de licitações deverá analisar as demandas encaminhadas pelos setores requisitantes promovendo diligências necessárias para:

I - agregação, sempre que possível, de demandas referentes a objetos de mesma natureza;

II - adequação e consolidação do PAC; e

III - construção do calendário de licitação, observado o inciso VIII e IX do art. 5º.

CAPÍTULO III

Consolidação do Plano Anual de Contratação

Cronograma

Art. 7º Até o dia 1º de abril do ano de elaboração do PAC, os setores requisitantes deverão incluir, no sistema PGC, acompanhadas das informações constantes no art. 5º, as contratações que pretendem realizar ou prorrogar, na forma do art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no exercício subsequente e encaminhar ao setor de licitações.

Art. 8º Durante o período de 1º de janeiro a 15 de abril do ano de elaboração do PAC, o setor de licitações deverá analisar as demandas encaminhadas pelos setores requisitantes, consoante disposto no art. 6º, e, se de acordo, enviá-las para aprovação da autoridade máxima do órgão ou entidade ao qual integra ou a quem esta delegar.

§ 1º Até o dia 30 de abril do ano de sua elaboração, o PAC deverá ser aprovado pela autoridade máxima de que trata o caput e enviado ao Ministério da Economia por meio do Sistema PGC.

§ 2º A autoridade máxima poderá reprovar itens constantes do PAC ou, se necessário, devolvê-los para o setor de licitações realizar adequações, observada a data limite de aprovação e envio definida no § 1º.

§ 3º O relatório do PAC, na forma simplificada, deverá ser divulgado no sítio eletrônico do órgão ou entidade ao qual se vincular a UASG, em até quinze dias corridos após a sua aprovação.

§ 4º O Ministério da Economia poderá disponibilizar no Portal de Compras Governamentais as informações registradas no Sistema PGC por meio de dados estruturados em painel gerencial.

Revisão e redimensionamento

Art. 9º Poderá haver a inclusão, exclusão ou o redimensionamento de itens do PAC, pelas respectivas UASG, nos seguintes momentos:

I - Nos períodos de 1º a 30 de setembro e de 16 a 30 de novembro do ano de elaboração do PAC, visando à sua adequação à proposta orçamentária do órgão ou entidade ao qual se vincular a UASG;

II - Na quinzena posterior à aprovação da Lei Orçamentária Anual, para adequação dos PAC ao orçamento devidamente aprovado para o exercício.

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO 15

§1° A alteração do PAC, nas hipóteses deste artigo, deverá ser aprovada pela autoridade máxima de que trata o art. 8°, ou a quem esta delegar, e enviada ao Ministério da Economia por meio do Sistema PGC, dentro dos prazos previstos no caput.

§2° A versão atualizada do PAC deverá ser divulgada no sítio eletrônico do órgão ou entidade ao qual se vincular a UASG.

Da atualização do PAC

Art. 10. Durante o ano de elaboração, a alteração dos itens constantes do PAC, ou a inclusão de novos itens, somente se dará nos períodos previstos no Capítulo III.

Art. 11. Durante a sua execução, o PAC poderá ser alterado mediante aprovação da autoridade máxima, ou a quem esta delegar, e posterior envio ao Ministério da Economia, por meio do Sistema PGC.

§ 1º O redimensionamento ou exclusão de itens do PAC somente poderão ser realizados mediante justificativa dos fatos que ensejaram a mudança da necessidade da contratação.

§ 2º A inclusão de novos itens somente poderá ser realizada, mediante justificativa, quando não for possível prever, total ou parcialmente, a necessidade da contratação, quando da elaboração do PAC.

§ 3º As versões atualizadas do PAC deverão ser divulgadas no sítio eletrônico do órgão ou entidade ao qual se vincular a UASG.

CAPÍTULO IV

Da execução do Plano Anual de Contratações

Compatibilização da demanda

Art. 12. Na execução do PAC, o setor de licitações deverá observar se as demandas a ele encaminhadas constam da listagem do Plano vigente.

Parágrafo único. As demandas que não constem do PAC ensejarão a sua revisão, caso justificadas, observando-se o disposto no art. 11.

Art. 13. As demandas constantes do PAC deverão ser encaminhadas ao setor de licitações com a antecedência necessária para o cumprimento da data estimada no inciso VIII do art. 5º, acompanhadas da devida instrução processual, de que trata a Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, e da Instrução Normativa nº 4, de 11 de setembro de 2014, e normativos que venham a substituí-las.

CAPÍTULO V

Disposições finais

Orientações Gerais

Art. 14. Fica dispensado de registro, no Sistema PGC, os itens classificados como sigilosos, nos termos da Lei n° 12.527, de 18 de novembro de 2011, ou abrangidos pelas demais hipóteses legais de sigilo.

Parágrafo único. No caso de classificação parcial de informações, as partes não classificadas como sigilosas deverão ser cadastradas no Sistema PGC, quando couber.

Art. 15. Os prazos do cronograma do PAC de que trata o Capítulo III poderão ser alterados por meio de ato do Secretário de Gestão do Ministério da Economia a fim de conciliar aos prazos de elaboração das propostas orçamentárias.

Art. 16. A Central de Compras da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia poderá, desde que justificado nos autos do processo respectivo, afastar a aplicação desta Instrução Normativa naquilo que for incompatível com a sua forma de atuação, observados os princípios gerais de licitação e a legislação respectiva.

Art. 17. O PAC, de que trata esta Instrução Normativa, no que tange às contratações de soluções de tecnologia da informação e comunicações, será elaborado em consonância com as normas específicas do órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - Sisp.

Art. 18. Observado o disposto no § 2° do art. 1° do Decreto n° 1.094, de 23 de março de 1994, as Forças Armadas poderão aplicar, no que couber, esta Instrução Normativa.

Fl. 16

Art. 19. Os casos omissos serão dirimidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, que poderá expedir normas complementares, bem como disponibilizar em meio eletrônico informações adicionais para fins de operação do sistema.

Revogação

Art. 20. Fica revogada a Instrução Normativa nº 1, de 29 de março de 2018.

Vigência

Art. 21. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

CRISTIANO ROCHA HECKERT

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

d. Nomeação de Equipe de Planejamento da Contratação

Motivado pelo poder-dever das funções de Ordenador de Despesas concomitantemente ao previsto no art. 21, inciso III, da Instrução Normativa/ SEGES nº 5, de 25 de maio de 2017, designo, a contar de 01 de Maio de 2020, o(s) seguinte(s) servidore(s) pertecentes ao quadro desta Organização Militar, a fim de compor a Equipe de Planejamento da Contratação devidamente assessorado pelo oficial encarregado do Setor de Licitações segundo o objeto discriminado a seguir:

Nr de Ordem	Posto/Grad	Nome Completo	Função	Objeto
01	2º Ten	**Arthur Jorge** Rodrigues Alves	Chefe do Aprovisionamento	Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais
02	2º Sgt	**Watson de Souza Lima**	Chefe do Aprovisionamento	Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais

Em consequência, o(s) Setor(es) Requisitante(s) juntamente com o(s) servidor(es) designado(s) realize(m) o(s) seguinte(s) procedimento(s) no que couber:
a) confeccionar e assinar, respectivamente, o(s) documento(s) denominado(s) "Estudos Preliminares" e "Gerenciamento de Riscos" com vistas ao cumprimento do Princípio Básico da Publicidade (art. 3º da Lei nº 8.666/93) e ao prescrito na Instrução Normativa em epígrafe;
b) o(s) Setor(es) Requisitante(s) elabore(m) e assine(m) o(s) Termo(s) de Referência utilizando-se das informações obtidas a partir dos Estudos Preliminares e Gerenciamento de Riscos, bem como apresentem os demais documentos ínsitos ao processo (Requisição, Relatório da Pesquisa de Preços e cotações); e
c) os demais interessados tomem conhecimento e providências.

Motivado pelo poder-dever das funções de Ordenador de Despesas concomitantemente ao previsto no art. 21, inciso III, da Instrução Normativa/ SEGES nº 5, de 25 de maio de 2017, designo, a contar de 1º de julho de 2020, o(s) seguinte(s) servidore(s) pertecentes ao quadro desta Organização Militar, a fim de compor a Equipe de Planejamento da Contratação devidamente assessorado pelo oficial encarregado do Setor de Licitações segundo o objeto discriminado a seguir:

Nr de Ordem	Posto/Grad	Nome Completo	Função	Objeto
01	Maj	**Mayk** Nelsoline Costa dos Santos	Chefe da 4ª Seção do 7º BEC	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte fluvial e aéreo.
02	1º Ten	Anderson Luiz **Ribeiro Moraes**	Engenheiro da Seção Técnica do 7º BEC	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte fluvial e aéreo.

03	2º Ten	**Fernando** Jerônimo do Nascimento	Chefe da Seção de Controle da CEEM do 7º BEC	Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte fluvial e aéreo.

Em consequência, o(s) Setor(es) Requisitante(s) juntamente com o(s) servidor(es) designado(s) realize(m) o(s) seguinte(s) procedimento(s) no que couber:
a) confeccionar e assinar, respectivamente, o(s) documento(s) denominado(s) "Estudos Preliminares" e "Gerenciamento de Riscos" com vistas ao cumprimento do Princípio Básico da Publicidade (art. 3º da Lei nº 8.666/93) e ao prescrito na Instrução Normativa em epígrafe;
b) o(s) Setor(es) Requisitante(s) elabore(m) e assine(m) o(s) Termo(s) de Referência utilizando-se das informações obtidas a partir dos Estudos Preliminares e Gerenciamento de Riscos, bem como apresentem os demais documentos ínsitos ao processo (Requisição, Relatório da Pesquisa de Preços e cotações); e
c) os demais interessados tomem conhecimento e providências.

e. Rol dos Responsáveis - Substituição de Membro

A fim de integrar o Rol dos Responsáveis conforme previsto no § 1º Art. 52 do Regulamento Interno e dos Serviço Gerais (RISG) e demais legislação vigentes:
Nomeio a contar de 24 MAR 20, como responsável substituto pelo Almoxarifado-Bens de estoque, o militar abaixo discriminado, por não ter sido publicado em tempo hábil:

2º Ten **ARTHUR JORGE** RODRIGUES ALVES

Em consequência:
a) o Ch Div Pes, e oficiais em tela tome conhecimento;
b) os militares em questão deverão entregar suas Declaração de Bens e Renda ou o Formulário de Autorização de Acesso dos Dados de Bens e Renda, no prazo de 05 dias após o término do prazo de entrega da Declaração do Imposto de Renda Anual; e
c) arquive-a na Divisão de Pessoal.

4ª Parte
JUSTIÇA E DISCIPLINA

1. JUSTIÇA

JUSTIÇA

Direito de Defesa - concessão

De acordo com a solução da Sindicância no BI Nr 132 de 10 JUL 20, foi verificado que o militar estava inscrito no cadastro para o recebimento do Auxílio Emergencial, instituído por intermédio da Lei n°13.982, de 02 ABR 20, regulamentada pelo Decreto n° 10.316, de 7 ABR 20. Logo, foi instaurado um processo de apuração dos fatos, por meio de entrega de um Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar (FATD), tendo sido concedido ao militar 3 (três) dias úteis a contar de 22 de julho de 2020, para que o mesmo apresentasse por escrito suas razões de defesa, de acordo com o que preconiza o Inciso LV, do Art. 5º, da Constituição Federal/88.

Sd ANTONIO **ADENILSON** RODRIGUES MENEZES

DIVISÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO FL 19

Estudo Técnico Preliminar 3/2020

1. Informações Básicas

Número do processo: 02/2020 4ª seção - 7º BEC

2. Descrição da necessidade

NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se, tendo em vista que o 7º Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC) recebeu demanda do 2º Grupamento de Engenharia, Escalão de Engenharia de Construção imediatamente Superior desta Organização Militar (OM), para executar os trabalhos de recuperação da pista de pouso de Santa Rosa do Purus/AC, no intuito de melhor acolher os militares e seus dependentes que encontram-se prestando serviço naquele Destacamento de Fronteira, necessitando, para a execução e conclusão desses trabalhos, transportar os insumos, equipamentos, viaturas, materiais diversos e pessoal, por via fluvial e aérea.

2.2. A contratação dos serviços de transporte fluvial e aérea faz-se necessária tendo em vista a inexistência do modal rodoviário que atenda a mobilização e a logística de entrega desses materiais (insumos), equipamentos e pessoal nas operações a serem executadas na cidade de Santa Rosa do Purus/AC.

2.3. As quantidades foram definidas de acordo com as necessidades do 7º Batalhão de Engenharia de Construção sendo, pois, apresentadas pela Seção Técnica e a 4ª Seção (Seção de Logística). De acordo com o art. 15, § 7º, inciso II, da Lei 8.666/93: "a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis, cuja estimativa será obtida, sempre que possível, mediante adequadas técnicas quantitativas de estimação.

2.3.1. O(s) quantitativo(s) referente à contratação de serviço de transporte fluvial e aéreo baseia-se no **Plano de Trabalho** [redacted] – Manutenção do Aeródromo de Santa Rosa do Purus/AC cuja cópia segue anexa. Daí a necessidade de prover uma logística destinada aos deslocamentos de pessoal, material, equipamentos e viaturas de Manoel Urbano/AC para Santa Rosa do Purus/AC e vice-versa, tendo em vista a necessidade desta OM em transportar equipamentos de engenharia e vários insumos de peso elevado, o que não seria possível através exclusivamente de transporte aéreo.

2.4. O 7º BEC não possui, atualmente, um contrato vigente de transporte fluvial e aéreo, pois, o último celebrado expirou em 18 de junho de 2020 (Termo de Contrato nº 024 /2019 - 7º BEC) ora avençado com a empresa Flora Construção e Transportes Ltda.

2.5. Assim, para o cumprimento das ações de engenharia de construção, emergenciais, listadas no subitem **"3.1"**, na recuperação da pista de pouso do aeroporto de Santa Rosa do Purus/AC, é imprescindível a contratação do serviço de transporte fluvial e

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fl 20

aéreo, o qual possibilitará a mobilização da força de trabalho, assim como dos insumos a serem empregados nas respectivas obras.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
4ª Seção do 7º Batalhão de Engenharia de Construção - Rio Branco - AC	MAYK NELSOLYNE COSTA DOS SANTOS – MAJ

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Quanto à classificação dos serviços:

4.1.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2002, do § 2º do art. 3º do Decreto nº 3.555, de 2000, e c/c art. 4º do Decreto 5.450, de 2005;

4.1.2. Enquadram-se, também, nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos; e

4.1.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta. Outrossim, devido à especificidade do serviço a ser prestado tendo como base a logística que envolve uma obra dessa envergadura e as condições climáticas desfavoráveis da região amazônica classifica-se como ***serviço de natureza continuada,*** visto que, por motivos alheios a vontade da Administração, tais como: dificuldade de navegação proporcionada por seca, ou ainda, intrafegabilidade de aeronaves devido ao excesso de chuvas no período, *consideravelmente*, esses fatores ocasionarão prováveis ajustes no cronograma de obras, e, sucessivamente, por tabela os contratos vigentes.

4.2. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.2.1. Para os serviços de transportes fluviais e aéreos de pessoal e carga.

4.2.1.1. O prazo para início da execução dos serviços objeto do presente instrumento dar-se-á a partir da notificação por parte da Administração para assinatura do Termo de Contrato, do aceite, da retirada do instrumento equivalente,

devendo, pois, ser compatível com a necessidade, a natureza e a complexidade do objeto segundo a respectiva nota de empenho;

4.2.1.2. Os serviços serão contratados em estrita obediência às especificações descritas no Edital e deverão obedecer aos padrões de segurança e legislações vigentes;

4.2.1.3. A solicitação dos serviços será de inteira responsabilidade e iniciativa do 7º Batalhão de Engenharia de Construção, cabendo-lhe todos os atos da administração junto aos fornecedores e serão formalizados por intermédio de nota de empenho;

4.2.1.4. A Administração não emitirá qualquer solicitação dos serviços sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário;

4.2.1.5. A Contratada, após a solicitação de serviços, terá o prazo máximo de **05 (cinco) dias** para início da 1ª prestação dos serviços, a fim de possibilitar a preparação e mobilização do prestador para o fiel cumprimento do contrato;

4.2.1.6. Os materiais e os passageiros deverão ser transportados da seguinte maneira:

4.2.1.6.1. Os equipamentos, viaturas, insumos e outros materiais pesados deverão ser transportados por balsas ou batelão de capacidade mínima de transporte de 12 toneladas;

4.2.1.6.2. Os equipamentos leves, insumos e outros materiais mais leves poderão ser transportados por rabetão, lanchas ou voadeiras; e

4.2.1.6.3. Os passageiros deverão ser transportados preferencialmente em lanchas, rabetão ou voadeiras e, em último caso, com a devida autorização da Contratante, os passageiros poderão ser transportados por balsas ou batelão.

4.2.1.7. Os materiais devem ser acompanhados de uma via do documento de comprovação do embarque efetuado na empresa de transporte que deve conter a quantidade de volumes e o peso do material aferido por essa;

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fl 22

4.2.1.8. Os **materiais deverão ser entregues** na Sede do 4º Pelotão Especial de Fronteira (4º PEF) no município de Santa Rosa do Purus/AC, pertencente ao 4º Batalhão de Infantaria de Selva (4º BIS), **no prazo de 10 (dez) dias corridos**, a partir do recebimento do material pela Contratada, no município de Rio Branco/AC e /ou Manoel Urbano/AC, em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do 7 Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC). Quando ocorrer o transporte no sentido Rio Branco/AC e/ou Manoel Urbano/AC, **no prazo de 10 (dez) dias corridos**, a partir do recebimento do material pela empresa Contratada em Santa Rosa do Purus/AC, em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do do 7 BEC;

4.2.1.8.1. O licitante vencedor será o responsável por todas as entregas de material no trajeto previsto ho item;

4.2.1.8.2. Ocorrendo inclusive, por sua conta, todas as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o contrato para transporte de cargas e/ou encomendas;

4.2.1.9. O licitante vencedor será o responsável por todas as encomendas e cargas nos trajetos especificados no Termo de Referência, ocorrendo inclusive, por sua conta, todas as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o contrato para transporte de cargas e/ou encomendas;

4.2.1.10. As despesas com seguros, embalagens, ADEME (adicional de emergência), descargas, outros acessórios e os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais) que sejam devidos, em decorrência direta ou indireta, serão da responsabilidade da empresa Contratada.

4.2.1.10.1. As lanchas, batelão, rabetão, voadeiras ou balsas deverão:

4.2.1.10.1.1. Possuir todos os itens de segurança obrigatórios para embarcações;

4.2.1.10.1.2. Estar em perfeitas condições de conservação e funcionamento;

4.2.1.10.1.3. Estarem abastecidos e limpos interna e externamente;

4.2.1.10.1.4. Estarem com toda documentação em perfeita ordem;

4.2.1.10.1.5. Possuir caixa de ferramentas de pequenos reparos, no caso de ocorrências eventuais;

4.2.1.10.1.6. Estar com o seguro obrigatório e documentação em dia; e

4.2.1.10.1.7. Ser substituído, imediatamente, por uma embarcação similar em caso de qualquer embarcação ter necessidade de ser recolhida para conserto e /ou manutenção.

4.2.1.11. As embarcações deverão ser apresentados em perfeitas condições de uso, devidamente limpos e de acordo com as especificações do objeto, mediante solicitação do 7 Batalhão de Engenharia de Construção, sendo acionados junto à(s) licitante(s) vencedora(s) no prazo de **48 (quarenta e oito)** horas de antecedência;

4.2.1.12. Os serviços serão solicitados por requisição de embarcações, emitida pelo 7 Batalhão de Engenharia de Construção, especificando os dados necessários e a licitante vencedora terá que disponibilizar a embarcação no horário e local estipulado. As despesas com abastecimentos serão de responsabilidade da licitante vencedora.

4.2.1.13. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) indicar ao menos o nome de um funcionário (com o número de telefone para contato), responsável pelo atendimento das demandas ocorridas dentro ou fora do horário comercial (plantão);

4.2.1.14. Em caso de avaria de qualquer natureza, pane mecânica/elétrica, acidente, ou fatos supervenientes durante a execução dos serviços, a(s) licitante(s) vencedora (s) deverá(ao) substituir a embarcação avariado/acidentado por uma embarcação do mesmo tipo ou efetuar os devidos reparos no menor tempo possível;

4.2.1.15. Todas as despesas de locomoção das embarcações até o início de cada locação deverão correr por conta da licitante vencedora;

4.2.1.16. Durante a realização dos serviços, a(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) manter seus empregados uniformizados, portando crachás, visando sua imediata

identificação, bem como em perfeitas condições de apresentação e asseio. Os funcionários da(s) licitante(s) vencedora(s) deverão tratar com urbanidade todos os militares e demais colaboradores que participarem dos transportes;

4.2.1.17. É terminantemente proibido ao piloto da embarcação, o uso de cigarros, charutos e cachimbos nas embarcações, bem como ingerir bebidas alcoólicas, ou transportá-las, quando em serviço;

4.2.1.18. O piloto da embarcação, quando em serviço, deverá estar provido de numerário suficiente para arcar com eventuais despesas pessoais, estacionamento, pedágio, diária, alimentação, bem como manutenção da embarcação;

4.2.1.19. Na proposta, deverão estar inclusos todos os gastos relativos à viagem, incluindo combustíveis, pedágios, alimentação e estada dos pilotos da embarcação, bem como todos os impostos, seguros obrigatórios e encargos trabalhistas e previdenciários;

4.2.1.20. O pagamento de multas aplicadas em decorrência de infrações correlatas a má condução da embarcação será de responsabilidade da contratada.

4.2.1.21. A licitante vencedora deverá garantir socorro imediato, em caso de quebras ou acidentes com a embarcação em viagem, fazendo a devida substituição da embarcação contratada, por outra que atenda as especificações, em situações em que a mesma não estiver em condições de trafegar;

4.2.1.22. Responderá a contratada pelas perdas e danos causados por seus empregados, ainda que involuntariamente, às máquinas, equipamentos e demais bens das Unidades participantes do pregão, durante a prestação dos serviços, substituindo os referidos bens por outros semelhantes, em prazo que será expressamente combinado pela Contratante;

4.2.1.23. Responderá a Contratada por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados, quando em serviço;

4.2.1.24. Licenças, guias de transporte e autorizações, que regulamentam as viagens das embarcações, junto aos órgãos competentes (tais como: Marinha do Brasil, Capitania dos Portos e ANTAQ), são de inteira responsabilidade da Contratada;

4.2.1.25. As despesas com alimentação e hospedagem do piloto da embarcação será de responsabilidade da Contratada;

4.2.1.26. As embarcações deverão estar seguradas com cobertura dos materiais, ou seja, **valor da carga segurada**, em consequência de acidente envolvendo a embarcação locada, considerando-se como passageiros todos os que estiverem sendo transportados, inclusive o piloto da embarcação, isentando a Contratante de qualquer responsabilidade jurídica ou financeira na ocorrência de qualquer acidente;

4.2.1.27. A documentação da embarcação e do piloto da embarcação empregado na locação deverá estar atualizada junto aos órgãos fiscalizadores e reguladores, arcando com as despesas relativas à circulação de embarcação em todo território nacional;

4.2.1.28. Todas as responsabilidades de tráfego (tais como multas, pedágios, impostos, taxas etc) deverão correr por conta da licitante vencedora;

4.2.1.29. A embarcação deverá ter cobertura total em caso de colisão, incêndio, roubo, furto (inclusive de acessórios da embarcação) e perda total da mesma, sendo obrigatória à apresentação do Boletim de Ocorrência Policial nos casos de acidentes que envolvam terceiros, furto ou roubo e seus acessórios;

4.2.1.30. A(s) embarcação(ões) locada(s) deverá(ão) ser substituída(s) em casos de furto ou roubo, defeito ou necessidade de manutenção, por outra em perfeitas condições de uso em até **48 (quarenta e oito)** horas;

4.2.1.31. A frequência e a periodicidade dos serviços dar-se-á, a partir, da eventual necessidade do 7º BEC em suprir a demanda dos serviços a serem executados. Cabe ressaltar que, o acesso à rampa em Manoel Urbano/AC e em Santa Rosa do Purus/AC somente é feito pelo Rio Purus, para fins de embarque e desembarque da balsa transportando as viaturas, equipamentos e insumos. Nesse caso, há a necessidade que os rios estejam com volume elevado, ou seja, no período de "inverno amazônico", compreendido entre os meses de novembro a abril para o transporte de maior carga.

4.2.1.32. O transporte aéreo de pessoal com bagagem de mão até 10Kg deverá ser realizado por aeronave com capacidade mínima de carga de 450 Kg, saindo do aeroporto de Rio Branco/AC ao município de Santa Rosa do Purus/AC, onde será recebido por um militar do 7º Batalhão de Engenharia de Construção;

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fl. 26

4.2.1.32.1. A Contratada para fins de atendimento ao serviço de transporte aéreo de pessoal deverá orçar em sua proposta de preços . aeronave(s) do(s) tipo(s) monomotor, bimotor, turboélice com a(s) quantidade(s) mínima(s) de 5 (cinco) e máxima(s) de 15 e/ou 18 passageiros; capacidade máxima de carga de 5.500 Kg; a aeronave deve possuir os materiais de segurança obrigatórios previstos segundo as normas vigentes pelos respectivos órgãos de controle, tais como: ANAC e INFRAERO.

4.2.1.33. O licitante vencedor será o responsável por todas as encomendas e cargas no trajeto (Rio Branco/AC x Santa Rosa do Purus/AC) e vice-versa, ocorrendo inclusive, por sua conta, todas as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o contrato para transporte de cargas e/ou encomendas;

4.2.1.34 Os serviços dos itens 3 ao 12 deste termo será entregue na pista de pouso de Santa Rosa do Purus/AC, No trajeto contrário, a entrega do serviço será no Aeroporto Internacional de Rio Branco/AC – Plácido de Castro;

4.2.1.35 O pessoal a ser transportado trata-se de militares e servidores civis do 7º Batalhão de Engenharia de Construção, ou ainda, algum outro militar ou civil com missão específica que tenha relação com o Exército Brasileiro;

4.2.1.36 São de responsabilidade da licitante vencedora todas as despesas com funcionários e seus equipamentos para transporte de cargas, encomendas e pessoal.

4.3. A empresa Contratada deverá seguir as normas ambientais vigentes para a plena execução do serviço durante todas as suas fases. A(s) empresa(s) contratada(s) de transporte aquaviário (fluvial) de pessoal e de carga deverá(ão) cumprir todos as Normas, Regulamentos, Leis, Decretos, Instruções e Resoluções da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

4.4. Todavia, segundo a análise da equipe de Planejamento da Contratação as nuâncias anteriormente observadas, não serão ainda mais prejudicadas, por desarrazoável exigência no instrumento convocatório e seus anexos, os quais venham frustra o caráter competitivo da licitação.

4.5. Assim sendo, às exigências assinaladas são indispensáveis para uma contratação eficiente, sendo, portanto, consideradas flexíveis e necessários tais requisitos.

5. Levantamento de Mercado

5.1.As soluções de mercado que atendam aos requisitos especificados são quase que insuficientes, principalmente, devido a limitação de mercado ou manifesto desinteresse

das empresas do ramo local, no entanto, conforme pesquisa no site: (http://www.comprasgovernamentais.gov.br), em consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, através do Relatório da Consulta Parametrizada de Fornecedores, foram localizadas 5 (cinco) empresas cadastradas no SICAF e que são do Estado do Acre, embora não tenhamos conhecimento quanto a capacidade técnica para a execução do serviço pleiteado. São elas:

Produto(s) / Serviço(s)	Fornecedor(es) do Ramo no Estado do Acre	Observação
Transporte Marítimo e Fluvial de Pessoal e Carga	Nome/Razão Social: A. N. P. Neto – CNPJ: [redacted]	Cruzeiro do Sul, AC.
	Nome/Razão Social: Flora Construções e Transportes Ltda – CNPJ: [redacted].	Marechal Thaumaturgo, AC.
	Nome/Razão Social: Construmatos Construções e Terraplenagem Ltda – CNPJ [redacted]	Rio Branco, AC.
	Nome/Razão Social: E. Lima do Nascimento – CNPJ [redacted].	Rio Branco, AC.
	Nome/Razão Social: J. L. F. Da Silva – CNPJ: [redacted]	Rio Branco, AC.
Transporte Aéreo [redacted]	Nome/Razão Social: RIO BRANCO AEROTAXI LTDA – CNPJ: [redacted]	Rio Branco, AC.
	[redacted] Ortiz Taxi Aereo LTDA – CNPJ: [redacted]	Rio Branco, AC.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

6.1.1. Para os serviços de transportes fluviais de pessoal e carga:

6.1.1.7. Os materiais devem ser acompanhados de uma via do documento de comprovação do embarque efetuado na empresa de transporte que deve conter a quantidade de volumes e o peso do material aferido por essa;

6.1.1.8. Os materiais deverão ser entregues na Sede do 4º Pelotão Especial de Fronteira no município de Santa Rosa do Purus/AC, pertencente ao 4º Batalhão de Infantaria de Selva (4º BIS), no prazo de **10 (dez) dias corridos**, a partir do recebimento do material pela Contratada, no município de Rio Branco/AC, Manoel Urbano/AC em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do 7 Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC). Quando ocorrer o transporte no sentido inverso os materiais deverão ser entregues no município de Manoel Urbano/AC, a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante, no prazo de **10 (dez) dias corridos**, a partir do recebimento do material pela empresa contratada em Manoel Urbano/AC, em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do 7 BEC;

6.1.1.8.1. O licitante vencedor será o responsável por todas as entregas de material no trajeto previsto no item;

6.1.1.8.2. Ocorrendo inclusive, por sua conta, todas as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o contrato para transporte de cargas e/ou encomendas;

6.1.1.9. O licitante vencedor será o responsável por todas as encomendas e cargas nos trajetos já especificados no corrente processo, ocorrendo inclusive, por sua conta, todas as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o contrato para transporte de cargas e/ou encomendas;

6.1.1.10. As despesas com seguros, embalagens, ADEME (adicional de emergência), descargas, outros acessórios e os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais) que sejam devidos, em decorrência direta ou indireta, serão da responsabilidade da empresa Contratada.

6.1.1.10.1. As lanchas, batelão, rabetão, voadeiras ou balsas deverão:

6.1.1.10.1.1. Possuir todos os itens de segurança obrigatórios para embarcações;

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fl 30

6.1.1.10.1.2. Estar em perfeitas condições de conservação e funcionamento;

6.1.1.10.1.3. Estarem abastecidos e limpos interna e externamente;

6.1.1.10.1.4. Estarem com toda documentação em perfeita ordem;

6.1.1.10.1.5. Possuir caixa de ferramentas de pequenos reparos, no caso de ocorrências eventuais;

6.1.1.10.1.6. Estar com o seguro obrigatório e documentação em dia; e

6.1.1.10.1.7. Ser substituído, imediatamente, por uma embarcação similar em caso de qualquer embarcação ter necessidade de ser recolhida para conserto e /ou manutenção.

6.1.1.11. As embarcações deverão ser apresentados em perfeitas condições de uso, devidamente limpos e de acordo com as especificações do objeto, mediante solicitação do 7 Batalhão de Engenharia de Construção, sendo acionados junto à(s) licitante(s) vencedora(s) no prazo de **48 (quarenta e oito)** horas de antecedência;

6.1.1.12. Os serviços serão solicitados por requisição de embarcações, emitida pelo 7 Batalhão de Engenharia de Construção, especificando os dados necessários e a licitante vencedora terá que disponibilizar a embarcação no horário e local estipulado. As despesas com abastecimentos serão de responsabilidade da licitante vencedora.

6.1.1.13. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) indicar ao menos o nome de um funcionário (com o número de telefone para contato), responsável pelo atendimento das demandas ocorridas dentro ou fora do horário comercial (plantão);

6.1.1.14. Em caso de avaria de qualquer natureza, pane mecânica/elétrica, acidente, ou fatos supervenientes durante a execução dos serviços, a(s) licitante(s) vencedora (s) deverá(ao) substituir a embarcação avariado/acidentado por uma embarcação do mesmo tipo ou efetuar os devidos reparos no menor tempo possível;

6.1.1.15. Todas as despesas de locomoção das embarcações até o início de cada locação deverão correr por conta da licitante vencedora;

6.1.1.16. Durante a realização dos serviços, a(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) manter seus empregados uniformizados, portando crachás, visando sua imediata identificação, bem como em perfeitas condições de apresentação e asseio. Os funcionários da(s) licitante(s) vencedora(s) deverão tratar com urbanidade todos os militares e demais colaboradores que participarem dos transportes;

6.1.1.17. É terminantemente proibido ao piloto da embarcação, o uso de cigarros, charutos e cachimbos nas embarcações, bem como ingerir bebidas alcoólicas, ou transportá-las, quando em serviço;

6.1.1.18. O piloto da embarcação, quando em serviço, deverá estar provido de numerário suficiente para arcar com eventuais despesas pessoais, estacionamento, pedágio, diária, alimentação, bem como manutenção da embarcação;

6.1.1.19. Na proposta, deverão estar inclusos todos os gastos relativos à viagem, incluindo combustíveis, pedágios, alimentação e estada dos pilotos da embarcação, bem como todos os impostos, seguros obrigatórios e encargos trabalhistas e previdenciários;

6.1.1.20. O pagamento de multas aplicadas em decorrência de infrações correlatas a má condução da embarcação será de responsabilidade da Contratada.

6.1.1.21. A licitante vencedora deverá garantir socorro imediato, em caso de quebras ou acidentes com a embarcação em viagem, fazendo a devida substituição da embarcação contratada, por outra que atenda as especificações, em situações em que a mesma não estiver em condições de trafegar;

6.1.1.22. Responderá a Contratada pelas perdas e danos causados por seus empregados, ainda que involuntariamente, às instalações dos aquartelamentos, máquinas, equipamentos e demais bens das Unidades participantes do pregão, durante a prestação dos serviços, substituindo os referidos bens por outros semelhantes, em prazo que será expressamente combinado pela Contratante;

6.1.1.23. Responderá a Contratada por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados, quando em serviço;

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fl. 32

6.1.1.24. Licenças, guias de transporte e autorizações, que regulamentam as viagens das embarcações, junto aos órgãos competentes (tais como: Marinha do Brasil, Capitania dos Portos e ANTAQ), são de inteira responsabilidade da Contratada;

6.1.1.25. As despesas com alimentação e hospedagem do piloto da embarcação será de responsabilidade da Contratada;

6.1.1.26. As embarcações deverão estar seguradas com cobertura dos materiais, ou seja, **valor da carga segurada**, em consequência de acidente envolvendo a embarcação locada, considerando-se como passageiros todos os que estiverem sendo transportados, inclusive o piloto da embarcação, isentando a Contratante de qualquer responsabilidade jurídica ou financeira na ocorrência de qualquer acidente;

6.1.1.27. A documentação da embarcação e do piloto da embarcação empregado na locação deverá estar atualizada junto aos órgãos fiscalizadores e reguladores, arcando com as despesas relativas à circulação de embarcação em todo território nacional;

6.1.1.28. Todas as responsabilidades de tráfego (tais como multas, pedágios, impostos, taxas etc) deverão correr por conta da licitante vencedora;

6.1.1.29. A embarcação deverá ter cobertura total em caso de colisão, incêndio, roubo, furto (inclusive de acessórios da embarcação) e perda total da mesma, sendo obrigatória à apresentação do Boletim de Ocorrência Policial nos casos de acidentes que envolvam terceiros, furto ou roubo e seus acessórios;

6.1.1.30. A(s) embarcação(ões) locada(s) deverá(ão) ser substituída(s) em casos de furto ou roubo, defeito ou necessidade de manutenção, por outra em perfeitas condições de uso em até 48 (quarenta e oito) horas;

6.1.1.31. A frequência e a periodicidade dos serviços dar-se-á, a partir, da eventual necessidade do 7º BEC em suprir a demanda dos serviços a serem executados. Cabe ressaltar que, o acesso à rampa em Manoel Urbano/AC e em Santa Rosa do Purus/AC somente é feito pelo Rio Purus, para fins de embarque e desembarque da balsa transportando as viaturas, equipamentos e insumos. Nesse caso, há a necessidade que os rios estejam com volume elevado, ou seja, no período de "inverno amazônico", compreendido entre os meses de novembro a abril para o transporte de maior carga.;

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO FL 33

6.1.1.32. O material deverá ser transportado por aeronave com capacidade mínima de carga de 450 Kg, saindo do aeroporto de Rio Branco/AC ao município de Santa Rosa do Purus/AC, onde será recebido por um militar do 7º Batalhão de Engenharia de Construção;

6.1.1.33. O licitante vencedor será o responsável por todas as encomendas e cargas no trajeto (Rio Branco/AC x Santa Rosa do Purus/AC) e vice-versa, ocorrendo inclusive, por sua conta, todas as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o contrato para transporte de cargas e/ou encomendas;

6.1.1.34 O serviço do item 8 deste termo será entregue na pista de pouso de Santa Rosa do Purus/AC. No trajeto contrário, a entrega do serviço será no Aeroporto Internacional de Rio Branco/AC – Plácido de Castro;

6.1.1.35. **Os** materiais deverão ser entregues na Sede do 4º Pelotão Especial de Fronteira no município de Santa Rosa do Purus/AC, pertencente ao 4º Batalhão de Infantaria de Selva (4º BIS), no prazo de **10 (dez) dias corridos**, a partir do recebimento do material pela Contratada, no município de Rio Branco/AC, Manoel Urbano/AC em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do 7 Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC). Quando ocorrer o transporte no sentido inverso os materiais deverão ser entregues no município de Manoel Urbano /AC, a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante, no prazo de **10 (dez) dias corridos**, a partir do recebimento do material pela empresa contratada em Manoel Urbano/AC, em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do 7 BEC;

6.1.1.36. O pessoal a ser transportado trata-se de militares e servidores civis do 7º Batalhão de Engenharia de Construção, ou ainda, algum outro militar ou civil com missão específica que tenha relação com o Exército Brasileiro; e

6.1.1.37 São de responsabilidade da licitante vencedora todas as despesas com funcionários e seus equipamentos para transporte de cargas, encomendas e pessoal.

6.2. A empresa Contratada deverá seguir as normas ambientais vigentes para a plena execução do serviço durante todas as suas fases. A(s) empresa(s) contratada(s) de transporte aquaviário (fluvial) de pessoal e de carga deverá(ão) cumprir todos as Normas, Regulamentos, Leis, Decretos, Instruções e Resoluções da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

6.3. Os procedimentos, metodologias e tecnologias a serem empregadas:

6.3.1. Os serviços contratados obedecerão rigorosamente às Normas, Regulamentos, Leis, Decretos, Instruções e Resoluções da Agência Nacional de Transportes Aquaviáriosl (ANTAQ).

6.4. Os deveres e disciplinas exigidos:

DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO FL 34

6.4.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidades especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

6.4.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

6.4.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

6.4.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso e xigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.4.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

6.4.6. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

6.4.7. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

6.4.8. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão ao órgão para a execução do serviço;

6.4.9. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

6.4.10. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

6.4.11. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

6.4.12. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

6.4.13. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

6.1.1.1. O prazo para início da execução dos serviços objeto do presente instrumento dar-se-á a partir da notificação por parte da Administração para assinatura do Termo de Contrato, do aceite, da retirada do instrumento equivalente, devendo, pois, ser compatível com a necessidade, a natureza e a complexidade do objeto segundo a respectiva nota de empenho;

6.1.1.2. Os serviços serão contratados em estrita obediência às especificações descritas no Edital e deverão obedecer aos padrões de segurança e legislações vigentes;

6.1.1.3. A solicitação dos serviços será de inteira responsabilidade e iniciativa do 7º Batalhão de Engenharia de Construção, cabendo-lhe todos os atos da administração junto aos fornecedores e serão formalizados por intermédio de nota de empenho;

6.1.1.4. A Administração não emitirá qualquer solicitação dos serviços sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário;

6.1.1.5. A Contratada, após a solicitação de serviços, terá o prazo máximo de **05 (cinco) dias** para início da prestação dos serviços, a fim de possibilitar a preparação e mobilização do prestador para o fiel cumprimento do contrato;

6.1.1.6. Os materiais e os passageiros deverão ser transportados da seguinte maneira:

6.1.1.6.1. Os equipamentos, viaturas, insumos e outros materiais pesados deverão ser transportados por balsas ou batelão de capacidade mínima de transporte de 12 toneladas;

6.1.1.6.2. Os equipamentos leves, insumos e outros materiais mais leves poderão ser transportados por rabetão, lanchas ou voadeiras; e

6.1.1.6.3. Os passageiros deverão ser transportados preferencialmente em lanchas, rabetão ou voadeiras e, em último caso, com a devida autorização da Contratante, os passageiros poderão ser transportados por balsas ou batelão.

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fl 35

6.4.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.4.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.4.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

6.4.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1° do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES, ACOMPANHADAS DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE

7.1. O quantitativo dos serviços a serem contratados foram estimados pela Seção Técnica em conjunto com a 4ª Seção (Seção Logística) do Batalhão, para a realização da obras de recuperação da pista de pouso do aeroporto de Santa Rosa do Purus/AC, visando atender a logística de transporte, até a pista de pouso do aeroporto de Santa Rosa do Purus/AC, local onde será executado a obra, de um efetivo estimado de 80 (oitenta) a 150 (cento e cinquenta) servidores militares, assim como uma quantidade, em quilogramas, de insumos, equipamentos e viaturas, que lá serão empregados, conforme tabelas abaixo:

Serviço de manutenção e recuperação da pista de pouso de Santa Rosa do Purus/AC.

A descrição do objeto assegura que as especificações correspondem aquelas essenciais à Administração, baseadas na experiência da contratação feita pelo 7° BEC.

PESSOAL			
Pessoal	**Quantidade**	**Peso (kg)**	**PesoTotal (kg)**
Militares 7° BEC	150	100	15.000

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fl 36

Total Pessoal (Kg)			15.000
INSUMOS			
Insumo	**Unidade**	**Quantidade**	**Peso total (kg)**
CIMENTO PORTLAND CP II - 32 A GRANEL	KG	5.169.770,80	1,00
BRITA 1	M³	5.228,84	1.500,00
CIMENTO PORTLAND CP II - 32	KG	938.280,38	1,00
BRITA 2	M³	6.745,46	1.500,00
DIESEL	L	741.033,29	1,00
AREIA MÉDIA	M³	6.353,38	-
ADITIVO DE CURA PARA CONCRETO	KG	13.604,66	1,00
TINTA REFLETIVA ACRÍLICA	L	2.868,32	1,30
ADITIVO PLASTIFICANTE E RETARDADOR TIPO PLASTIMENT OU SIMILAR	KG	16.325,59	1,00
SELANTE ELÁSTICO À BASE DE POLIURETANO E ASFALTO, TIPO VEDAFLEX 45 OU SIMILAR	KG	1.835,01	1,00
ADESIVO FIXADOR PARA HIDROSSEMEADURA - GOMA XANTANA	KG	1.818,91	1,00
MATERIAL FORMADOR DA CAMADA PROTETORA DE HIDROSSEMEADURA	KG	19.488,35	1,00

SEMENTES PARA HIDROSSEMEADURA	KG	1.624,03	1,00
DISCO DIAMANTADO - D = 350 MM	UN	67,45	0,50
AÇO CA 60	KG	6.085,62	1,00
TUBO DE CONCRETO ARMADO CA 3 - D = 1,00 M	M	28,00	1.000,00
BRITA 0	M³	55,11	1.500,00
ARAME FARPADO GALVANIZADO 16 BWG	M	17.094,92	0,05
GASOLINA	L	12.475,15	1,00
MICROESFERAS DE VIDRO REFLETIVA TIPO II-A	KG	1.195,13	1,00
TÁBUA DE PINHO DE TERCEIRA - E = 2,5 CM	M³	0,58	550,00
AREIA MÉDIA LAVADA	M³	180,80	-
ADITIVO INCORPORADOR DE AR TIPO CEMIX-AIR OU SIMILAR	KG	1.224,42	1,00
MICROESFERAS DE VIDRO REFLETIVA TIPO I-B	KG	717,08	1,00
ADUBO POTÁSSIO	KG	1.624,03	1,00
TINTA PARA PRÉ-MARCAÇÃO	L	143,42	1,00
ADUBO ORGÂNICO	KG	12.992,24	1,00

FL 38

CORDÃO DE POLIETILENO EXPANDIDO	M	20.254,00	0,01
ADUBO NPK	KG	1.299,22	1,00
PÓ CALCÁRIO	KG	8.120,15	1,00
ARGAMASSA ASFÁLTICA	KG	204,87	1,00
SOLVENTE PARA TINTA À BASE DE RESINA ACRÍLICA	L	143,42	1,00
TÁBUA DE 2,5 X 10 CM	M³	1,36	550,00
PEDRA DE MÃO	M³	12,42	1.400,00
ENXOFRE	KG	194,88	1,00
ADUBO FÓSFORO (30%)	KG	324,81	1,00
ARAME LISO GALVANIZADO 14 BWG	KG	46,29	1,00
PREGO DE FERRO	KG	60,45	1,00
ARAME RECOZIDO 18 BWG	KG	393,93	1,00
DESMOLDANTE PARA FORMAS	L	8,14	1,00
ASFALTO DILUÍDO CM 30	T	59,52	1.000,00
LONA PLÁSTICA DE 200 MICRAS DE ESPESSURA	M²	54.418,64	0,10
AÇO CA 50	KG	12.196,54	1,00

DIVISÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO 7 BATALHÃO Fl. 39

AÇO CA 25	KG	10.606,04	1,00
Outros insumos	A ser definido.	A ser definido.	A ser definido.
Total Insumos (kg)			**25.146.184,18**

EQP/VTR/FERRAMENTAL			
Equipamento	**Quantidade**	**Peso (kg)**	**Peso total (kg)**
CENTRAL DE CONCRETO COM CAPACIDADE DE 30 M³/H - DOSADORA E MISTURADORA	1	26.000,00	26.000,00
CARREGADEIRA DE PNEUS COM CAPACIDADE DE 3,3 M³ - 213 KW	3	13.125,00	39.375,00
RETROESCAVADEIRA DE PNEUS - 58 KW	2	7.170,00	14.340,00
ROLO COMPACTADOR DE PNEUS AUTOPROPELIDO DE 27 T - 85 KW	1	14.900,00	14.900,00
ROLO COMPACTADOR LISO AUTOPROPELIDO VIBRATÓRIO DE 11 T - 97 KW	1	8.520,00	8.520,00
ROLO COMPACTADOR PÉ DE CARNEIRO VIBRATÓRIO AUTOPROPELIDO DE 11,6 T - 82 KW	4	11.680,00	46.720,00
ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRA COM			

TRIBUNAL DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fl. 40

CAÇAMBA COM CAPACIDADE DE 1,5 M³ - 110 KW	2	17.900,00	35.800,00
MOTONIVELADORA - 93 KW	2	16.454,00	32.908,00
TRATOR DE ESTEIRAS COM LÂMINA - 259 KW	1	19.070,00	19.070,00
TANQUE DE ESTOCAGEM DE ASFALTO COM CAPACIDADE DE 30.000 L	1	3.900,00	3.900,00
TRATOR AGRÍCOLA - 77 KW	4	4.700,00	18.800,00
EMPILHADEIRA	3	3.000,00	9.000,00
GRADE DE 24 DISCOS REBOCÁVEL DE 24"	4	1.050,00	4.200,00
VASSOURA MECÂNICA REBOCÁVEL	1	820,00	820,00
PERFURADOR DE SOLO PARA TRATOR	1	120,00	120,00
DEMARCADOR DE FAIXAS COM SISTEMA DE PINTURA A FRIO - 28 KW/115 KW	1	1.526,00	1.526,00
COMPACTADOR MANUAL COM SOQUETE VIBRATÓRIO - 4,1 KW	2	81,00	162,00
COMPRESSOR DE AR PORTÁTIL DE 197 PCM - 55 KW	1	960,00	960,00
RÉGUA VIBRATÓRIA	3	230,00	690,00

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fl 41

BETONEIRA COM MOTOR A GASOLINA COM CAPACIDADE DE 600 L - 10 KW	2	600,00	1.200,00
BOMBA COSTAL	2	5,20	10,40
MÁQUINA DE CORTE	2	115,00	230,00
GRUPO GERADOR - 100/110 KVA	3	750,00	2.250,00
GRUPO GERADOR - 13/14 KVA	2	220,00	440,00
EQUIPAMENTO FORMA-TRILHO - 13,4 KW	1	500,00	500,00
SERRA CIRCULAR COM BANCADA - D = 30 CM - 4 KW	2	110,00	220,00
TRANSPORTADOR MANUAL GERICA COM CAPACIDADE DE 180 L	10	36,00	360,00
TRANSPORTADOR MANUAL CARRINHO DE MÃO COM CAPACIDADE DE 80 L	40	9,04	361,60
TALHA MANUAL COM CAPACIDADE DE 3 T	2	29,00	58,00
FORMAS METÁLICAS (TRILHO)	1	4.000,00	4.000,00
VIBRADOR DE IMERSÃO	3	25,00	75,00
CAMINHÃO TANQUE DISTRIBUIDOR DE ASFALTO COM CAPACIDADE DE 6.000 L - 7 KW/136 KW	1	9.500,00	9.500,00

CAMINHÃO BASCULANTE COM CAPACIDADE DE 14 M³ - 188 KW	6	10.200,00	61.200,00
CAMINHÃO BETONEIRA	3	9.450,00	28.350,00
CAMINHÃO TANQUE COM CAPACIDADE DE 8.000 L - 136 KW	2	9.500,00	19.000,00
CAMINHÃO CARROCERIA COM CAPACIDADE DE 15 T - 188 KW	3	7.900,00	23.700,00
CAMINHÃO CARROCERIA COM GUINDAUTO COM CAPACIDADE DE 20 T.M - 136 KW	1	10.200,00	10.200,00
CAMINHÃO LUBRIFICANTE	1	10.500,00	10.500,00
CAMINHÃO OFICINA	1	11.800,00	11.800,00
CAMINHÃO PARA HIDROSSEMEADURA COM CAPACIDADE DE 7.000 L - 25 KW/136 KW	1	9.500,00	9.500,00
CAMINHÃO TANQUE COM CAPACIDADE DE 10.000 L - 188 KW	1	11.000,00	11.000,00
AUTOBETONEIRA	1	5.200,00	5.200,00
Carro tipo pick-up	3	2.950,00	8.850,00
Ambulancia	1	2.035,00	2.035,00
Van	1	2.035,00	2.035,00
Carro tipo pick-up	3	2.950,00	8.850,00

Total Eqp + Ferramentas (kg)	**500.386,00**
Total RBR/SRP (kg)	**25.634.570,18**
Total SRP/RBR (kg)	**500.386,00**

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Máximo Aceitável OU Valor de Referência	Valor Global Máximo
1	1	Contratação de serviço de transporte fluvial de materiais diversos (mesas, cadeiras, armários, estação total, material de expediente e de limpeza, eletrodomésticos, mobiliário geral, mat. eletrônico, material de copa cozinha, materiais energéticos, materiais de manobra e patrulhamento, material de embalagem e acondicionamento, materiais de construção, gêneros alimentícios, tanques	Kg	24.134.186,18	1,53	36.925.304,85

		de combustíveis, insumos asfálticos, insumos pétreos, equipamentos, viaturas, etc., com deslocamento saindo de Manoel Urbano-AC ou Sena Madureira-AC para o 4º Pelotão Especial de Fronteira em Santa Rosa do Purus-AC.				
	2	Contratação de serviço de transporte fluvial de materiais diversos (mesas, cadeiras, armários, estação total, material de expediente e de limpeza, eletrodomésticos, mobiliário geral, mat. eletrônico, material de copa cozinha, materiais energéticos, materiais de manobra e patrulhamento, material de embalagem e acondicionamento, materiais de construção, gêneros alimentícios, tanques de combustíveis, insumos asfálticos, insumos pétreos, equipamentos, viaturas, etc., com deslocamento saindo Santa Rosa do Purus - AC para Manoel Urbano-AC ou Sena Madureira-AC.	Kg	1.000.000,00	1,53	1.530.000,00

2	03	Serviço de transporte em aeronave monomotor turbo hélice: do tipo Caravan ou similar, Capacidade - 09 (nove) passageiros e (02) tripulantes ou capacidade mínima de carga de 1,5 ton. Velocidade de Cruzeiro mínimo - 260 Km/h, com autonomia de 06 H de vôo; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; e homologação na categoria TPX e para Transporte de cargas. Com base de apoio em Rio Branco – AC	Horas de Vôo	500	5.704,00	2.852.000,00
	04	Pernoite da aeronave monomotor turbo hélice: do tipo Caravan ou similar, Capacidade - 09 (nove) passageiros e (02) tripulantes ou capacidade mínima de carga de 1,5 ton. Velocidade de Cruzeiro mínimo - 260 Km /h, com autonomia de 06 H de vôo. Com base de apoio em Rio Branco – AC.	Pernoite	15	5.704,00	85.560,00
		Serviço de transporte em aeronave Bimotor:				

3	05	Dois tripulantes e quatro passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 250km /h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. Com base de apoio em Rio Branco – AC	Horas de Vôo	300	4.704,00	1.411.200,00
	06	PERNOITE da **Aeronave Bimotor:** Dois tripulantes e quatro passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 250km /h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações;	Pernoite	15	4.704,00	70.560

		Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. Com base de apoio em Rio Branco – AC				
4	07	Serviço de transporte em Aeronave Bimotor Turboélice: Dois tripulantes e oito passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 350km /h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. Com base de apoio em Rio Branco – AC	Horas de Vôo	300	5408,00	1.622.400,00
		PERNOITE da **Aeronave Bimotor Turboélice:** Dois tripulantes e oito passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 350km /h				

		Para operação sob regras de voo visuais;	Pernoite		5408,00	
	08	Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. Com base de apoio em Rio Branco – AC		15		81.120,00
5		Serviço de transporte em Aeronave Bimotor: Dois tripulantes e seis passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230km /h Para operação sob regras de voo visuais;	Horas de Vôo		5408,00	
	09	Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. Com base de apoio em Rio Branco – AC		300		1.622.400,00

	10	PERNOITE da Aeronave Bimotor: Dois tripulantes e seis passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230km /h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. Com base de apoio em Rio Branco – AC	Pernoite	15	5408,00	81.120,00
6	11	Serviço de transporte em Aeronave Monomotor: Dois tripulantes e seis passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230km /h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo	Horas de Vôo	300	5.704,00	1.711.200,00

7 BATALHÃO ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fl 52

		com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. Com base de apoio em Rio Branco – AC				
	12	PERNOITE da Aeronave Monomotor: Dois tripulantes e seis passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230km /h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. Com base de apoio em Rio Branco – AC	Pernoite	15	5.704,00	85.560
Não se aplica	13	Contratação de serviço de transporte fluvial de pessoal, com deslocamentos saindo de Manoel Urbano-AC ou Sena Madureira-AC para o 4º Pelotão Especial de Fronteira em Santa Rosa do Purus	Pessoa	1.000	344.000,00	344.000,00

1 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fl 51

		e de Santa Rosa do Purus para Manoel Urbano-AC.				

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Neste caso concreto, opta-se por aplicar ambas as possibilidades tanto o agrupamento quanto o parcelamento. O agrupamento ocorrerá nos itens nº 01 ao 12 (divididos em grupos) e a individualização do objeto para o item nº 13 (disputado individualmente) na presente demanda para a contratação dos serviços objeto da futura licitação. Portanto, não haverá prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

9.2. Neste contexto, definimos após minuciosa avaliação que o objeto não é divisível em sua totalidade, visto que, os itens 01 ao 12 foram divididos em grupos levando em consideração a viabilidade técnica e econômica; não concorrerá para a limitação de mercado dos fornecedores do ramo objeto da licitação tampouco ensejará a perda da economia de escala; ou ainda, a falta de ampliação da competitividade.

9.3. Logo, deverá adicionar na citação do respectivo parágrafo que: "o licitante que sagrar-se vencedor de algum dos grupos 01 ao 06 ficará responsável por tal transporte no deslocamento compreendendo "ida e volta". Assim sendo, ao optar pelo critério de julgamento por "grupo" ao invés de por "item" concorrerá para que determinado licitante apresente a proposta de preços somente para o(s) item(ns) relacionado(s) com o transporte de ida beneficiando-se da quantidade maior de insumos a serem deslocados para aquele município os quais serão empregados na obra. Por conseguinte, tal adoção não esbarrará na possível limitação de mercado ou manifesto desinteresse de eventuais licitantes do ramo a apresentarem proposta de preços no referido certame, pelo contrário, tornar-se-á mais atrativo uma vez que, o licitante que sagrar-se vencedor atenderá a ambos percursos (ida e volta). A exceção com relação ao entendimento anterior será aplicado ao item nº 13, o qual será disputado individualmente.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. No caso concreto, O 7º BEC realizou o Pregão Eletrônico SRP nº 007/2017 – 7º BEC, em 27 de março de 2017, cujo objeto assemelha-se ao caso em tela, o que torna viável tomá-lo como referência; bem como o Pregão Eletrônico SRP nº 033 /2019 – 7º BEC ora prestes a ser adjudicado e homologado.

10.2. Assim sendo, utilizando-se desta informação, no mínimo, facilita sugerir na presente data, quaisquer inconsistências ocorridas nas fases do Planejamento da Contratação, Seleção do Fornecedor e Gestão do Contrato, com a finalidade de prevenir a ocorrência dessas nos ulteriores Termos de Referência e Projetos Básicos.

1 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fl 52

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 Face ao conglomerado exposto, após minuciosa análise esta Equipe de Planejamento da Contratação é de ***parecer favorável*** a contratação dos serviços objeto deste instrumento, fato este, que justifica-se nos elementos anteriores dos Estudos Preliminares.

11.1.2. A contratação dos serviços em tela, visa atender às necessidades do 7º BEC, particularmente, no que tange ao transporte de insumos, viaturas, equipamentos, materiais diversos e pessoal para as diversas atividades de engenharia de construção que serão desenvolvidas na manutenção da Pista de pouso do aeroporto e Santa Rosa do Purus/AC.

11.1.3. Ademais, a aludida contratação permitirá alcançar resultados mais satisfatórios ao qual essa Organização Militar se propôs, de modo que, o 7º BEC cumprirá às missões delegadas conforme o cronograma de execução projetado. Ressalto ainda, outro importante aspecto é que a conclusão das referidas obras proporcionará um mínimo melhoria de acesso ao município de Santa Rosa do Purus /AC por meio da pista de pouso do aeroporto.

11.1.4. Prosseguindo a abordagem, em sentido contrário a ausência de contratação, no mínimo, acarretará prejuízo ao *interesse público*, particularmente, aos moradores isolados daquele(s) município(s) que não poderão contar com uma logística favorável aos fatores impostos pela localização geográfica; aos que se encontrão prestando serviço no município de Santa Rosa do Purus/AC e por último a esta Organização Militar a qual ficará descrente frente a população como um todo quanto a sua capacidade operacional de emprego.

11.1.5. Por último, porém, não menos importante, consubstanciado no art. 3º, da Lei nº 8.666/93, estritamente citando o Princípio Básico da Publicidade segue a relação de alguns servidores que poderão participar da fiscalização do contrato, podendo, inclusive, serem convidados a participar do Planejamento da Contratação. São eles:

11.1.5.1. **MAYK** NELSOLYNE COSTA DOS SANTOS - Maj (Chefe da 4ª Seção do 7º BEC);

11.1.5.2. ANDERSON LUIZ **RIBEIRO MORAES** - 1º Ten (ENG SEC TEC do 7º BEC); e

11.1.5.3. **FERNANDO** JERÔNIMO DO NASCIMENTO - 2º Ten (Chefe Seção de Controle da CEEM do 7º BEC).

12. Resultados Pretendidos

12.1 Os serviços uma vez contratados trarão os seguintes benefícios diretos e indiretos ao 7º BEC e a sociedade acreana:

12.1.1. trará uma logística mais eficaz para a execução da obra obras de recuperação da pista de pouso do aeroporto de Santa Rosa do Purus/AC;

12.1.2. a diminuição e otimização do tempo de execução das obras citadas acima, tendo em vista serem obras emergenciais e localizadas em região de difícil acesso e de fronteira do país;

12.1.3. opção de utilização de dois modais de transporte (rodoviário e fluvial) para melhor logística dos insumos que serão utilizados na obra e deslocamento da força de trabalho;

12.1.4. Aumentar a capacidade laborativa dos agentes empregados na obra;

12.1.5. Melhorar as condições da pista de pouso de Santa Rosa do Purus-AC para melhor atender a população;

12.1.6. transporte seguro, eficiente e especializado dos materiais, das viaturas e dos equipamentos a serem entregues no canteiro de trabalho das referidas obras; e etc.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 A Administração, com vistas a alcançar maior êxito na contratação do aludido serviço objeto deste instrumento, elaborou um cronograma sucinto cujas atividades são ínsitas à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta efeitos e com os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores:

setores:

Cronograma das Atividades Necessárias à Adequação do Ambiente da Organização	
Ação	**Responsável(is)**
Elaboração do Termo de Referência	Setor Requisitante (4ª Seção)
Abertura do processo licitatório com vistas à contratação dos serviços de transporte fluvial de pessoal e carga	Ordenador de Despesas / SALC
Celebração de Contrato ou outro instrumento congênere	Ordenador de Despesas / SALC
Designação do Fiscal de Contrato	Ordenador de Despesas / Fisc Adm
Liberar o espaço físico para a execução dos serviços	Cmt da 1ª Cia E Cnst / Ch Destacamento

FL 54

Fiscalização do Contrato	Preposto da Administração (nomeação BI)

13.2. Cabe ressaltar ainda que, esta Administração capacitará servidor para a contratação e indicará preposto para fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado.

13.3. Juntar o cronograma ao processo e incluir no Mapa de Riscos eventuais riscos de a contratação fracassar caso os ajustes não ocorram em tempo.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Em obediência ao Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, serão exigidos os seguintes cretérios e práticas de sustentabilidade ambiental:

14.1.1 Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; (Redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017)

14.1.2 Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

14.1.3 Maior geração de empregos, preferencialmente, com mão de obra local;

14.1.4 Uso de inovações que reduzem a pressão sobre recursos naturais;

14.1.5 Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras.

14.1.6 Tomando ciência dos possíveis danos ambientais como vazamentos de óleos em leitos de rios, poluição sonora e com danos a fauna e a flora. As contratadas devem se atentar as todas as exigências descritas no Decreto nº 7.746 de 5 de junho de 2012.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

Lista de Anexos

Atenção: alguns arquivos digitais enumerados abaixo podem ter sido anexados mesmo sem poderem ser impressos.

- Anexo I - 7.1 Transporte Fluvial_V3.xlsx (1.3 MB)
- Anexo II - ANEXO B - MEMÓRIA DE CALC MOBILIZACAO - STA ROSA DO PURUS - V3.xlsx (46.27 KB)
- Anexo III - PTRAB_SANTA_ROSA_DO_PURUS_DOC4 (2).xlsx (4.58 MB)

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

Fl. 56

MAPA DE RISCOS

FASE DE ANÁLISE

(x) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

(x) Gestão do Contrato

RISCO 01 – Indisponibilidade Orçamentária			
Probalidade:	(x) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	( ) Médio	(x) Alto
Id	**Dano**		
1.	Impossibilidade de contratação dos serviços, os quais acarretariam prejuízos: ao interesse público (sociedade), a Administração (7º BEC) e aos órgãos convenentes.		
Id	**Ação Preventiva**		**Responsável**
1.	A Administração deverá no Planejamento Estratégico contemplar a(s) possível(is) rubrica(s) orçamentária(s) que poderão ser descentralizadas em prol da contratação.		Equipe de Planejamento da Contratação
Id	**Ação de Contingência**		**Responsável**
1.	Intermediar junto ao 2º Grupamento de Engenharia para gestão junto ao Órgão Responsável, a fim de atender o mais breve possível com recursos a referida demanda.		Equipe de Planejamento da Contratação e a 4ª Seção

RISCO 02 – Especificação Insuficiente para a Contratação dos Serviços			
Probalidade:	( ) Baixa	(x) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	(x) Médio	( ) Alto
Id	**Dano**		
1.	Os serviços poderão ser prestados de forma a não abranger às necessidades institucionais.		
Id	**Ação Preventiva**		**Responsável**
1.	Revisão da especificação do serviço objeto do Termo de Referência, bem como do Edital e seus anexos.		Setor Requisitante (4ª Seção), Equipe de Planejamento da Contratação e SALC
Id	**Ação de Contingência**		**Responsável**
1.	Analisar o grau de insuficiência do Termo de Referência, e, sucessivamente, decidir quanto a vantajosidade de uma possível rescisão contratual e de repetição do certame licitatório sanado os óbices.		Setor Requisitante (4ª Seção), Equipe de Planejamento da Contratação e SALC

RISCO 03 – Atraso na Conclusão da Licitação			
Probalidade:	( ) Baixa	( ) Média	(x) Alta
Impacto:	( ) Baixo	( ) Médio	(x) Alto

Id	Dano
1.	Não atendimento à demanda no prazo necessário acarretando prejuízos ao cronograma de execução da obra.

Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	O Setor Requisitante deverá atentar para responder os pedidos de esclarecimentos e impugnação ao Edital, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas; bem como as eventuais alterações que afetarem a substância (formulação) das propostas de preços deverão ser realizadas mediante a reabertura do prazo inicial correspondente. Ainda, outro fator que poderá enquadrar-se ao episódio será a desclassificação da proposta de preços ou inabilitação do(s) licitante(s) interessado(s).	Setor Requisitante (4ª Seção) e SALC

Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Adiamento da abertura da licitação pela SALC, a fim de evitar possíveis infringências ao Princípio Constitucional da Isonomia e aos Princípios Básicos citados no Art. 3º, da Lei nº 8.666/93; bem como evitar a eventual possibilidade de impetração de Mandado de Segurança (MS), devido a alguma desatenção em responder ao(s) questionamento(s) no prazo estipulado conforme a legislação vigente. Quanto a desclassificação da proposta de preços ou inabilitação do(s) licitante(s) no certame poderá ser evitado, caso não seja excessiva a decisão tomada pelo Pregoeiro(a) conforme o caso, ou ainda, a documentação de habilitação não seja demasiadamente excessiva para declará-lo vencedor do certame, portanto, tais condições poderão ser revisados no edital antes da fase externa (divulgação no D.O.U.).	Pregoeiro(a) designado(a), SALC e Setor Requisitante (4ª Seção)

RISCO 04 – Recursos Administrativos Procedentes			
Probalidade:	( ) Baixa	(x) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	( ) Médio	(x) Alto

Id	Dano
1.	Atraso na contratação do objeto da licitação, devido a aceitação ao recurso impetrado por algum licitante participante, por ocasião de habilitação indevida daquele declarado vencedor do certame, ou ainda, da aceitação da proposta em desacordo com as condições editalícias. Fato este, que poderá culminar com a licitação "fracassada" ou na hipótese de desclassificação e/ou inabilitação perdurar um prazo mais extenso para adjudicação/homologação ocasionado pela convocação de licitante(s) subsequente(s) quando houver.

Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Analisar com cautela o(s) pedido(s) de intenção de recurso, a(s) proposta(s) de preços e documentação de habilitação exigidas no Edital, a fim de reduzir os riscos.	Pregoeiro(a) designado(a), Ordenador de Despesas e Setor Requisitante (4ª Seção) (quando for o caso).

Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	O Pregoeiro(a) envidará esforços de sua competência para lograr êxito na contratação senão repassará ao Ordenador de Despesas possíveis estratégias paralelas.	Pregoeiro(a) designado(a), Ordenador de Despesas e Setor Requisitante (4ª Seção) (quando for o caso).

BATALHÃO DE CONSTRUÇÃO Fl. 57

RISCO 05 – Fiscalização de Contrato Ineficiente			
Probalidade:	(x) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto:	( ) Baixo	( ) Médio	(x) Alto

Id	Dano
1.	Fiscalização de contrato ineficiente, devido a designação por parte da Administração de servidor militar ou civil diferente daqueles citados no subitem 3.12.5, cujo conhecimento acerca do objeto da licitação seja mínimo e tal inexperiência comprometa o apontamento de correções no Livro Registro do Contrato, que, porventura, venham divergir do que foi firmado no Termo de Contrato.

Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Designar servidor militar ou civil devidamente qualificado para a função de Fiscal de Contrato.	Ordenador de Despesas e Fiscal de Contrato designado

Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	O Fiscal de Contrato no uso de suas atribuições deverá anotar em registro próprio quaisquer divergências quanto à execução do Termo de Contrato, e, sucessivamente, notificar a Contratada para eventuais correções. Em ato contínuo o Ordenador de Despesas deverá ser comunicado.	Fiscal de Contrato designado

PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA				
	ALTA			**RISCO 03**
	MÉDIA		**RISCO 02** **RISCO 04**	
	BAIXA	**RISCO 01** **RISCO 05**	**RISCO 02**	**RISCO 01** **RISCO 03** **RISCO 04** **RISCO 05**
		BAIXA	**MÉDIA**	**ALTA**
	GRAVIDADE /IMPACTO			

Rio Branco, AC, 28 de julho de 2020.

MAYK NELSOLYNE COSTA DOS **SANTOS – MAJ**
Chefe da 4ª Seção Chefe da 4ª Seção do 7º BEC
(Membro da Equipe de Planejamento da Contratação)

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl. 52

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 24/2019, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO 7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO - 7º BEC E A EMPRESA FLORA CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES LTDA.

O **7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – 7º BEC**, com sede na na Avenida Nações Unidas, 2100, Bairro 7º BEC, AC, CEP: 6[redacted], na cidade de Rio Branco / Estado do Acre, inscrito no CNPJ/MF sob o nº[redacted], neste ato representado pelo Comandante do 7º BEC, o Sr. Coronel **FLÁVIO DO PRADO**, nomeado pela Portaria nº 580-Cmt Ex, de 7 de junho de 2017, publicada no DOU nº 109, de 08 de junho de 2017, inscrito no CPF nº[redacted] portador da Carteira de Identidade nº[redacted] EB, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **FLORA CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº[redacted] sediada na rua Francisco Bezerra, 170 - Centro, CEP[redacted] em Marechal Thaumaturgo/AC, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. **ELSON GALDINO DE SOUZA**, portador da Carteira de Identidade nº 176220, expedida pela SSP/SP, e CPF nº 217.296.032-20, tendo em vista o que consta no Processo nº[redacted]-35 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico SRP nº**[redacted] mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de transporte fluvial de pessoal, equipamentos e materiais necessários à execução dos trabalhos de manutenção e recuperação de instalações do 1° Destacamento Especial de Fronteiras (DEF) do 61° Batalhão de Infantaria de Selva (61° BIS), que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

Item		Especificação	Und	Qtd	Preço Unit. (R$)	Valor Total (R$)
Nº	ATA					
01	01	Transporte Marítimo e Fluvial de Pessoal/Carga, contratação de serviços de transporte fluvial de pessoal, equipamentos e materiais necessários à execução dos trabalhos de manutenção e recuperação de instalações do 1° Destacamento Especial de Fronteiras (DEF) do 61° Batalhão de Infantaria de Selva (61° BIS), em Marechal Thaumaturgo/AC.	Kg	178.489	[redacted]	[redacted]

DIVISÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl. 60

02	02	Transporte Marítimo e Fluvial de Pessoal/Carga, Contratação de serviço de transporte fluvial de materiais diversos (mesas, cadeiras, armários, estação total, material de expediente e de limpeza, eletrodomésticos, mobiliário geral, mat. eletrônico, material de copa cozinha, material energéticos, materiais de manobra e patrulhamento, material de embalagem e acondicionamento, materiais de construção, gêneros alimentícios, tanques de combustíveis, insumos asfálticos, insumos pétreos, equipamentos, viaturas, etc., com valor da carga segurada), com deslocamentos saindo do Destacamento Especial de Fronteiras em Marechal Thaumaturgo AC para Cruzeiro do Sul AC.	Kg	12.277	[redacted]	[redacted]
Valor total do contrato (R$):						[redacted]

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 18/06/2019 e encerramento em 31/12/2019, somente poderá ser prorrogado nos termos do artigo 57, parágrafo 1, da Lei n. 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor total da contratação é de [redacted]

3.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 1/160001

Fonte: [redacted]

Programa de Trabalho: [redacted]

Elemento de Despesa: [redacted]

PI: F8MOZ01APTG

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital

6. CLÁUSULA SEXTA – INEXISTÊNCIA DE REAJUSTE

6.1. O preço é fixo e irreajustável.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de [redacted] em quaisquer das modalidades previstas no §1°, do Art. 56, da Lei n° 8.666/93, correspondente a **5% (cinco por**

Fl. 61

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN n. 05, de 2017.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.2.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
FL 62

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. É eleito o Foro da Seção Judiciária de Rio Branco - Justiça Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Rio Branco, AC, 18 de junho de 2019.

FLÁVIO DO PRADO – Cel
Ordenador de Despesas do 7º BEC
Responsável legal da CONTRATANTE

ELSON GALDINO DE SOUZA
CPF: 217.296.032-20
RG: 176220 – SSP/SP
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

MARCELO ANDRÉ BARROS DE SÁ – Cap
Chefe da 4ª Seção

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 63

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 05/08/2019 | Edição: 149 | Seção: 3 | Página: 14

Órgão: Ministério da Defesa/Comando do Exército/Comando Militar da Amazônia/2º Grupamento de Engenharia/7º Batalhão de Engenharia de Construção

EXTRATO DE CONTRATO Nº 24/2019 - UASG 160001

Nº Processo: 64045006335201835.

PREGÃO SRP Nº 39/2018. Contratante: 7 BATALHAO DE ENGENHARIA DE -CONSTRUCAO. CNPJ Contratado: [redacted] Contratado : FLORA CONSTRUCOES E TRANSPORTES -LTDA. Objeto: Contratação de serviços de transporte fluvial de pessoal, equipamentos e materiais necessários à execução dos trabalhos de manutenção e recuperação de instalações do 1° Destacamento Especial de Fronteiras (DEF) do 61° Batalhão de Infantaria de Selva (61° BIS). Fundamento Legal: Parágrafo único do art. 61 da Lei 8666/93. Vigência: 18/06/2019 a 31/12/2019. Valor Total: [redacted]. Fonte: 100000000 - 2019NE800376. Data de Assinatura: 18/06/2019.

(SICON - 02/08/2019) 160001-00001-2019NE001706

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

1º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO FL 64

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 5/2019

Pregão nº 5/2019. Objeto: eventual contratação de serviços para manutenção e conservação de veículos em proveito do Comando De Fronteira Juruá/61º Batalhão de Infantaria de Selva. Órgão Gerenciador: 160536 - C FRON JUR/61º BIS. Foram consideradas vencedoras do certame as seguintes empresas: CNPJ: [redacted]2 - NA ATIVA COMERCIAL - EIRELI, no valor de[redacted]0; CNPJ: [redacted] - IRAN DE OLIVEIRA - COMERCIO, no valor de: R$ [redacted] CNPJ: [redacted] CNPJ: [redacted] SCOT - SERVICOS E COMERCIO LTDA, no valor de: R$ 208.238,20; CNPJ [redacted] - TRICAT PECAS PARA TRATORES LTDA, no valor de[redacted] conforme Ata De Registro de Preços.

EDUARDO LEMOS PEREIRA DE ALMEIDA
Ordenador de Despesas

(SIDEC - 02/08/2019) 160536-00001-2019NE001706

4º BATALHÃO DE AVIAÇÃO DO EXÉRCITO

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 1/2019

O 4° Batalhão de Aviação do Exército torna público o resultado do Pregão Eletrônico 01/2019, sagrando-se vencedora a Empresa: (AZ ENGENHARIA CNPJ 21.160.279/0001-40, Valor: [redacted])

MARCO AURÉLIO DE CASTRO
Ordenador de Despesas

(SIDEC - 02/08/2019) 160007-00001-2019NE001706

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 9/2019

O 4° Batalhão de Aviação do Exército torna público o resultado do Pregão Eletrônico 09/2019, sagrando-se vencedoras a Empresas: (10.777.579/0001-57 - GRUNOX EQUIPAMENTOS PARA GASTRONOMIA LTDA R$ 13.361,00); (12.287.498/0001-02 - POLUX COMERCIAL EIRELI R$ 9.411,00); (13.626.850/0001-41 - MARIA LUCELENE CARDOZO DE MELO PEREIRA R$ 3.691,46); (33.803.411/0001-74 - PIN COMERCIO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE EIRELI [redacted] (92.823.764/0001-03 - DIRCEU LONGO & CIA LTDA R$ 2.194,15).

MARCO AURÉLIO DE CASTRO
Ordenador de Despesas

(SIDEC - 02/08/2019) 160007-00001-2019NE001706

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 11/2018

O 4°Batalhão de Aviação do Exército torna público o resultado do Pregão Eletrônico 11/2018, sagrando-se vencedoras as Empresas: (17.682.346/0001-10 - DAIANE DA SILVA MAAS Valor: R$ 3.203,66); (19.910.840/0001-10 - MAGITECH - DISTRIBUIDOR DE ELETRONICOS Valor:R$ 5.298,00); (29.072.754/0001-39 - D P DE ALBUQUERQUE COMERCIO VAREJISTA Valor: R$ 5.991,81)

MARCO AURÉLIO DE CASTRO
Ordenador de Despesas

(SIDEC - 02/08/2019) 160007-00001-2019NE001706

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2019 - UASG 160007

Nº Processo: 64020004069201975. Objeto: Químicos, óleos e lubrificantes para aeronaves HM2. Total de Itens Licitados: 87. Edital: 05/08/2019 das 09h00 às 12h00 e das 13h00 às 16h00. Endereço: Est do Paredao S/n Vila Militar Rio Negro, Col Oliveira Machado, - Manaus/AM ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/160007-5-00004-2019 Entrega das Propostas: a partir de 05/08/2019 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 15/08/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: .

MARKYSON PAULO DE SOUZA
Pregoeiro

(SIASGnet - 02/08/2019) 160007-01000-2019NE001706

2º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA .
5º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2019 - UASG 160348

Nº Processo: 64043005309201991. Objeto: Serviço de manutenção em equipamentos de laboratórios de solos.. Total de Itens Licitados: 14. Edital: 05/08/2019 das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h00. Endereço: Av. Rogerio Weber 01 - Bairro Militar, Militar - Porto Velho/RO ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/160348-5-00026-2019. Entrega das Propostas: a partir de 05/08/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 15/08/2019 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: .

EMERSON DA SILVA MORAES
Ordenador de Despesas

(SIASGnet - 01/08/2019) 160348-00001-2019NE001153

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 24/2019 - UASG 160001

Nº Processo: 64045006335201835.
PREGÃO SRP Nº 39/2018. Contratante: 7 BATALHAO DE ENGENHARIA DE -CONSTRUCAO. CNPJ Contratado: 10723841000180. Contratado : FLORA CONSTRUCOES E TRANSPORTES - LTDA. Objeto: Contratação de serviços de transporte fluvial de pessoal, equipamentos e materiais necessários à execução dos trabalhos de manutenção e recuperação de Instalações do 1° Destacamento Especial de Fronteiras (DEF) do 61° Batalhão de Infantaria de Selva (61° BIS). Fundamento Legal: Parágrafo único do art. 61 da Lei 8666/93. Vigência: 18/06/2019 a 31/12/2019. Valor Total: R$180.000,00. Fonte: 100000000 - 2019NE800376. Data de Assinatura: 18/06/2019.

(SICON - 02/08/2019) 160001-00001-2019NE001706

8º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2019 - UASG 160171

Nº Processo: 64046005643201914. Objeto: Aquisição de peças/acessórios, genuínos e originais, para Equipamentos de Engenharia e Viaturas de porte leve e pesado, para atender demanda do 8º Batalhão de Engenharia de Construção (8º BEC). Total de Itens Licitados: 440. Edital: 05/08/2019 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Rodovia Santarem/cuiaba Km 10 Serra do Piquiatuba Cipoal, - SANTAREM/PA ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/160171-5-00028-2019. Entrega das Propostas: a partir de 05/08/2019 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 19/08/2019 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: .

MARCELLO VENICIUS MOTA LINHARES
Ordenador de Despesas

(SIASGnet - 02/08/2019) 160171-00001-2019NE001153

12ª REGIÃO MILITAR
COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS / 12ª REGIÃO MILITAR

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2019 - UASG 160017

Número do Contrato: 10/2017.
Nº Processo: 64333003574201715.
PREGÃO SRP Nº 5/2016. Contratante: COMISSAO REGIONAL DE OBRAS DA -DECIMA SEGUNDA REGIAO MIL. CNPJ Contratado: 02558157000162. Contratado : TELEFONICA BRASIL S.A. -.Objeto: Prorrogação de prazo de vigência contratual para Prestação d e Serviço de Telefonia Móvel Pessoal, conforme condições estabelecidasno Edital do Pregão Eletrônico 05/2016 do CMNE/25ªCSM. Fundamento Legal: Lei 8666/93 . Vigência: 28/07/2019 a 27/07/2020. Data de Assinatura: 27/07/2019.

(SICON - 02/08/2019) 160017-00001-2019NE001706

HOSPITAL DE GUARNIÇÃO DE PORTO VELHO

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 201/2019 - UASG 160351

Nº Processo: 64593007980201869.
INEXIGIBILIDADE Nº 11/2018. . CNPJ Contratante: 09552435000113. Contratante: HOSPITAL DE GUARNICAO DE PORTO -VELHO. CNPJ Contratado: 15310491000144. Contratado : LARISSA T. GAIOTTO JAQUINI -.Objeto: Prestação de serviços especializados em saúde. Fundamento Legal: Inciso II, art. 57 da Lei nº 8.666/93. Vigência: 05/08/2019 a 05/08/2020. Valor Total: R$10.000,00. Fonte: 250270013 - 2019NE800957 - ND: 339039. Data de Assinatura: 23/07/2019.

(SICON - 02/08/2019) 160351-00001-2019NE001153

COMANDO MILITAR DO LESTE
1ª REGIÃO MILITAR

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 35/2019 - UASG 160298

Nº Processo: 06659049965201961 . Objeto: Capacitação de servidores civis para aplicação correta das normas estabelecidas na Lei nº 8.112/90 aplicadas ao SIAPE e SIAPEcad, o conhecimento da legislação e dos procedimentos e rotinas para operacionalização do Módulo de Aposentadoria do SIAPE, tendo por base o disposto nas EC nºs 20/1998, 41/2003 e 47/2005, bem como das normas constantes do Manual Operacional do Usuário, expedido pelo MPOG. Total de Itens Licitados: 00002. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso II da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Contratação de Empresa de notória especialização. Declaração de Inexigibilidade em 02/08/2019. CLAUDIO BRUNO FERREIRA. Ordenador de Despesas. Ratificação em 02/08/2019. FERNANDO JOSE SANTANA SOARES E SILVA. Comandante da 1ª.região Militar. Valor Global: [redacted]. CNPJ CONTRATADA : 10.825.457/0001-99 IOC CAPACITACAO LTDA.

(SIDEC - 02/08/2019) 160298-00001-2019NE000024

4ª REGIÃO MILITAR

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2019 - UASG 160118

Nº Processo: 64184000481201943. Objeto: Serviço de manutenção preventiva e corretiva, com troca de baterias e fornecimento de peças, em dois Nobreak de 30 K.V.A., modelo SUVTPF30KB4F e seus componentes, Marca APC, pertencente ao 21º Centro de Telemática conforme Edital. Total de Itens Licitados: 4. Edital: 05/08/2019 das 09h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30. Endereço: Av.raja Gabaglia, 450, Gutierrez - Belo Horizonte/MG ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/160118-5-00011-2019. Entrega das Propostas: a partir de 05/08/2019 às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 19/08/2019 às 09h30 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: .

EDUARDO HENRIQUE COSENDEY JUNIOR
Ordenador de Despesas

(SIASGnet - 01/08/2019) 160118-00001-2019NE001153

1ª DIVISÃO DE EXÉRCITO
GRUPAMENTO DE UNIDADES ESCOLAS E 9ª BRIGADA DE INFANTARIA MOTORIZADA
15º REGIMENTO DE CAVALARIA MECANIZADO - ESCOLA

RETIFICAÇÃO

No Extrato de Contrato Nº 3/2019 publicado no D.O. de 01/08/2019 , Seção 3, Pág. 147. Onde se lê: Vigência: 27/07/2019 a 27/10/2019 Leia-se : Vigência: 27/07/2019 a 27/09/2019

(SICON - 02/08/2019) 160265-00001-2019NE001153

4ª BRIGADA DE INFANTARIA LEVE- MONTANHA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

PROCESSO: 64301.010430/2019-46.
O COMANDO DA 4ª BRIGADA DE INFANTARIA LEVE DE MONTANHA, UG 160111, notifica a A C PEREIRA INFORMÁTICA EIRELLI, CNPJ 11.463.094/0001-51, que se encontra em domicílio incerto, para se manifestar acerca de descumprimento de obrigação contratual, nos autos do processo administrativo instaurado pela Portaria nº 008/PA - Adj Ap As Jurd/DALC, de 9 JUL 19. A referida empresa tem o prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, para apresentar suas razões, no Comando da 4ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha, situado na Rua Mariano Procópio, nº 970, Mariano Procópio - Juiz de Fora - MG, CEP 36.035-780, pessoalmente ou por Intermédio de procurador constituído, praticando todos os atos necessários ao exercício do contraditório, alertando ainda, que poderão ser tomadas as medidas para a anulação da nota de empenho caso não ocorra a manifestação por parte da empresa.

Juiz de Fora-MG, 2 de agosto de 2019.
Coronel JOÃO CARLOS ADAMS II
Ordenador de Despesas

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
FL 65

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

TERMO DE REFERENCIA Nº 02/2020 – 4ª SEÇÃO – 7ª BEC

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte fluvial e aéreo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Máximo Aceitável
1	1	Contratação de serviço de transporte fluvial de materiais diversos (mesas, cadeiras, armários, estação total, material de expediente e de limpeza, eletrodomésticos, mobiliário geral, mat. eletrônico, material de copa cozinha, materiais energéticos, materiais de manobra e patrulhamento, material de embalagem e acondicionamento, materiais de construção, gêneros alimentícios, tanques de combustíveis, insumos asfálticos, insumos pétreos, equipamentos, viaturas, etc., com deslocamento saindo de Manoel Urbano-AC para o 4º Pelotão Especial de Fronteira em Santa Rosa do Purus-AC. Com pernoite previsto da embarcação de até 72 horas para que seja realizado o desembarque de todo material transportado.	3182	Kg	24.150.000	[redacted]
		Contratação de serviço de transporte fluvial de materiais diversos (mesas, cadeiras, armários, estação total,				

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl. 66

	2	material de expediente e de limpeza, eletrodomésticos, mobiliário geral, mat. eletrônico, material de copa cozinha, materiais energéticos, materiais de manobra e patrulhamento, material de embalagem e acondicionamento, materiais de construção, gêneros alimentícios, tanques de combustíveis, insumos asfálticos, insumos pétreos, equipamentos, viaturas, etc., com deslocamento saindo Santa Rosa do Purus-AC para Manoel Urbano-AC. Com pernoite da embarcação previsto de até 72 horas para que seja realizado o desembarque de todo material transportado.	3182	Kg	1.000.000	[redacted]
2	03	Serviço de transporte em aeronave monomotor turbo hélice: do tipo Caravan ou similar, Capacidade - 09 (nove) passageiros com bagagem pessoal de até 10 Kg e (02) tripulantes ou capacidade mínima de carga de 1,5 Ton. Velocidade de Cruzeiro mínimo-260 Km/h, com autonomia de 06 H de vôo; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; e homologação na categoria TPX e para Transporte de cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC.**	3174	Horas de Voo	500	[redacted]
	04	Pernoite da aeronave monomotor turbo hélice: do tipo Caravan ou similar, Capacidade - 09 (nove) passageiros e (02) tripulantes ou capacidade mínima de carga de 1,5 Ton. Velocidade de Cruzeiro mínimo - 260 Km/h, com autonomia de 06 H de vôo. **Com base de apoio em Rio Branco – AC.**	3174	Pernoite	15	[redacted]
	05	Serviço de transporte em aeronave Bimotor: Dois			300	

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
FL 67

3		tripulantes e quatro passageiros com bagagem pessoal de até 10 Kg; Velocidade Mínima de cruzeiro de 250 Km/h. Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC.**	3174	Horas de Voo		[redacted]
	06	PERNOITE da **Aeronave Bimotor:** Dois tripulantes e quatro passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 250 Km/h. Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC.**	3174	Pernoite	15	[redacted]
4	07	Serviço de transporte em Aeronave Bimotor Turboélice: Dois tripulantes e oito passageiros com bagagem pessoal de até 10 Kg; Velocidade Mínima de cruzeiro de 350 Km/h. Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC.**	3174	Horas de Voo	300	[redacted]
	08	PERNOITE da **Aeronave Bimotor Turboélice:** Dois tripulantes e oito passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 350 Km/h.			15	

FL 68

		Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC.**	3174	Pernoite		[redacted]
5	09	Serviço de transporte em Aeronave Bimotor: Dois tripulantes e seis passageiros com bagagem pessoal de até 10 Kg; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230 Km/h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC.**	3174	Horas de Voo	300	[redacted]
	10	PERNOITE da Aeronave Bimotor: Dois tripulantes e seis passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230 Km/h. Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC.**	3174	Pernoite	15	[redacted]
6	11	Serviço de transporte em Aeronave Monomotor: Dois tripulantes e seis passageiros com bagagem pessoal de até 10 Kg; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230 Km/h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes		Horas de	300	[redacted]

DIVISÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
FL 69

		legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC**.	3174	Voo		
	12	PERNOITE da Aeronave Monomotor: Dois tripulantes e seis passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230 Km/h. Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC**.	3174	Pernoite	15	[redacted]
Não se aplica	13	Contratação de serviço de transporte fluvial de pessoal com bagagem de mão de até 10 Kg (o excedente será despachado conforme o item 1), com deslocamentos saindo de Manoel Urbano-AC para o 4º Pelotão Especial de Fronteira em Santa Rosa do Purus-AC ou de Santa Rosa do Purus-AC para Manoel Urbano-AC.	3182	Pessoa	2.000	[redacted]

~~*1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):*~~

Órgão gerenciador:			
ITEM	*DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO*	*Unidade de Medida*	*Quantidade*
1			
2			
3			
...			

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviços comuns, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002, do Decreto n° 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl. 70

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global (para os itens nº 01 ao 12 ora divididos em 06 grupos) e Empreitada por Preço Unitário (para o item nº 13 ora disputados individualmente).

1.5. *O prazo de vigência do contrato é de 12(meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.*

1.6. **O objeto da aludida contratação constitui atividade de custeio, conforme o Decreto nº 7.689, de 02 de março de 2012 e Inciso I do art. 3º da Portaria nº 249 – MOG/SLTI, de 13 de junho de 2012.**

1.7. **O 7º BEC no exercício de suas funções, com o objetivo de demonstrar que a aplicação dos benefícios materiais previstos nos arts. 47 e 48, da Lei Complementar nº 123, de 2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014, podem ser dispensados pela autoridade responsável pela licitação.**

1.7.1. A redação do novel art. 47, da Lei Complementar nº 123/06 estabelece um dever de prioridade, ou seja, nos certames públicos deflagrados há de se dar preferência à contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, independentemente de qualquer legislação específica editada pelo ente licitante.

1.7.2. Basicamente, sabe-se que as principais alterações promovidas pela LC nº 147/14 na LC nº 123/06 foram:

1.7.2.1. Ampliação do prazo para comprovação da regularidade fiscal (art. 43, § 1º);

1.7.2.2. Licitação exclusiva para ME's e EPP's (art. 48, inc. I);

1.7.2.3. Subcontratação sem limite de ME's e EPP's (art. 48, inc. II);

1.7.2.4. Cotas de objetos divisíveis (art. 48, inc. III);

1.7.2.5. Prioridade de contratação para ME's e EPP's sediadas local ou regionalmente (art. 47);

1.7.2.6. Margem de preferência para contratação de ME's e EPP's (art. 48, § 3º);

1.7.2.7. Desnecessidade de previsão no instrumento convocatório (art. 49, inc. I); e,

1.7.2.8. Preferência nas dispensas de licitação tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93 (art. 49, inc. IV).

1.7.3. Entretanto, a Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, elencou no art. 49, algumas hipóteses que, se presentes no caso concreto, dispensam ou eximem a autoridade responsável pela licitação de aplicar os benefícios materiais previstos nos arts. 47 e 48. Assim, vale a máxima: "para toda regra existe uma exceção". Assim sendo, de conformidade com o art. 49, não se aplica os benefícios dos arts. 47 e 48 quando:

1.7.3.1. não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

1.7.3.2. o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado; ou,

DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
FL 71

1.7.3.3. a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incs. I e II, do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inc. I, do art. 48.

1.7.4. Nesse contexto, por se tratar de contratação de serviço de transporte aéreo e fluvial de material e pessoal, e por isso, agregarem valores elevados que em teoria não são acessíveis a empresas (ME's e EPP's), além do mais, o local de entrega, se trata de região peculiar e de difícil logística, ou seja, elevado custo de transporte. E por fim, durante a fase da pesquisa de preços não foram encontradas empresas (ME´s e EPP´s) no mercado local ou regional que possa fornecer os serviços listados neste certame. Assim sendo esta administração no uso de suas atribuições legais resolve, não aplicar a LC 123/2006 e 147/2014 para esse edital específico.

1.7.5. Conforme pesquisa de mercado anexa no processo, constatou-se que não há 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente conforme pesquisa em htt://app.anp.gov.br, capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento, conforme o inciso II do art. 49 da LC 123/2016 e ainda mais, a reserva de cota nesse caso não é vantajoso para a administração pública e representará prejuízo ao conjunto, conforme o inciso III do art. 49 da LC 123/2016.

1.8. Em obediência ao Decreto nº 7.746, de 05 junho de 2012, serão exigidos os seguintes critérios e práticas de sustentabilidade ambiental:

1.8.1. baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; (redação dada pelo Decreto nº 9.178, de 2017);

1.8.2. preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

1.8.3. maior geração de empregos, preferencialmente, com mão de obra local;

1.8.4. uso de inovações que reduzem a pressão sobre recursos naturais; e

1.8.5. origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras.

1.9. A Administração optou pelo Sistema de Registro de Preços, em face do espeque legal contido nos incisos I e II, do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013, o qual aduz que:

"I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes; e

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

1.9.1. Prosseguindo a abordagem anterior, às condições climáticas na região amazônica influenciam diretamente na contratação e execução dos serviços objeto desse instrumento, visto que, durante o período do verão favorece o seguimento da construção civil, e, sucessivamente, a fim de evitar a escassez de insumos na obra serão encaminhados frequentemente às frentes de serviços materiais e pessoal necessários. Outrossim, o período chuvoso é um fator impeditivo e desfavorável a realização de serviços específicos podendo culminar com o desperdício de material ou possivelmente dano ao erário. Assim sendo, durante a vigência da Ata de Registro de Preços serão descentralizados

1 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 72

recursos financeiros gradativamente conforme o emprego operacional da tropa, portanto, justifica-se a eventual necessidade de contratações frequentes conforme a descentralização de créditos por parte dos Órgãos Convenentes.

1.9.2. A contratação de serviço remunerado por unidade de medida ameniza os contratempos com o provável grau de flutuações na demanda. Contudo, torna-se inviável a contratação dos serviços em sua totalidade, pois, no mínimo, seria imprudente senão irresponsável tal adoção. Nesse contexto, esta Adminsitração justifica a opção pela utilização do Sistema de Registro de Preços amparado no inciso II, do art. 3º, do Decreto nº 7.892, de 2013.

1.10. O 7º BEC definiu a aquisição dividida em 06 (seis) grupos para os itens 01 a 12, tendo em vista que seu fracionamento se torna inviável tendo em vista que os transportes realizados serão contratados em trechos de ida e volta simultaneamente. Tal contratação cresce de relevância ao passo que o ponto de saída (Rio Branco-AC/ Manuel Urbano-AC) e o ponto de entrega dos materiais(Santa Rosa do Purus-AC), são distantes e de difícil acesso.

1.11. No que tange, a utilização do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (2020 – Abril – 3ª Edição) da Advocacia Geral da União foi devidamente consultado pelo Setor Requisitante inexistindo, portanto, quaisquer recomendações no sentido de acrescentar informações complementares quer seja no Termo de Referência quer seja no Edital, que, porventura, seja relevante para satisfatoriamente cumprir os ditames legais; bem como foi consultado o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) do Ministério do Meio Ambiente.

1.12. Verificou-se ainda, a eventual inexistência de Decretos ou outro normativos relativos a "limites", "contingenciamento orçamentário" ou a "restrição ao empenho de verbas", com efeitos aplicáveis ao caso concreto, a exemplo da Portaria 179, de 22 de abril de 2019.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo conforme minudenciado no item 5.1 do presente Termo de Referência, que abrange a prestação do serviço de transporte fluvial e aéreo nos seguintes trajetos: de Manoel Urbano – AC para Santa Rosa do Purus - AC; e, de Santa Rosa do Purus - AC para Manoel Urbano – AC, podendo os trechos serem realizados apenas de ida ou volta.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

SINDICATO DE ENGENHARIA DOS CONSTRUÇÕES
Fl 73

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade: a Contratada deverá reunir as condições necessárias para a execução dos serviços, conforme o tipo de transporte que for apresentada a proposta de preços no certame, devendo possuir os materiais de segurança obrigatórios previstos segundo as normas vigentes pelos respectivos órgãos de controle, tais como: ANAC, INFRAERO, ANTAQ e Capitania dos Portos;

5.1.2. Serviço continuado: a contratação dos serviços objeto deste termo foi enquadrado como continuado sem dedicação de mão de obra exclusiva, em face da sua natureza e especificidade, visto que, a sua execução dependerá, *consideravelmente*, de fatores climáticos específicos da Região Amazônica. Portanto, por motivos alheios a vontade da Administração poderá ser dilatado o prazo de execução da obra, e, sucessivamente, condicionará a prorrogação dos contratos vigentes;

5.1.3. Critérios e práticas de sustentabilidade: a Contratada deverá satisfazer as condições mínimas com vistas a atender aos critérios de sustentabilidade ambiental citados no presente termo e outras ora não citadas, porém, relevantes para a execução segundo os parâmetros legais vigentes;

5.1.4. Duração inicial do contrato: a contratação dos serviços tem a previsão de 12 (doze) meses podendo, inclusive, por interesse das partes ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses conforme previsto no art. 57 da Lei nº 8.666/93;

5.1.5. Eventual necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas: a Contratada deverá possuir um planejamento estratégico logístico, no qual conste dentre as situações adversas a eventual substituição de embarcações, aeronaves e profissionais (navegador e/ou piloto), respectivamente. Tudo, com o intuito de envidar esforços para que o mais breve possível, sejam solucionados problemas que, porventura, ocasionem desnecessariamente atraso no cronograma de obras;

5.1.6. Quadro com soluções de mercado: a Contratada deverá tomar ciência das abordagens contidas no Mapa de Riscos – Adendo "B" intrínsecas à sua área de atuação, de modo que tais óbices sejam evitados.

5.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5.3. A quantidade estimada de deslocamentos ficará condicionada a eventual descentralização de recursos orçamentários e respectivo (s) cronograma (s) da (s) obra (s) a cargo desta Organização Militar. Há a necessidade de hospedagem, bem como outros encargos relacionados a outras despesas (conforme previsto na tabela abaixo):

5.3.1. Estimativa das quantidades:

PESSOAL			
Pessoal	**Quantidade**	**Peso (kg)**	**PesoTotal (kg)**
Militares 7º BEC	150	100	15.000

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
FL 74

Total Pessoal (Kg)			15.000
INSUMOS			
Insumo	**Unidade**	**Quantidade**	**Peso total (kg)**
CIMENTO PORTLAND CP II - 32 A GRANEL	KG	5.169.770,80	1,00
BRITA 1	M³	5.228,84	1.500,00
CIMENTO PORTLAND CP II - 32	KG	938.280,38	1,00
BRITA 2	M³	6.745,46	1.500,00
DIESEL	L	741.033,29	1,00
AREIA MÉDIA	M³	6.353,38	-
ADITIVO DE CURA PARA CONCRETO	KG	13.604,66	1,00
TINTA REFLETIVA ACRÍLICA	L	2.868,32	1,30
ADITIVO PLASTIFICANTE E RETARDADOR TIPO PLASTIMENT OU SIMILAR	KG	16.325,59	1,00
SELANTE ELÁSTICO À BASE DE POLIURETANO E ASFALTO, TIPO VEDAFLEX 45 OU SIMILAR	KG	1.835,01	1,00
ADESIVO FIXADOR PARA HIDROSSEMEADURA - GOMA XANTANA	KG	1.818,91	1,00
MATERIAL FORMADOR DA CAMADA PROTETORA DE HIDROSSEMEADURA	KG	19.488,35	1,00
SEMENTES PARA HIDROSSEMEADURA	KG	1.624,03	1,00
DISCO DIAMANTADO - D = 350 MM	UN	67,45	0,50
AÇO CA 60	KG	6.085,62	1,00
TUBO DE CONCRETO ARMADO CA 3 - D = 1,00 M	M	28,00	1.000,00
BRITA 0	M³	55,11	1.500,00
ARAME FARPADO GALVANIZADO 16 BWG	M	17.094,92	0,05
GASOLINA	L	12.475,15	1,00
MICROESFERAS DE VIDRO REFLETIVA TIPO II-A	KG	1.195,13	1,00
TÁBUA DE PINHO DE TERCEIRA - E = 2,5 CM	M³	0,58	550,00

DIVISÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 75

AREIA MÉDIA LAVADA	M³	180,80	-
ADITIVO INCORPORADOR DE AR TIPO CEMIX-AIR OU SIMILAR	KG	1.224,42	1,00
MICROESFERAS DE VIDRO REFLETIVA TIPO I-B	KG	717,08	1,00
ADUBO POTÁSSIO	KG	1.624,03	1,00
TINTA PARA PRÉ-MARCAÇÃO	L	143,42	1,00
ADUBO ORGÂNICO	KG	12.992,24	1,00
CORDÃO DE POLIETILENO EXPANDIDO	M	20.254,00	0,01
ADUBO NPK	KG	1.299,22	1,00
PÓ CALCÁRIO	KG	8.120,15	1,00
ARGAMASSA ASFÁLTICA	KG	204,87	1,00
SOLVENTE PARA TINTA À BASE DE RESINA ACRÍLICA	L	143,42	1,00
TÁBUA DE 2,5 X 10 CM	M³	1,36	550,00
PEDRA DE MÃO	M³	12,42	1.400,00
ENXOFRE	KG	194,88	1,00
ADUBO FÓSFORO (30%)	KG	324,81	1,00
ARAME LISO GALVANIZADO 14 BWG	KG	46,29	1,00
PREGO DE FERRO	KG	60,45	1,00
ARAME RECOZIDO 18 BWG	KG	393,93	1,00
DESMOLDANTE PARA FORMAS	L	8,14	1,00
ASFALTO DILUÍDO CM 30	T	59,52	1.000,00
LONA PLÁSTICA DE 200 MICRAS DE ESPESSURA	M²	54.418,64	0,10
AÇO CA 50	KG	12.196,54	1,00
AÇO CA 25	KG	10.606,04	1,00
Outros insumos	A ser definido.	A ser definido.	A ser definido.

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
Fl. 76

Total Insumos (kg)			25.146.184,18
EQP/VTR/FERRAMENTAL			
Equipamento	**Quantidade**	**Peso (kg)**	**Peso total (kg)**
CENTRAL DE CONCRETO COM CAPACIDADE DE 30 M³/H - DOSADORA E MISTURADORA	1	26.000,00	26.000,00
CARREGADEIRA DE PNEUS COM CAPACIDADE DE 3,3 M³ - 213 KW	3	13.125,00	39.375,00
RETROESCAVADEIRA DE PNEUS - 58 KW	2	7.170,00	14.340,00
ROLO COMPACTADOR DE PNEUS AUTOPROPELIDO DE 27 T - 85 KW	1	14.900,00	14.900,00
ROLO COMPACTADOR LISO AUTOPROPELIDO VIBRATÓRIO DE 11 T - 97 KW	1	8.520,00	8.520,00
ROLO COMPACTADOR PÉ DE CARNEIRO VIBRATÓRIO AUTOPROPELIDO DE 11,6 T - 82 KW	4	11.680,00	46.720,00
ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRA COM CAÇAMBA COM CAPACIDADE DE 1,5 M³ - 110 KW	2	17.900,00	35.800,00
MOTONIVELADORA - 93 KW	2	16.454,00	32.908,00
TRATOR DE ESTEIRAS COM LÂMINA - 259 KW	1	19.070,00	19.070,00
TANQUE DE ESTOCAGEM DE ASFALTO COM CAPACIDADE DE 30.000 L	1	3.900,00	3.900,00
TRATOR AGRÍCOLA - 77 KW	4	4.700,00	18.800,00
EMPILHADEIRA	3	3.000,00	9.000,00
GRADE DE 24 DISCOS REBOCÁVEL DE 24"	4	1.050,00	4.200,00
VASSOURA MECÂNICA REBOCÁVEL	1	820,00	820,00
PERFURADOR DE SOLO PARA TRATOR	1	120,00	120,00
DEMARCADOR DE FAIXAS COM SISTEMA DE PINTURA A FRIO - 28 KW/115 KW	1	1.526,00	1.526,00
COMPACTADOR MANUAL COM SOQUETE VIBRATÓRIO - 4,1 KW	2	81,00	162,00

7 CATALHO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO Fl. 77

COMPRESSOR DE AR PORTÁTIL DE 197 PCM - 55 KW	1	960,00	960,00
RÉGUA VIBRATÓRIA	3	230,00	690,00
BETONEIRA COM MOTOR A GASOLINA COM CAPACIDADE DE 600 L - 10 KW	2	600,00	1.200,00
BOMBA COSTAL	2	5,20	10,40
MÁQUINA DE CORTE	2	115,00	230,00
GRUPO GERADOR - 100/110 KVA	3	750,00	2.250,00
GRUPO GERADOR - 13/14 KVA	2	220,00	440,00
EQUIPAMENTO FORMA-TRILHO - 13,4 KW	1	500,00	500,00
SERRA CIRCULAR COM BANCADA - D = 30 CM - 4 KW	2	110,00	220,00
TRANSPORTADOR MANUAL GERICA COM CAPACIDADE DE 180 L	10	36,00	360,00
TRANSPORTADOR MANUAL CARRINHO DE MÃO COM CAPACIDADE DE 80 L	40	9,04	361,60
TALHA MANUAL COM CAPACIDADE DE 3 T	2	29,00	58,00
FORMAS METÁLICAS (TRILHO)	1	4.000,00	4.000,00
VIBRADOR DE IMERSÃO	3	25,00	75,00
CAMINHÃO TANQUE DISTRIBUIDOR DE ASFALTO COM CAPACIDADE DE 6.000 L - 7 KW/136 KW	1	9.500,00	9.500,00
CAMINHÃO BASCULANTE COM CAPACIDADE DE 14 M³ - 188 KW	6	10.200,00	61.200,00
CAMINHÃO BETONEIRA	3	9.450,00	28.350,00
CAMINHÃO TANQUE COM CAPACIDADE DE 8.000 L - 136 KW	2	9.500,00	19.000,00
CAMINHÃO CARROCERIA COM CAPACIDADE DE 15 T - 188 KW	3	7.900,00	23.700,00
CAMINHÃO CARROCERIA COM GUINDAUTO COM CAPACIDADE DE 20 T.M - 136 KW	1	10.200,00	10.200,00
CAMINHÃO LUBRIFICANTE	1	10.500,00	10.500,00

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 28

CAMINHÃO OFICINA	1	11.800,00	11.800,00
CAMINHÃO PARA HIDROSSEMEADURA COM CAPACIDADE DE 7.000 L - 25 KW/136 KW	1	9.500,00	9.500,00
CAMINHÃO TANQUE COM CAPACIDADE DE 10.000 L - 188 KW	1	11.000,00	11.000,00
AUTOBETONEIRA	1	5.200,00	5.200,00
Carro tipo pick-up	3	2.950,00	8.850,00
Ambulancia	1	2.035,00	2.035,00
Van	1	2.035,00	2.035,00
Carro tipo pick-up	3	2.950,00	8.850,00
Total Eqp + Ferramentas (kg)			**500.386,00**
Total RBR/SRP (kg)			**25.634.570,18**
Total SRP/RBR (kg)			**500.386,00**

5.4. **Os materiais a serem transportados devem ser acompanhados de uma via do documento de comprovação do embarque efetuado na empresa de transporte que deve conter a quantidade de volumes e o peso do material aferido por essa.**

5.4.1. **A Contratada para fins de atendimento ao serviço de transporte aéreo de pessoal deverá orçar em sua proposta de preços aeronave(s) do tipo monomotor, bimotor, turboélice com a(s) quantidade(s) mínima(s) 04 (quatro) e máxima(s) de 15(quinze) e/ou 18 (dezoito) passageiros; capacidade máxima de carga de 5.500 Kg e Mínima de 450 Kg; a aeronave deve possuir os materiais de segurança obrigatórios previstos segundo as normas vigentes pelos respectivos órgãos de controle, tais como: ANAC e INFRAERO.**

5.4.2. A Contratada para fins de execução do transporte fluvial de materiais ora discriminados (Grupo 01 – itens nº 01 e 02) e item 13, respectivamente, deverá fazê-lo em embarcação cuja capacidade de transporte seja de, no mínimo, 05 Ton (cinco toneladas) e no máximo 400 Ton (quatrocentas toneladas), haja vista atender ao planejamento logístico da Administração.

5.4.2.1. A Contratada deverá:

5.4.2.1.1. Apresentar Carta de tripulação e segurança;

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
FL 77

5.4.2.1.2. Possuir experiência prévia comprovada, através de atestados de capacidade técnica, devidamente registrados no CRA em prestação de serviços de logísticas de transportes fluviais semelhantes ao objeto do certame;

5.4.2.1.3. Possuir autorização da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) para transporte de carga em território de fronteira, conforme resolução ANTAQ, de 11/12/2009;

5.4.2.1.4. Apresentar Certificado de Registro de Armador, conforme artigo 15 e 16 da Lei nº 7.652 de 03 de fevereiro de 1998;

5.4.2.2. A Contratada para fins de execução do transporte fluvial de materiais ora discriminados (Grupo 01 - itens nº 01 e 02), deverá ter embarcações/ balsas em quantidade e capacidade para transportar no mínimo 8.000 Ton (oito mil toneladas) durante o inverno amazônico, período este compreendido entre os meses de novembro a abril, se atentando para as peculiaridades e características do Rio Purus no trecho entre Santa Rosa do Purus/AC e Manuel Urbano/AC;

5.5. Os materiais deverão ser entregues no município de Santa Rosa do Purus/AC, pertencente no prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento do material pela Contratada, no município de Rio Branco/AC e/ou Manoel Urbano/AC em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do 7° Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC). Quando ocorrer o transporte no sentido inverso os materiais deverão ser entregues no município de Manoel Urbano/AC e/ou Rio Branco/AC, em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento do material pela empresa contratada em Manoel Urbano/AC, em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do 7° BEC.

5.6. O licitante vencedor será o responsável por todas as encomendas e cargas no trajeto (Rio Branco/AC x Santa Rosa do Purus/AC) e vice- versa, ocorrendo inclusive, por sua conta, todas as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o contrato para transporte de cargas e/ou encomendas.

5.7. As despesas com seguros, embalagens, ADEME (adicional de emergências), descargas, outros acessórios e os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais) que sejam devidos, em decorrência direta ou indireta, serão da responsabilidade da Empresa contratada.

5.8. A Contratada para executar os serviços objeto da licitação deverá contratar às suas expensas um seguro que englobe cobertura contra acidentes e de vida, este último visando salvaguardar os militares e servidores civis a serem transportados na (s) embarcação(ões) ou aeronave(s) ora utilizada(s). Para tal, cresce de importância, que, se contrate uma empresa idônea do ramo, com vistas a oferecer cobertura total dos prejuízos, eventualmente, causados, à Administração como um todo (materiais, pessoal, equipamentos e outros bens), utilizando as notas de empenho da aquisição dos materiais como critério de prova de avaliação dos bens.

5.9. O serviço proposto para os itens 03 ao 12 deste termo será entregue na pista de pouso de Santa Rosa do Purus/AC. No trajeto contrário, a entrega do serviço será no Aeroporto Internacional de Rio Branco/AC – Plácido de Castro e /ou pistas de pouso particular próximas à cidade de Rio Branco/AC.

5.10. Os serviços propostos para os itens 1, 2 e 13, deverão ser executados na Sede do 4º Pelotão Especial de Fronteira (4º PEF) no município de Santa Rosa do Purus/AC, pertencente ao 4º Batalhão de Infantaria de Selva (4º BIS), no prazo de 10 (dez) dias

corridos, a partir do recebimento do material pela Contratada, no município de Rio Branco/AC e/ou Manoel Urbano/AC, em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do 7° Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC). Quando ocorrer o transporte no sentido Rio Branco/AC e/ou Manoel Urbano/AC, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento do material pela empresa Contratada em Santa Rosa do Purus/AC, em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do do 7° BEC;

5.11. O pessoal a ser transportado trata-se de militares e servidores civis do 7º Batalhão de Engenharia de Construção, ou ainda, algum outro militar ou civil com missão específica que tenha relação com o Exército Brasileiro.

5.12. Os materiais deverão ser transportados por barco, balsa ou batelão de capacidade mínima de transporte de 12 toneladas, nos itinerários já especificados de acordo com os itens constantes no presente termo de referência; sendo, portanto, indispensável regularização da(s) embarcações junto a capitania dos portos para a execução dos serviços nos municípios indicados no presente termo, e, sucessivamente cumprir as normas de segurança vigentes tanto para o transporte de materiais quanto para de pessoal.

5.13. As pessoas deverão ser transportadas por barcos, lanchas, voadeiras, rabetão, batelão ou balsa de capacidade mínima de transporte de 09 (nove) passageiros, nos itinerários já especificados de acordo com os itens constantes no presente Termo de Referência.

5.14. O prazo para execução dos serviços será de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento de contrato;

5.15. Ao Gestor e Agente Fiscalizador do Contrato designados pelo 7º BEC caberá o ateste das faturas dos serviços prestados, desde que cumpridas as exigências estabelecidas no Contrato e no Edital e seus serviços, e em conformidade com as necessidades desta UASG, no seguinte endereço: 7º Batalhão de Engenharia de Construção, situado à Avenida Nações Unidas, nº 2.100, Bairro 7º BEC, Rio Branco-AC, CEP: 69.918-093, em horário abaixo especificado:

HORÁRIO	DIAS DA SEMANA
09h às 11h 30min e das 14h às 16h (horário local)	De segunda-feira a quinta-feira
09h às 11h 30 min (horário local)	sexta-feira
SOMENTE EM DIAS DE EXPEDIENTE	

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante *poderá* realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08:00 horas às 12:00 horas, **desde que agendado previamente com o Setor Requisitante do 7º BEC - 4ª Seção – telefone: (68) 3214-6334**.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.2.1.... [~~incluir outras instruções sobre vistoria~~]
6.2.2.... [~~incluir outras instruções sobre vistoria~~]

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 81

6.3. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, "pen-drive" ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta.

6.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. **A execução do objeto será iniciada, conforme estipulado no presente termo e demais anexos no referido processo.**

7.1.2. O fornecimento dos materiais, acessórios, ferramentas, insumos e pessoas serão realizados de acordo com a necessidade do órgão e conforme a disponibilidade de recursos orçamentários descentralizados pelo escalão superior.

7.1.3. O fornecimento dos materiais, acessórios, ferramentas, insumos e pessoas serão entregues ao devido destino no horário comercial, podendo a entrega, em comum acordo, ser realizada fora do expediente.

7.2. **Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:**

7.2.1. Para os serviços de transportes fluviais e aéreos de pessoal e carga.

7.2.1.1. O prazo para início da execução dos serviços objeto do presente instrumento dar-se-á a partir da notificação por parte da Administração para assinatura do Termo de Contrato, do aceite, da retirada do instrumento equivalente, devendo, pois, ser compatível com a necessidade, a natureza e a complexidade do objeto segundo a respectiva nota de empenho;

7.2.1.2. Os serviços serão contratados em estrita obediência às especificações descritas no Edital e deverão obedecer aos padrões de segurança e legislações vigentes;

7.2.1.3. A solicitação dos serviços será de inteira responsabilidade e iniciativa do 7º Batalhão de Engenharia de Construção, cabendo-lhe todos os atos da administração junto aos fornecedores e serão formalizados por intermédio de nota de empenho;

7.2.1.4. A Administração não emitirá qualquer solicitação dos serviços sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário;

7.2.1.5. A Contratada, após a solicitação de serviços, terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para início da prestação dos serviços, a fim de possibilitar a preparação e mobilização do prestador para o fiel cumprimento do contrato;

7.2.1.6. Os materiais e os passageiros deverão ser transportados da seguinte maneira:

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 82

7.2.1.6.1. Os equipamentos, viaturas, insumos e outros materiais pesados deverão ser transportados por balsas ou batelão de capacidade mínima de transporte de 05 toneladas;

7.2.1.6.2. Os equipamentos leves, insumos e outros materiais mais leves poderão ser transportados por rabetão, lanchas ou voadeiras; e

7.2.1.6.3. Os passageiros deverão ser transportados preferencialmente em lanchas, rabetão ou voadeiras e, em último caso, com a devida autorização da Contratante, os passageiros poderão ser transportados por balsas ou batelão.

7.2.1.7. Os materiais devem ser acompanhados de uma via do documento de comprovação do embarque efetuado na empresa de transporte que deve conter a quantidade de volumes e o peso do material aferido por essa;

7.2.1.8. Os materiais deverão ser entregues na Sede do 4º Pelotão Especial de Fronteira (4º PEF) no município de Santa Rosa do Purus/AC, pertencente ao 4º Batalhão de Infantaria de Selva (4º BIS), no prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento do material pela Contratada, no município de Rio Branco/AC e/ou Manoel Urbano/AC, em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do 7º Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC). Quando ocorrer o transporte no sentido Rio Branco/AC e/ou Manoel Urbano/AC, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento do material pela empresa Contratada em Santa Rosa do Purus/AC, em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do 7º BEC;

7.2.1.8.1. O licitante vencedor será o responsável por todas as entregas de material no trajeto previsto no item;

7.2.1.8.2. Ocorrendo inclusive, por sua conta, todas as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o contrato para transporte de cargas e/ou encomendas;

7.2.1.9. As despesas com seguros, embalagens, ADEME (adicional de emergência), descargas, outros acessórios e os tributos (impostos, taxas, emolumentos e contribuições fiscais) que sejam devidos, em decorrência direta ou indireta, serão da responsabilidade da empresa Contratada.

7.2.1.9.1. As lanchas, batelão, rabetão, voadeiras ou balsas deverão:

7.2.1.9.1.1. Possuir todos os itens de segurança obrigatórios para embarcações;

7.2.1.9.1.2. Estar em perfeitas condições de conservação e funcionamento;

7.2.1.9.1.3. Estarem abastecidos e limpos interna e externamente;

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 83

7.2.1.9.1.4. Estarem com toda documentação em perfeita ordem;

7.2.1.9.1.5. Possuir caixa de ferramentas de pequenos reparos, no caso de ocorrências eventuais;

7.2.1.9.1.6. Estar com o seguro obrigatório e documentação em dia; e

7.2.1.9.1.7. Ser substituído, imediatamente, por uma embarcação similar em caso de qualquer embarcação ter necessidade de ser recolhida para conserto e/ou manutenção.

7.2.1.10. As embarcações deverão ser apresentados em perfeitas condições de uso, devidamente limpos e de acordo com as especificações do objeto, mediante solicitação do 7° Batalhão de Engenharia de Construção, sendo acionados junto à(s) licitante(s) vencedora(s) no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;

7.2.1.11. Os serviços serão solicitados por requisição de embarcações, emitida pelo 7° Batalhão de Engenharia de Construção, especificando os dados necessários e a licitante vencedora terá que disponibilizar a embarcação no horário e local estipulado. As despesas com abastecimentos serão de responsabilidade da licitante vencedora.

7.2.1.12. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) indicar ao menos o nome de um funcionário (com o número de telefone para contato), responsável pelo atendimento das demandas ocorridas dentro ou fora do horário comercial (plantão);

7.2.1.13. Em caso de avaria de qualquer natureza, pane mecânica/elétrica, acidente, ou fatos supervenientes durante a execução dos serviços, a(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ao) substituir a embarcação avariado/acidentado por uma embarcação do mesmo tipo ou efetuar os devidos reparos no menor tempo possível;

7.2.1.14. Todas as despesas de locomoção das embarcações até o início de cada locação deverão correr por conta da licitante vencedora;

7.2.1.15. Durante a realização dos serviços, a(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) manter seus empregados uniformizados, portando crachás, visando sua imediata identificação, bem como em perfeitas condições de apresentação e asseio. Os funcionários da(s) licitante(s) vencedora(s) deverão tratar com urbanidade todos os militares e demais colaboradores que participarem dos transportes;

7.2.1.16. É terminantemente proibido ao piloto da embarcação, o uso de cigarros, charutos e cachimbos nas embarcações, bem como ingerir bebidas alcoólicas, ou transportá-las, quando em serviço;

7.2.1.17. O piloto da embarcação, quando em serviço, deverá estar provido de numerário suficiente para arcar com eventuais despesas pessoais, estacionamento, pedágio, diária, alimentação, bem como manutenção da embarcação;

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
FL 84

7.2.1.18. Na proposta, deverão estar inclusos todos os gastos relativos à viagem, incluindo combustíveis, pedágios, alimentação e estada dos pilotos da embarcação, bem como todos os impostos, seguros obrigatórios e encargos trabalhistas e previdenciários;

7.2.1.19. O pagamento de multas aplicadas em decorrência de infrações correlatas a má condução da embarcação será de responsabilidade da Contratada.

7.2.1.20. A licitante vencedora deverá garantir socorro imediato, em caso de quebras ou acidentes com a embarcação em viagem, fazendo a devida substituição da embarcação contratada, por outra que atenda as especificações, em situações em que a mesma não estiver em condições de trafegar;

7.2.1.21. Responderá a contratada pelas perdas e danos causados por seus empregados, ainda que involuntariamente, às máquinas, equipamentos e demais bens das Unidades participantes do pregão, durante a prestação dos serviços, substituindo os referidos bens por outros semelhantes, em prazo que será expressamente combinado pela Contratante;

7.2.1.22. Responderá a Contratada por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados, quando em serviço;

7.2.1.23. Licenças, guias de transporte e autorizações, que regulamentam as viagens das embarcações, junto aos órgãos competentes (tais como: Marinha do Brasil, Capitania dos Portos e ANTAQ), são de inteira responsabilidade da Contratada;

7.2.1.24. As despesas com alimentação e hospedagem do piloto da embarcação será de responsabilidade da Contratada;

7.2.1.25. As embarcações deverão estar seguradas com cobertura dos materiais, ou seja, valor da carga segurada, em consequência de acidente envolvendo a embarcação locada, considerando-se como passageiros todos os que estiverem sendo transportados, inclusive o piloto da embarcação, isentando a Contratante de qualquer responsabilidade jurídica ou financeira na ocorrência de qualquer acidente;

7.2.1.26. A documentação da embarcação e do piloto da embarcação empregado na locação deverá estar atualizada junto aos órgãos fiscalizadores e reguladores, arcando com as despesas relativas à circulação de embarcação em todo território nacional;

7.2.1.27. Todas as responsabilidades de tráfego (tais como multas, pedágios, impostos, taxas etc) deverão correr por conta da licitante vencedora;

7.2.1.28. A embarcação deverá ter cobertura total em caso de colisão, incêndio, roubo, furto (inclusive de acessórios da embarcação) e perda total da mesma, sendo obrigatória à apresentação do Boletim de Ocorrência Policial nos casos de acidentes que envolvam terceiros, furto ou roubo e seus acessórios;

7.2.1.29. A frequência e a periodicidade dos serviços dar-se-á, a partir, da eventual necessidade do 7º BEC em suprir a demanda dos serviços a serem executados. Cabe ressaltar que, o acesso à rampa em Manoel Urbano/AC e em Santa Rosa do Purus/AC somente é feito pelo Rio Purus, para fins de embarque e desembarque da balsa transportando

1 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 85

as viaturas, equipamentos e insumos. Nesse caso, há a necessidade que os rios estejam com volume elevado, ou seja, no período de "inverno amazônico", compreendido entre os meses de novembro a abril para o transporte de maior carga.

7.2.1.30. O transporte aéreo de pessoal com bagagem de mão até 10Kg deverá ser realizado por aeronave com capacidade mínima de carga de 450 Kg, saindo do aeroporto de Rio Branco/AC e/ou pista de pouso particular, ao município de Santa Rosa do Purus/AC, onde será recebido por um militar do 7º Batalhão de Engenharia de Construção;

7.2.1.30.1. A Contratada para fins de atendimento ao serviço de transporte aéreo de pessoal deverá orçar em sua proposta de preços aeronave(s) do(s) tipo(s) monomotor, bimotor, turboélice com a(s) quantidade(s) mínima(s) de 4 (quatro) e máxima(s) de 15 e/ou 18 passageiros; capacidade máxima de carga de 5.500 Kg; a aeronave deve possuir os materiais de segurança obrigatórios previstos segundo as normas vigentes pelos respectivos órgãos de controle, tais como: ANAC e INFRAERO.

7.2.1.31. O licitante vencedor será o responsável por todas as encomendas e cargas no trajeto (Rio Branco/AC x Santa Rosa do Purus/AC) e vice-versa, ocorrendo inclusive, por sua conta, todas as despesas que incidam ou venham a incidir sobre o contrato para transporte de cargas e/ou encomendas;

7.2.1.32. O serviço do item 3 ao 12 deste termo será entregue na pista de pouso de Santa Rosa do Purus/AC, No trajeto contrário, a entrega do serviço será no Aeroporto Internacional de Rio Branco/AC – Plácido de Castro e/ou pista de pouco particulares próximas a cidade de Rio Branco-AC;

7.2.1.33. Os materiais deverão ser entregues na Sede do 4º Pelotão Especial de Fronteira no município de Santa Rosa do Purus/AC, pertencente ao 4º Batalhão de Infantaria de Selva (4º BIS), no prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento do material pela Contratada, no município de Rio Branco/AC, Manoel Urbano/AC em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do 7º Batalhão de Engenharia de Construção (7º BEC). Quando ocorrer o transporte no sentido inverso os materiais deverão ser entregues no município de Manoel Urbano/AC, a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante, no prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir do recebimento do material pela empresa contratada em Manoel Urbano/AC, em local a ser definido pela Contratada e autorizado pela Contratante. O referido material será recebido e descarregado por uma equipe de militares do 7º BEC;

7.2.1.34. O pessoal a ser transportado trata-se de militares e servidores civis do 7º Batalhão de Engenharia de Construção, ou ainda, algum outro militar ou civil com missão específica que tenha relação com o Exército Brasileiro;

7.2.1.35. São de responsabilidade da licitante vencedora todas as despesas com funcionários e seus equipamentos para transporte de cargas, encomendas e pessoal.

7.2.2. A empresa Contratada deverá seguir as normas ambientais vigentes para a plena execução do serviço durante todas as suas fases. A(s) empresa(s)

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
FL 86

contratada(s) de transporte aquaviário (fluvial) de pessoal e de carga deverá(ão) cumprir todos as Normas, Regulamentos, Leis, Decretos, Instruções e Resoluções da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ).

7.2.3. Assim sendo, às exigências assinaladas são indispensáveis para uma contratação eficiente, sendo, portanto, consideradas flexíveis e necessários tais requisitos.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

8.1. Nos termos do art. 67, da Lei nº 8.666, de 1993, a Administração designará 01 (um) representante para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.2. Nos termos do art. 68, da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato.

8.3. O regime de execução será por "preço unitário", ou seja, a medição do serviço e o seu respectivo pagamento dar-se-á por "quilograma" e/ou "por pessoa", respectivamente, para atender ao serviço de transporte fluvial de cargas e pessoal conforme o caso; ou ainda, "por trecho" para o serviço de transporte aéreo, em conformidade com as especificações contidas neste instrumento e o(s) valor(es) registrado(s) no certame pelo licitante vencedor.

8.4. Os demais mecanismos de controle que serão utilizados para fiscalizar à prestação dos serviços, adequados à natureza dos serviços constam nos itens 7.2.1. ao 7.2.3. deste Termo de Referência.

8.5. A contratada capacitará servidor para a contratação e indicará preposto para fiscalização dos serviços, com vistas ao procedimento de verificação do cumprimento da obrigação da contratada de manter todas as condições nas quais o contrato foi assinado durante todo o seu período de execução.

8.6. As sanções, glosas e condições para rescisão contratual, devidamente justificadas e os respectivos procedimentos para aplicação, utilizando como referencial os modelos de minutas padronizados de atos convocatórios e contratos da Advocacia-Geral da União, bem como às seguintes diretrizes constam neste termo no item 21 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades que satisfaçam o objeto deste instrumento especificado no item 1.1. e a demanda citada no item 7.1 deste presente termo, promovendo sua substituição quando necessário.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

10.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

10.1.1. A Contratada para fins de execução do transporte fluvial de materiais ora discriminados (Grupo 01 - itens nº 01 e 02) e item 13, respectivamente, deverá fazê-lo em embarcação cuja capacidade de transporte seja de, no mínimo, 05 Ton (cinco toneladas) e no máximo 400 Ton (quatrocentos toneladas), haja vista atender ao planejamento logístico da Administração.

ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl. 87

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

11.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

11.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

11.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

11.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

11.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

11.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

11.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

11.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios

necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010;

12.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

12.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

12.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

12.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

12.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

12.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

ANÁLISE DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 89

12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

12.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.

12.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

12.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

12.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a"e "b", do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

12.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

12.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

~~12.23. *Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006.*~~

~~12.24. Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.~~

~~12.25. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.~~

~~12.26. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.~~

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

15.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fl. 91

15.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

15.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará *o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo VII do Edital, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços*, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.16. *A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:*

FL 92

15.16.1. *Durante a execução do serviço quando por ocasião de embarques e desembarque ou quando o fiscal de Contrato julgar necessário para avaliar o desempenho e prestação dos serviços realizados, o Fiscal de Contrato ainda atuará em todos os subitens do item 7 deste termo de referência.*

15.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

15.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

16.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

16.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

16.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

16.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

16.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

16.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

16.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
93

16.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

16.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

16.3.3. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

16.3.4. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.3.5. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.4. No prazo de até 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

16.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

16.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

16.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

16.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
FL 94

17. DO PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

17.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

17.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.4.1. O prazo de validade;

17.4.2. A data da emissão;

17.4.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

17.4.4. O período de prestação dos serviços;

17.4.5. O valor a pagar; e

17.4.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.1. Não produziu os resultados acordados;

17.6.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fl. 95

17.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.

DIVISÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl. 96

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365}$$

I = 0,00016438
TX = Percentual da taxa anual = 6%

18. ANTECIPAÇÃO DO PAGAMENTO

~~18.1. A Contratada emitirá recibo correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R$ ..... (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante – ex: seja assinado o termo de contrato ou seja prestada a garantia etc.), para que a Contratante efetue o pagamento antecipado.~~

~~18.2. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~

~~18.2.1. R$..... (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.~~

~~18.2.2. ...~~

19. REAJUSTE

19.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

19.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

19.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
FL 97

20.1 O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666 de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 0,2% (zero vírgula dois) do valor total do contrato.

20.2 No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

20.2.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.2.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

20.3 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/ MP nº 5/2017.

20.4 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.4.1 Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20.4.2 Prejuízos diretos causados à Administrações decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

20.4.3 Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

20.4.4 Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

20.5 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

20.6 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal **denominada "Conta-Garantia"**, com correção monetária.

20.7 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

20.8 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.9 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.10 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

GOVERNO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
FL 98

20.11 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

20.12 Será considerada extinta a garantia:

20.12.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

20.12.2 no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2"do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

20.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

20.14 A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

21.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

21.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

21.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou

21.1.5. Cometer fraude fiscal.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

21.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

21.2.2. **Multa de**:

21.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

CREA-RJ
FL 99

21.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

21.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

21.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

21.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

21.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

21.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos

21.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

21.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. As sanções previstas nos subitens 21.2.1, 21.2.3, 21.2.4 e 21.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato

1 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
FL 100

5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**GRAU**
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03

DIRETORIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl. 101

10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

21.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

21.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

21.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

21.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

21.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

21.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

21.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 102

21.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

22.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstas no edital.

22.4. O critério de aceitabilidade de preços é sigiloso, nos termos do art. 15 do Decreto nº 10.024, de 2019, do art. 7º, §3º da Lei nº 12.527, de 2011, e do art. 20 do Decreto nº 7.724, de 2012.

22.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global por grupo (para os grupos de nº 01 a nº 12) e menor preço por item (individualmente para o item 13).

22.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

22.1. O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

23.1. ~~(Indicar a dotação orçamentária da contratação, exceto se for SRP.)~~

24. ADENDOS (S)

24.1. **ADENDO "A" AO TERMO DE REFERÊNCIA – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**
24.2. **ADENDO "B" AO TERMO DE REFERÊNCIA – GERENCIAMENTO DE RISCOS**

Rio Branco, AC, de 21 de julho de 2020.

FERNANDO JERONIMO DO NASCIMENTO – 2º Ten
Chefe da Seção de Controle da CEEM do 7º BEC

_ SIASG,CATSER,CADSERVICO,CONSERVICO (CONSULTA SERVICO)_____

)ATA: 29/07/2020 HORA: 18:43:19 USUÁRIO: ALBUQUERQUE



SERVIÇO: 00000318-2 SITUAÇÃO: ATIVO SUSPENSO: NÃO
TRANSPORTE MARITIMO E FLUVIAL DE PESSOAL / CARGA

EXCLUSIVO CENTRAL DE COMPRAS: NÃO
CÓD.CPC: 6512 SERVIÇOS DE TRANSPORTE MARÍTIMO/COSTEIRO E TRANSOCEÂNICO DE CARGA
ND/SUB-ITEM: 339039/74 339093/05 339036/39 449039/74 339033/09

UNIDADE DE MEDIDA:
UN UNIDADE

PF3=SAI PF12=RETORNA MEQ

__ SIASG,CATSER,CADSERVICO,CONSERVICO (CONSULTA SERVICO)_____

)ATA: 31/07/2020 HORA: 12:12:08 USUÁRIO: ALBUQUERQUE

:ERVIÇO: 00000317-4 SITUAÇÃO: ATIVO SUSPENSO: NÃO
TRANSPORTE AEREO POR HELICOPTERO / AVIAO

:XCLUSIVO CENTRAL DE COMPRAS: NÃO
:ÓD.CPC: 661 SERVIÇOS DE TRANSPORTE AÉREO DE PASSAGEIROS

ND/SUB-ITEM: 339092/39 339039/74 449039/74

JNIDADE DE MEDIDA:
JN UNIDADE

)F3=SAI PF12=RETORNA MEQ

1º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 104

ANÁLISE, JUSTIFICATIVA E APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

DA SOLICITAÇÃO

O Chefe da 4ª Seção do 7º BEC enviou a Parte Requisitiva nº 02/2020, solicitando autorização e aprovação do Termo de Referência nº 02/2020 - 4ª Seção, para que seja realizado mediante processo licitatório o registro de preços para Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte fluvial e aéreo, conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência, seus anexos e edital do pregão.

DA JUSTIFICATIVA

A contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte fluvial e aéreo dos serão utilizados em etapas de deslocamentos de insumos e pessoal para possibilitar a execução dos trabalhos de recuperação da pista de pouso de Santa Rosa do Purus/AC, viabilizando a recuperação da pista de pouso e suas funções essenciais a finalidade a que se destina, com o aumento durabilidade e resistência.

O quantitativo a ser adquirido visa atender estimativamente ao projeto da referida obra de acordo com o levantamento de engenheiros da Seção Técnica.

O de serviço de transporte fluvial e aéreo será realizado durante toda a execução da obra da pista de pouso do aeródromo de Santa Rosa do Purus/ AC. Devido a sua localização geográfica remota, a logística para transporte de insumos e/ou equipamentos é muito complexa e onerosa. Nesse caso, a não contratação de tais serviços impossibilitaria a mobilização e a execução de quaisquer trabalho na localidade.

O quantitativo a ser adquirido visa atender o projeto de recuperação supracitado, de acordo com projeto a Seção Técnica do 7° BEC.

Tendo em vista que o 7º Batalhão de Engenharia de Construção iniciará a recuperação da pista de pouso de Santa Rosa do Purus, os quais demandam serviços de pavimentação de concreto tais como recuperação, remendos e recomposição do revestimento, faz-se necessário a contratação aquisição destes serviços.

Do exposto, aprovo o referido Termo de Referência.

APROVAÇÃO E DESPACHO:

Autorizo em 29 de JULHO de 2020, o início dos procedimentos administrativos e determino a abertura do processo correspondente.

O Pregoeiro adote as providências cabíveis de acordo com as normas em vigor.

Para fins do CAPUT Art. 38 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, empregar os recursos oriundos do(a)(e):

( ) Operação Taquari ( ) DGO ( ) COLOG

(X) De outros fontes/emitentes:_____

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 106

Milton **Augusto Maciel** de Sousa – Ten Cel
Ordenador de Despesas do 7° BEC

Fl 107

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

Relatório da Pesquisa de Preços nº 01/2020 - 4ª Seção

1 – DO OBJETO:

1.1. Apresento a pesquisa de preços, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte fluvial (material e pessoal) e aéreo (pessoal), a fim de suprir as necessidades do 7º Batalhão de Engenharia de Construção, quanto ao transporte fluvial e aéreo de pessoal, equipamentos e materiais necessários à realização da manutenção da pista de pouso de Santa Rosa do Purus-AC.

2 – DA PESQUISA:

2.1. Consubstanciado no Art. 2º, da Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017, informo-vos os parâmetros adotados por este Setor Requisitante, a fim de satisfazer o referido dispositivo legal:

2.1.1. Inicialmente, esta UG priorizou a utilização do Painel de Preços (Inciso I, Art. 2º da IN nº 3). Obteve-se êxito por esse parâmetro para a contratação dos serviços de transporte fluvial (material e pessoal – itens nº 01 ao 13 do Termo de Referência). Ressalte-se ainda que, no Estado do Acre não foram localizados quaisquer tipos de registros relacionados ao serviço de transporte fluvial (material e pessoal) e aéreo (pessoal), devido a limitação de mercado ou manifesto desinteresse daqueles pertencentes ao ramo de atividade.

2.1.2. Daí, logrou-se êxito para a obtenção da pesquisa de preços para o serviço de transporte fluvial (material e pessoal) utilizando-se no filtro da pesquisa no site Painel de Preços localidades diferentes aos municípios citados no Termo de Referência (Incisos I, do Art. 2º, da IN nº 03, de 20 de abril de 2017), porém, situados na Região Amazônica, particularmente, o Estado do Amazonas cuja demanda fluvial é maior comparado ao fluxo aqui existente.

2.1.3. Registre-se ainda que, este Setor Requisitante não logrou êxito para a obtenção de pesquisa de preços por intermédio dos parâmetros enquadrados nos Incisos II e III, do Art. 2º, da IN nº 03, de 20 de abril de 2017, o qual cita, respectivamente, acerca de "*contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços*" e "*pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso*".

2.1.4. Não obstante, para o serviço de transporte aéreo de pessoal (itens nº 02 ao 12) do Termo de Referência) logrou-se êxito para a obtenção da pesquisa de preços para o serviço utilizando-se no filtro da pesquisa no site Painel de Preços localidades diferentes aos municípios citados no Termo de Referência (Incisos I, do Art. 2º, da IN nº 03, de 20 de abril de 2017). Então, para ter um valor próximo ao do executado no mercado local, obteve-se êxito por meio do parâmetro enquadrado no Inciso IV, do Art. 2º, da IN nº 03, de 20 de abril de 2017, ou seja, pesquisa junto ao fornecedor do ramo local. Todavia, reitero, que, devido a limitação de mercado ou manifesto desinteresse da empresa do ramo apenas foi encaminhada 01 (uma) única pesquisa de preços, impedindo

FL 108

sobremaneira obter 03 (três) pesquisas de mercado conforme orientação contida nos Acórdãos nº 980/2005, nº 3.219/2010, ambos Plenário, e nº 7.821/2010 – 1ª Câmara do TCU). Todavia, a pesquisa obtida encontra-se exequível aos valores praticados no mercado.

2.1.5. Por conseguinte, uma vez obtidos os valores mencionados citados nos itens **"2.1.1** e **2.1.4"** deste documento, para fins de aferir o valor de referência para os itens nº 01, 02 e 13 (transporte fluvial de material e pessoal) do Termo de Referência foi calculada a média entre os preços pesquisados pelo Painel de Preços juntamente com as pesquisas obtidas junto aos fornecedores do ramo local. No que diz respeito aos itens nº 3 ao 12 (transporte aéreo de pessoal) a obtenção dos valores foi considerada as pesquisas no site Painel de Preços Referência (Incisos I, do Art. 2º, da IN nº 03, de 20 de abril de 2017), juntamente com pesquisa de fornecedores do ramo local, por meio do parâmetro enquadrado no Inciso IV, do Art. 2º, da IN nº 03, de 20 de abril de 2017.

3 – DO MAPA COMPARATIVO:

3.1. Segue abaixo o mapa comparativo sintetizado contendo as informações apuradas nas pesquisas de preços realizadas conforme cada caso citado anteriormente:

3.1.1. Para os itens nº 01, 02 e 13 do Termo de Referência os preços tiveram como base a consulta obtida no Painel de Preços oriundo do Pregão Eletrônico SRP nº 09/2019 – Comando do Exército (UASG: 160353 - 6 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO/RR); Pregão Eletrônico SRP nº 02/2019 – Comando do Exército (UASG: 160537 - COMANDO 16A BRIGADA DE INFANT.DE SELVA/MEX/AM); Pregão Eletrônico SRP nº 09/2019 – Comando do Exército (UASG: 160353 – 6º Batalhão de Engenharia de Construção); e Dispensa de Licitação SPP nº 01/2019 - MINISTERIO DA JUSTICA (UASG: 194048 - COORDENAÇÃO REGIONAL MÉDIO PURUS);

3.1.1.1 Empresa SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI – CNPJ/MF nº 06.820.212/0001-00;

3.1.1.2. Empresa HP2 TRANSPORTES E SERVICOS DE MANUTENCAO TERRESTRE E NAVAL LIMITADA – CNPJ/MF nº [redacted]

3.1.1.3. Empresa RODOCYMAR TRANSPORTES LTDA – CNPJ/MF nº 02.763.624.0001/96; e

3.1.1.4. Empresa NATALI ZANIS DE LIMA EIRELI – CNPJ/MF nº 22.105.127/0001-08;

3.1.2. Os orçamentos obtidos juntos com os fornecedores do ramo local foram:

3.1.2.1. Empresa VALDEMAR R MOURA – ME – CNPJ/MF nº 22.852.793/0001-00; e

3.1.2.2 Empresa DANIELOE DIAS MENDES –ME – CNPJ/MF nº 30.157.931/0001-69.

Item	Descrição/Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Máximo	Valor Global Máximo
1	Contratação de serviço de transporte fluvial de materiais diversos (mesas, cadeiras, armários, estação total, material de expediente e de limpeza,	Kg	24.150.000	[redacted]	[redacted]

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fl 10

	eletrodomésticos, mobiliário geral, mat. eletrônico, material de copa cozinha, materiais energéticos, materiais de manobra e patrulhamento, material de embalagem e acondicionamento, materiais de construção, gêneros alimentícios, tanques de combustíveis, insumos asfálticos, insumos pétreos, equipamentos, viaturas, etc., com deslocamento saindo de Manoel Urbano-AC ou Sena Madureira-AC para o 4º Pelotão Especial de Fronteira em Santa Rosa do Purus-AC.				
2	Contratação de serviço de transporte fluvial de materiais diversos (mesas, cadeiras, armários, estação total, material de expediente e de limpeza, eletrodomésticos, mobiliário geral, mat. eletrônico, material de copa cozinha, materiais energéticos, materiais de manobra e patrulhamento, material de embalagem e acondicionamento, materiais de construção, gêneros alimentícios, tanques de combustíveis, insumos asfálticos, insumos pétreos, equipamentos, viaturas, etc., com deslocamento saindo Santa Rosa do Purus -AC para Manoel Urbano-AC ou Sena Madureira-AC.	Kg	1.000.000	[redacted]	[redacted]
13	Contratação de serviço de transporte fluvial de pessoal, com deslocamentos saindo de Manoel Urbano-AC ou Sena Madureira-AC para o 4º Pelotão Especial de Fronteira em Santa Rosa do Purus e de Santa Rosa do Purus para Manoel Urbano-AC.	Pessoa	1.000	[redacted]	[redacted]

3.1.3. Para os itens nº 03 ao 12 do Termo de Referência os preços tiveram como base a consulta obtida no Painel de Preços oriundo da Dispensa de Licitação SPP nº 01/2019 - MINISTERIO DA SAUDE (UASG: 257052 - DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA – YANOMAMI); Dispensa de Licitação SPP nº 55/2019 - MINISTERIO DEFESA – (UASG: 160013 - COLEGIO MILITAR DE MANAUS/MEX/AM); Pregão Eletrônico SRP nº 31/2019 - REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (UASG: 926084 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇAO); Dispensa de Licitação SPP nº 05/2020 - MINISTERIO DA SAUDE (UASG: 257028 - DISTRITO SANITÁRIO ESP.INDIGENA - MEDIO PURUS).

3.1.2.1 Empresa PIQUIATUBA TAXI AEREO LTDA – CNPJ/MF nº [redacted];

3.1.2.2. Empresa LLS TRANSPORTE E AGENCIAMENTO DE CARGAS LTDA – CNPJ/MF nº [redacted] e

3.1.2.3. Empresa BRASIL VIDA TAXI AEREO LTDA – CNPJ/MF nº [redacted]

3.1.4. Os orçamentos obtidos juntos com os fornecedores do ramo local foram:

3.1.4.1. Empresa ORTIZ TÁXI AÉREO LTDA – CNPJ/MF nº 05.011.639/0001-31;

Nr de Ordem	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade Total	Valor Unitário Máximo (R$)	[redacted]
03	Serviço de transporte em aeronave monomotor turbo hélice: do tipo Caravan ou similar, Capacidade - 09 (nove) passageiros e (02) tripulantes ou capacidade mínima de carga de 1,5 ton. Velocidade de Cruzeiro mínimo – 260 Km/h, com autonomia de 06 H de vôo; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; e homologação na categoria TPX e para Transporte de cargas. Com base de apoio em Rio Branco – AC.	Horas de Vôo	500	[redacted]	[redacted]
04	Pernoite da aeronave monomotor turbo hélice: do tipo Caravan ou similar, Capacidade - 09 (nove) passageiros e (02) tripulantes ou capacidade mínima de carga de 1,5 ton. Velocidade de Cruzeiro mínimo - 260 Km/h, com autonomia de 06 H de vôo. Com base de apoio em Rio Branco – AC.	Pernoite	15	[redacted]	[redacted]
05	Serviço de transporte em aeronave Bimotor: Dois tripulantes e quatro passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 250km/h. Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. Com base de apoio em Rio Branco – AC.	Horas de Vôo	300	[redacted]	[redacted]
06	PERNOITE da **Aeronave Bimotor:** Dois tripulantes e quatro passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 250km/h; Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. Com base de apoio em Rio Branco – AC.	Pernoite	15	[redacted]	[redacted]
07	Serviço de transporte em Aeronave Bimotor Turboélice:	Horas de Vôo	300	[redacted]	[redacted]

	Dois tripulantes e oito passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 350km/h; Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. Com base de apoio em Rio Branco – AC.				
08	PERNOITE da **Aeronave Bimotor Turboélice:** Dois tripulantes e oito passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 350km/h; Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. Com base de apoio em Rio Branco – AC	Pernoite	15	[redacted]	[redacted]
09	Serviço de transporte em Aeronave Bimotor: Dois tripulantes e seis passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230 Km/h. Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. Com base de apoio em Rio Branco – AC.	Horas de Vôo	300	[redacted]	[redacted]
10	PERNOITE da Aeronave Bimotor: Dois tripulantes e seis passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230 Km/h. Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. Com base de apoio em Rio Branco – AC.	Pernoite	15	[redacted]	[redacted]
11	Serviço de transporte em Aeronave Monomotor: Dois tripulantes e seis passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230	Horas de Vôo	300	[redacted]	[redacted]

	Km/h. Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. Com base de apoio em Rio Branco – AC.				
12	PERNOITE da Aeronave Monomotor: Dois tripulantes e seis passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230 Km/h. Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. Com base de apoio em Rio Branco – AC.	Pernoite	15	[redacted]	[redacted]
Total Geral (R$):				[redacted]	

3.1.5. Logo, para efeito do Mapa Comparativo os itens unificados em sua sequência e ordem numérica no Termo de Referência serão assim visualizados:

Grupo	Item	Descrição/ Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário Máximo Aceitável	Valor Global Máximo
1	1	Contratação de serviço de transporte fluvial de materiais diversos (mesas, cadeiras, armários, estação total, material de expediente e de limpeza, eletrodomésticos, mobiliário geral, mat. eletrônico, material de copa cozinha, materiais energéticos, materiais de manobra e patrulhamento, material de embalagem e acondicionamento, materiais de construção, gêneros alimentícios, tanques de combustíveis, insumos asfálticos, insumos pétreos, equipamentos, viaturas, etc., com deslocamento saindo de Manoel Urbano-AC ou Sena Madureira-AC para o 4º Pelotão Especial de Fronteira em Santa Rosa do Purus-AC.	Kg	24.1500.000	[redacted]	[redacted]
	2	Contratação de serviço de transporte fluvial de materiais diversos (mesas, cadeiras, armários, estação total, material de expediente e de limpeza, eletrodomésticos, mobiliário geral, mat. eletrônico, material de copa	Kg	1.000.000	[redacted]	[redacted]

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
FL 113

		cozinha, materiais energéticos, materiais de manobra e patrulhamento, material de embalagem e acondicionamento, materiais de construção, gêneros alimentícios, tanques de combustíveis, insumos asfálticos, insumos pétreos, equipamentos, viaturas, etc., com deslocamento saindo Santa Rosa do Purus -AC para Manoel Urbano-AC ou Sena Madureira-AC.				
2	03	Serviço de transporte em aeronave monomotor turbo hélice: do tipo Caravan ou similar, Capacidade - 09 (nove) passageiros e (02) tripulantes ou capacidade mínima de carga de 1,5 ton. Velocidade de Cruzeiro mínimo - 260 Km/h, com autonomia de 06 H de vôo; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; e homologação na categoria TPX e para Transporte de cargas. Com base de apoio em Rio Branco – AC.	Horas de Vôo	500	[redacted]	[redacted]
	04	Pernoite da aeronave monomotor turbo hélice: do tipo Caravan ou similar, Capacidade - 09 (nove) passageiros e (02) tripulantes ou capacidade mínima de carga de 1,5 ton. Velocidade de Cruzeiro mínimo - 260 Km/h, com autonomia de 06 H de vôo. Com base de apoio em Rio Branco – AC.	Pernoite	15	[redacted]	[redacted]
3	05	Serviço de transporte em aeronave Bimotor: Dois tripulantes e quatro passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 250km/h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. Com base de apoio em Rio Branco – AC.	Horas de Vôo	300	[redacted]	[redacted]0
	06	PERNOITE da **Aeronave Bimotor:** Dois tripulantes e quatro passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 250km/h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. Com base de	Pernoite	15	[redacted]	[redacted]

		apoio em Rio Branco - AC.				
4	07	Serviço de transporte em Aeronave Bimotor Turboélice: Dois tripulantes e oito passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 350km/h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. Com base de apoio em Rio Branco - AC.	Horas de Vôo	300	[redacted]	[redacted]
	08	PERNOITE da **Aeronave Bimotor Turboélice:** Dois tripulantes e oito passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 350km/h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. Com base de apoio em Rio Branco - AC.	Pernoite	15	[redacted]	[redacted]
5	09	Serviço de transporte em Aeronave Bimotor: Dois tripulantes e seis passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230km/h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. Com base de apoio em Rio Branco - AC	Horas de Vôo	300	[redacted]	[redacted]
	10	PERNOITE da Aeronave Bimotor: Dois tripulantes e seis passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230km/h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. Com base de apoio em Rio Branco - AC	Pernoite	15	[redacted]	[redacted]
6	11	Serviço de transporte em Aeronave Monomotor: Dois tripulantes e seis passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230km/h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as	Horas de Vôo	300	[redacted]	[redacted]

TRIBUNAL DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 114

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fl. 115

		competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. Com base de apoio em Rio Branco – AC				
	12	PERNOITE da Aeronave Monomotor: Dois tripulantes e seis passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230km/h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. Com base de apoio em Rio Branco - AC	Pernoite	15	[redacted]	[redacted]
Não se aplica	13	Contratação de serviço de transporte fluvial de pessoal, com deslocamentos saindo de Manoel Urbano-AC ou Sena Madureira-AC para o 4º Pelotão Especial de Fronteira em Santa Rosa do Purus e de Santa Rosa do Purus para Manoel Urbano-AC.	Pessoa	1.000	[redacted]	[redacted]

4 – DO PREÇO APURADO:

4.1. Com base em estudos realizados por esta OM, experiências adquiridas em contratações anteriores, contatos recentes com fornecedores do ramo e outras unidades da administração pública que realizam os mesmos serviços, chegou a conclusão de que o serviço de transporte fluvial é um serviço comum e semelhante em toda sua fase de execução. No entanto, leva-se em consideração diversos fatores que alteram os custos para o transporte fluvial, como por exemplo, a variação pluviométrica do inverno amazônico, correnteza, intempéries, entre outros.

4.2. Apesar da variação nos valores para cada trecho, os valores de referência encontrados no Painel de Preços para os itens nº 01 ao 13 são exequíveis para todos os trechos necessários ao 7º BEC, quando observado aos preços obtidos juntos aos fornecedores do ramo local. De tudo apurado, para os itens nº 01 ao 07 optou-se obter o valor de referência através de uma **média aritmética** dos preços cotados através de pesquisa realizada no Painel de Preços disponível no endereço eletrônico: http://paineldeprecos.planejamento.gov.br, juntamente aos preços cotados com fornecedores do ramo local segundo os valores listados no Mapa Comparativo (conforme subitem 3.1.5).

4.3. Por último, porém, não menos importante, os valores finais fixados ao final da fase lances durante o certame poderá, inclusive, ser abaixo daqueles estipulados no presente Termo de Referência, visto que, as empresas participantes poderão ofertar lances mais vantajosos em relação àqueles ora mensurados. Outrossim, caberá ao Pregoeiro e aos licitantes participantes analisarem até onde seus lances são aceitáveis para uma correta execução do objeto.

4.4. Oportunamente, o art. 15 do Decreto nº 10.024, de 2019, trata sobre a possibilidade de divulgar, ou não, o **valor estimado** ou o **valor máximo aceitável**. Considero que, neste caso concreto, deverá ser "**divulgado**" no Anexo I – Termo de Referência, pois, tais valores estipulados pela Administração facilitarão ao(s) interessado(s) em participar do certame elaborar melhor a proposta de preços e seus custos estimados, em face da complexidade que envolve a execução dos serviços objeto da licitação, que, significativamente, depende de fatores climáticos que ora poderão facilitar e em outra ocasião tornar-se-á um impedimento considerável, e, sucessivamente, comprometerá o cronograma de execução da obra.

4.5. A logística que envolve a obra em tela, consumirá boa parte dos recursos descentralizados na contratação dos serviços de transporte fluvial e aéreo e diante da importância que este processo demanda as informações repassadas no Edital e anexos permitirão o melhor dimensionamento por parte de quaisquer interessados, sobretudo, porque a Administração ficará sobremaneira prejudicada com a provável hipótese da licitação resultar em **"fracassada"** ou **"deserta"** comprometendo a credibilidade da Instituição perante a sociedade acriana que anseia pela realização de condições mais favoráveis naquela região. Ademais, os dispositivos que ora embasam o caráter sigiloso (*§ 3º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no art. 20 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012*), não atendem no momento ao interesse deste Órgão Gerenciador da licitação para assim aplicá-lo.

5 – CONCLUSÃO:

5.1. Face ao conglomerado exposto, resta comprovado que a ausência da contratação dos serviços em tela tornará inviável sua execução, pois, esta Organização Militar não dispõe em seu patrimônio de balsas, embarcações e/ou aeronaves, cujo estado permita realizar tal serviço tampouco capacidade logística para atender tal demanda. Em que pese a real necessidade de terceirizar o serviço objeto da presente licitação.

5.2. Cite-se, ainda que, outrora visando cumprir recomendação da CJU-AC exarada no Parecer n. 00090/2020/FAS/CJU-AC/CGU/AGU, de 22 de abril de 2020, particularmente, no que concerne o item nº 160 esta Administração realizou a adoção das cautelas citadas no documento supracitado quanto à cotação de preços, sendo, pois, encaminhado para a autoridade competente para a aprovação consubstanciado no §6º, do art. 2º, da IN nº 05, de 2014, o qual aduz que: *"Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será admitida a pesquisa com menos de três preços ou fornecedores."*.

5.3. Faz-se mister, informar que, o Parecer supracitado foi emitido para o certame Pregão Eletrônico SRP nº 033/2019 – 7º BEC cujo objeto é o mesmo do Pregão Eletrônico SRP nº 023/2020 – 7º BEC.

Rio Branco, AC, 15 de julho de 2020.

FERNANDO JERONIMO DO NASCIMENTO – 2º Ten
Chefe da Seção de Controle/CEEM do 7º BEC

MAYK NELSOLYNE COSTA DOS SANTOS – Maj
Chefe da 4ª Seção do 7º BEC

6 – MOTIVAÇÃO E APROVAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE:

6.1. Motivado pelo poder-dever das funções de Ordenador de Despesas, concomitantemente, aos princípios básicos da legalidade e da publicidade, ambos ínsitos ao art. 3º, da Lei nº 8.666/93, aprovo, o teor contido no presente Relatório de Pesquisa de Preços cuja recomendação advém do Parecer retromencionado no qual, salvo melhor juízo, foram atendidas às recomendações, ou seja, houve a adoção de cautelas anteriormente elencadas aplicáveis a este caso concreto para a cotação de preços e registradas nos autos à luz do princípio da realidade.

6.2. Por último, porém, não menos importante, acolho a sugestão do Setor Requisitante citada no subitens 4.4 e 4.5 deste documento, e, sucessivamente, decido, conforme exposto nos documentos que integram os autos por divulgar no Edital (Anexo I - Termo de Referência) o **valor estimado** e/ou o **valor máximo aceitável**.

Rio Branco, AC, 05 de agosto de 2020.

PAULO ANDRÉ MOREIRA SANTOS – Major
Ordenador de Despesas Substituto do 7º BEC

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO
Avenida Nações Unidas, 2100, 7º BEC - Rio Branco/AC - CEP 69.918-093
Fone: (68) 3214-6303 – (68) 3214-6379

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fl 111

Ofício CEEM/7º BEC

Rio Branco, AC, 09 de junho de 2020.

Ao Senhor(a)

Representante da Empresa – Ortiz Taxi Aereo LTDA.

ESTRADA BR 317 KM 38, Senador Guiomard – Acre. CEP 05.011.693/0001-31

Assunto: Pesquisa de preços de mercado.

Senhor Representante,

1. Versa o presente expediente sobre pesquisa de preços de mercado.

2. Solicito a Vossa Senhoria verificar a possibilidade de fornecer formalmente 01 (uma) pesquisa de preços de mercado em papel timbrado ou com o logotipo da empresa, nos termos do Art. 3º, da Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017, conforme a descrição do objeto a seguir, haja vista esta Organização Militar - OM pretender realizar um processo licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, com vistas a contratação do serviço a seguir:

Nr de Ordem	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade Total	Valor Unitário (R$)
1	Serviço de transporte em aeronave monomotor turbo hélice: do tipo Caravan ou similar, Capacidade - 09 (nove) passageiros e (02) tripulantes ou capacidade mínima de carga de 1,5 ton. Velocidade de Cruzeiro mínimo - 260 Km/h, com autonomia de 06 H de vôo; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; e homologação na categoria TPX e para Transporte de cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC**	Horas de Vôo	500	

2	Pernoite da aeronave monomotor turbo hélice: do tipo Caravan ou similar, Capacidade - 09 (nove) passageiros e (02) tripulantes ou capacidade mínima de carga de 1,5 ton. Velocidade de Cruzeiro mínimo - 260 Km/h, com autonomia de 06 H de vôo. **Com base de apoio em Rio Branco – AC.**	Pernoite	15	
3	Serviço de transporte em aeronave Bimotor: Dois tripulantes e quatro passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 250km/h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC**	Horas de Vôo	300	
4	PERNOITE da **Aeronave Bimotor:** Dois tripulantes e quatro passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 250km/h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC**	Pernoite	15	
5	Serviço de transporte em Aeronave Bimotor Turboélice: Dois tripulantes e oito passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 350km/h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC**	Horas de Vôo	300	
6	PERNOITE da **Aeronave Bimotor Turboélice:** Dois tripulantes e oito passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 350km/h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por	Pernoite	15	

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
Fl 119

	instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC**			
7	Serviço de transporte em Aeronave Bimotor: Dois tripulantes e seis passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230km/h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC**	Horas de Vôo	300	
8	PERNOITE da Aeronave Bimotor: Dois tripulantes e seis passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230km/h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC**	Pernoite	15	
9	Serviço de transporte em Aeronave Monomotor: Dois tripulantes e seis passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230km/h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC**	Horas de Vôo	300	
10	PERNOITE da Aeronave Monomotor: Dois tripulantes e seis passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230km/h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC**	Pernoite	15	

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 120

Total Geral (R$):	

FI 121

3. Solicito-vos ainda, a possibilidade de na referida pesquisa de preços constar além do (s) valor (es) do (s) referido (s) bem (ns) os dados da empresa (razão social, CNPJ, endereço, nome completo do representante legal responsável pela cotação, cargo e/ou função); bem como o **prazo de entrega**, a **validade da proposta de 180 (cento e oitenta) dias** e de que **no (s) preço (s) ofertado (s) estão inclusas todas as despesas diretas e indiretas, tais como: impostos, frete (s), etc**.

4. A pesquisa de preços supracitada será de grande utilidade a esta OM se recebida até o dia 12 de junho de 2020, e, poderá ser encaminhada diretamente ao e-mail: [redacted].

5. Outrossim, informo a Vossa Senhoria que a pesquisa servirá para aferição do preço praticado no mercado, e, sucessivamente, irá subsidiar esta Administração no que diz respeito ao valor de referência que constará no futuro edital da licitação. Portanto, tal solicitação em hipótese alguma vinculará obrigação desta Administração em contratar com essa respeitosa empresa, que ora promoveu a fonte de pesquisa. Outrossim, teremos a consideração em comunicá-los sobre a abertura do certame para eventual participação.

Atenciosamente,

MILTON AUGUSTO MACIEL DE SOUSA- Ten Cel
Comandante do 7º BEC

Gmail

Fernando Nascimento <fnascimento94@gmail.com>



RE: solicitação de orçamento de transporte aéreo de rio branco para santa rosa do purus

3 mensagens

Ortiz Financeiro [redacted] 10 de julho de 2020 09:32
Para: Fernando Nascimento [redacted]

Bom dia Sr. Fernando

Gostaria de tirar umas dúvidas referente a Proposta, poderia informar um nr telefone que podessemos conversar.

Grata,
Antônia Dourado
Dpto/Financeiro
[redacted]
Ortiz Táxi Aéreo Ltda

Favor confirmar recebimento de e-mail!

De: "Fernando Nascimento" [redacted]>
Enviada: [redacted]
Para: [redacted]
Assunto: solicitação de orçamento de transporte aéreo de rio branco para santa rosa do purus

Olá boa tarde, sou o 2º Fernando pertencente ao 7º Batalhão de Engenharia de Construção, gostaria de orçamento visando a obra que iremos realizar no aeródromo de Santa Rosa do Purus- AC.

Fernando Nascimento <fnascimento94@gmail.com> 10 de julho de 2020 10:22
Para: Ortiz Financeiro <ortiz.[redacted]

[redacted]

Em sex, 10 de jul de 2020 9:32 AM, Ortiz Financeiro <ortiz.financeiro@bol.com.br> escreveu:

> Bom dia Sr. Fernando
>
> Gostaria de tirar umas dúvidas referente a Proposta, poderia informar um nr telefone que podessemos conversar.
>
> Grata,
> ***Antônia Dourado***
> ***Dpto/Financeiro***
> [redacted]
> ***E-mail: ortiz.reservas@hotmail.com***
> ***Ortiz Táxi Aéreo Ltda***
>
> ***Favor confirmar recebimento de e-mail!***



De: "Fernando Nascimento" <fnascimento94@gmail.com>
Enviada: 2020/07/09 18:24:16
Para: [redacted] de transporte aéreo de rio branco para santa rosa do purus

Olá boa tarde, sou o 2º Fernando pertencente ao 7º Batalhão de Engenharia de Construção, gostaria de orçamento visando a obra que iremos realizar no aeródromo de Santa Rosa do Purus- AC.

Ortiz Financeiro [redacted] 14 de julho de 2020 21:40
Para: Fernando Nascimento [redacted]>

Boa noite Sr. Fernando

Anexo Coleta de Preços.

Qualquer dúvida estamos à disposição.

Confirmar recebimento

SDS,
Antônia Dourado
Ger. Financeiro
[redacted]
E-mail: [redacted]
Ortiz Táxi Aéreo Ltda

Favor confirmar recebimento de e-mail!

De: "Fernando Nascimento" <fnascimento94@gmail.com>
Enviada: 2020/07/10 12:22:37
Para: ortiz.financeiro@bol.com.br
Assunto: Re: solicitação de orçamento de transporte aéreo de rio branco para santa rosa do purus

Bom dia. 061 98236-9115

Em sex, 10 de jul de 2020 9:32 AM, Ortiz Financeiro <ortiz.financeiro@bol.com.br> escreveu:

> Bom dia Sr. Fernando
>
> Gostaria de tirar umas dúvidas referente a Proposta, poderia informar um nr telefone que podessemos conversar.
>
> Grata,
> ***Antônia Dourado***
> ***Dpto/Financeiro***
> [redacted]
> ***E-mail: ortiz.reservas@hotmail.com***
> ***Ortiz Táxi Aéreo Ltda***
>
> ***Favor confirmar recebimento de e-mail!***



De: "Fernando Nascimento" <fnascimento94@gmail.com>
Enviada: 2020/07/09 18:24:16
Para: ortiz.financeiro@bol.com.br
Assunto: solicitação de orçamento de transporte aéreo de rio branco para santa rosa do purus

Olá boa tarde, sou o 2º Fernando pertencente ao 7º Batalhão de Engenharia de Construção, gostaria de orçamento visando a obra que iremos realizar no aeródromo de Santa Rosa do Purus- AC.

COLETA PRECO 7 BEC - 14-07-2020.pdf
76K

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO
Avenida Nações Unidas, 2100, 7º BEC - Rio Branco/AC - CEP [redacted]
Fone [redacted]

Ofício CEEM/7º BEC

Rio Branco, AC, 07 de junho de 2020.

Ao Senhor(a)

Representante da Empresa – Valdemar R Moura. ME.

Avenida Guanabara, Nr 754, bairro Bosque, Sena Madureira – Acre. CEP 69.940 000

Assunto: Pesquisa de preços de mercado.

Senhor Representante,

1. Versa o presente expediente sobre pesquisa de preços de mercado.

2. Solicito a Vossa Senhoria verificar a possibilidade de fornecer formalmente 01 (uma) pesquisa de preços de mercado em papel timbrado ou com o logotipo da empresa, nos termos do Art. 3º, da Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017, conforme a descrição do objeto a seguir, haja vista esta Organização Militar - OM pretender realizar um processo licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, com vistas a contratação do serviço a seguir:

Nr de Ordem	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade Total	Valor Unitário (R$)
1	Contratação de serviço de transporte fluvial de materiais diversos (mesas, cadeiras, armários, estação total, material de expediente e de limpeza, eletrodomésticos, mobiliário geral, mat. eletrônico, material de copa cozinha, materiais energéticos, materiais de manobra e patrulhamento, material de embalagem e acondicionamento, materiais de construção, gêneros alimentícios, tanques de combustíveis, insumos asfálticos, insumos pétreos, equipamentos, viaturas, etc., com deslocamento saindo de Manoel Urbano-AC ou Sena Madureira-AC para o 4º Pelotão Especial de Fronteira em Santa Rosa do Purus-AC.	Kg	[redacted]	[redacted]
2	Contratação de serviço de transporte fluvial de materiais diversos (mesas, cadeiras, armários, estação total, material de expediente e de limpeza, eletrodomésticos, mobiliário geral, mat. eletrônico, material de copa cozinha,	Kg	[redacted]	[redacted]

	materiais energéticos, materiais de manobra e patrulhamento, material de embalagem e acondicionamento, materiais de construção, gêneros alimentícios, tanques de combustíveis, insumos asfálticos, insumos pétreos, equipamentos, viaturas, etc., com deslocamento saindo Santa Rosa do Purus - AC para Manoel Urbano-AC ou Sena Madureira-AC.			
3	Contratação de serviço de transporte fluvial de pessoal, com deslocamentos saindo de Manoel Urbano-AC ou Sena Madureira-AC para o 4º Pelotão Especial de Fronteira em Santa Rosa do Purus e de Santa Rosa do Purus para Manoel Urbano-AC ou Sena Madureira-AC.	Pessoa	[redacted]	[redacted]
Total Geral (R$):				

3. Solicito-vos ainda, a possibilidade de na referida pesquisa de preços constar além do (s) valor (es) do (s) referido (s) bem (ns) os dados da empresa (razão social, CNPJ, endereço, nome completo do representante legal responsável pela cotação, cargo e/ou função); bem como o **prazo de entrega**, a **validade da proposta de 180 (cento e oitenta) dias** e de que **no (s) preço (s) ofertado (s) estão inclusas todas as despesas diretas e indiretas, tais como: impostos, frete (s), etc**.

4. A pesquisa de preços supracitada será de grande utilidade a esta OM se recebida até o dia 12 de junho de 2020, e, poderá ser encaminhada diretamente ao e-mail[redacted]

5. Outrossim, informo a Vossa Senhoria que a pesquisa servirá para aferição do preço praticado no mercado, e, sucessivamente, irá subsidiar esta Administração no que diz respeito ao valor de referência que constará no futuro edital da licitação. Portanto, tal solicitação em hipótese alguma vinculará obrigação desta Administração em contratar com essa respeitosa empresa, que ora promoveu a fonte de pesquisa. Outrossim, teremos a consideração em comunicá-los sobre a abertura do certame para eventual participação.

Atenciosamente,

MILTON AUGUSTO MACIEL DE SOUSA- Ten Cel
Comandante do 7º BEC

1º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 127

Gmail **Fernando Nascimento <fnascimento94@gmail.com>**

(sem assunto)

4 mensagens

dt-lira@bol.com. [redacted] 7 de julho de 2020 16:48
Para [redacted]

Boa Tarde sou a Secretaria do Srº Valdemar

Fernando Nascimento <fnascimento94@gmail.com> 7 de julho de 2020 18:05
Para: "dt-lira@bol.com.br" <dt-lira@bol.com.br>

boa tarde
já lhe envio o modelo

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Fernando Nascimento <fnascimento94@gmail.com> 7 de julho de 2020 18:06
Para: "dt-lira@bol.com.br" <dt-lira@bol.com.br>

preciso do cnpj , razão social e endereço da empresa

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Fernando Nascimento <fnascimento94@gmail.com> 7 de julho de 2020 18:20
Para: "dt-lira@bol.com.br" <dt-lira@bol.com.br>

Caro representante da **Valdemar R Moura. ME**, encaminho-vos a solicitação de orçamento referente a transporte fluvial de material e pessoal que visa realizar um processo licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica.
Desde já agradeço.
At.te 2º Ten Fernando- Chefe da Seção de Controle da CEEM.
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Sol Orçamento transporte fluvial.doc
381K

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl. 121

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO
Avenida Nações Unidas, 2100, 7º BEC - Rio Branco/AC - CEP 69.918-093
Fone: [redacted]

Ofício CEEM/7º BEC

Rio Branco, AC, 07 de junho de 2020.

Ao Senhor(a)

Representante da Empresa – Daniele Dias Mendes –ME – Transportadora Santa Rosas=.

Rua Profiro de Moura nº 698, Bairro: Centro. CEP 69.955-000.

Assunto: Pesquisa de preços de mercado.

Senhor Representante,

1. Versa o presente expediente sobre pesquisa de preços de mercado.

2. Solicito a Vossa Senhoria verificar a possibilidade de fornecer formalmente 01 (uma) pesquisa de preços de mercado em papel timbrado ou com o logotipo da empresa, nos termos do Art. 3º, da Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017, conforme a descrição do objeto a seguir, haja vista esta Organização Militar - OM pretender realizar um processo licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, com vistas a contratação do serviço a seguir:

Nr de Ordem	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade Total	[redacted]
1	Contratação de serviço de transporte fluvial de materiais diversos (mesas, cadeiras, armários, estação total, material de expediente e de limpeza, eletrodomésticos, mobiliário geral, mat. eletrônico, material de copa cozinha, materiais energéticos, materiais de manobra e patrulhamento, material de embalagem e acondicionamento, materiais de construção, gêneros alimentícios, tanques de combustíveis, insumos asfálticos, insumos pétreos, equipamentos, viaturas, etc., com deslocamento saindo de Manoel Urbano-AC ou Sena Madureira-AC para o 4º Pelotão Especial de Fronteira em Santa Rosa do Purus-AC.	Kg	[redacted]	[redacted]
2	Contratação de serviço de transporte fluvial de materiais diversos (mesas, cadeiras, armários, estação total, material de expediente e de limpeza, eletrodomésticos, mobiliário geral, mat. eletrônico, material de copa cozinha,	[redacted]	[redacted]	[redacted]

	materiais energéticos, materiais de manobra e patrulhamento, material de embalagem e acondicionamento, materiais de construção, gêneros alimentícios, tanques de combustíveis, insumos asfálticos, insumos pétreos, equipamentos, viaturas, etc., com deslocamento saindo Santa Rosa do Purus - AC para Manoel Urbano-AC ou Sena Madureira-AC.			
3	Contratação de serviço de transporte fluvial de pessoal, com deslocamentos saindo de Manoel Urbano-AC ou Sena Madureira-AC para o 4º Pelotão Especial de Fronteira em Santa Rosa do Purus e de Santa Rosa do Purus para Manoel Urbano-AC ou Sena Madureira-AC.	Pessoa	[redacted]	
Total Geral (R$):				

3. Solicito-vos ainda, a possibilidade de na referida pesquisa de preços constar além do (s) valor (es) do (s) referido (s) bem (ns) os dados da empresa (razão social, CNPJ, endereço, nome completo do representante legal responsável pela cotação, cargo e/ou função); bem como o **prazo de entrega**, a **validade da proposta de 180 (cento e oitenta) dias** e de que **no (s) preço (s) ofertado (s) estão inclusas todas as despesas diretas e indiretas, tais como: impostos, frete (s), etc.**

4. A pesquisa de preços supracitada será de grande utilidade a esta OM se recebida até o dia 12 de junho de 2020, e, poderá ser encaminhada diretamente ao e-mail: fnascimento94@gmail.com.

5. Outrossim, informo a Vossa Senhoria que a pesquisa servirá para aferição do preço praticado no mercado, e, sucessivamente, irá subsidiar esta Administração no que diz respeito ao valor de referência que constará no futuro edital da licitação. Portanto, tal solicitação em hipótese alguma vinculará obrigação desta Administração em contratar com essa respeitosa empresa, que ora promoveu a fonte de pesquisa. Outrossim, teremos a consideração em comunicá-los sobre a abertura do certame para eventual participação.

Atenciosamente,

MILTON AUGUSTO MACIEL DE SOUSA- Ten Cel
Comandante do 7º BEC

Aeroporto Internacional de Rio Branco
Br-364 Km-18 CEP-69 914-220 Rio Branco-Ac

Ortiz Táxi Aéreo

Fone 68-3211-1048, 9986-9754, 9976-4454 e 9978-2886
CNPJ: 05.011.693/0001-31

Rio Branco-Ac, 14 de Julho de 2020

Ao
7º Batalhão de Engenharia de Construção

Coleta para registro de preços para prestação de serviços de fretamento de aeronave para fornecimento dos itens abaixo relacionados:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Serviço de transporte em aeronave monomotor turbo hélice: do tipo Caravan ou similar, Capacidade - 09 (nove) passageiros e (02) tripulantes ou capacidade mínima de carga de 1,5 ton. Velocidade de Cruzeiro mínimo - 260 Km/h, com autonomia de 06 H de vôo; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; e homologação na categoria TPX e para Transporte de cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC**	H./VOO	500	[redacted]	[redacted]
02	Pernoite da aeronave monomotor turbo hélice: do tipo Caravan ou similar, Capacidade - 09 (nove) passageiros e (02) tripulantes ou capacidade mínima de carga de 1,5 ton. Velocidade de Cruzeiro mínimo - 260 Km/h, com autonomia de 06 H de vôo. **Com base de apoio em Rio Branco – AC**	**Pernoite**	15	[redacted]	[redacted]

Ortiz Táxi Aéreo Ltda

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
FL 131

03	Serviço de transporte em aeronave Bimotor: Dois tripulantes e quatro passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 250km/h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC**	**H./VOO**	**300**	[redacted]	[redacted]
04	PERNOITE da **Aeronave Bimotor:** Dois tripulantes e quatro passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 250km/h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC**	**Pernoite**	**15**	[redacted]	[redacted]
05	Serviço de transporte em Aeronave Bimotor Turboélice: Dois tripulantes e oito passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 350km/h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC**	**H./VOO**	**300**	**NÃO**	**COTAMOS**
06	PERNOITE da **Aeronave Bimotor Turboélice:** Dois tripulantes e oito passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 350km/h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC**	**Pernoite**	**15**	**NÃO**	**COTAMOS**

07	Serviço de transporte em Aeronave Bimotor: Dois tripulantes e seis passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230km/h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC**	**H./VOO**	**300**	**NÃO**	[redacted]
08	PERNOITE da Aeronave Bimotor: Dois tripulantes e seis passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230km/h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC**	**Pernoite**	**15**	**NÃO**	[redacted]
09	Serviço de transporte em Aeronave Monomotor: Dois tripulantes e seis passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230km/h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e noturnas, de acordo com as competentes legislações; Homologada na categoria TPX e para transporte de Cargas. **Com base de apoio em Rio Branco – AC**	**H./VOO**	**300**	[redacted]	[redacted]
10	PERNOITE da Aeronave Monomotor: Dois tripulantes e seis passageiros; Velocidade Mínima de cruzeiro de 230km/h Para operação sob regras de voo visuais; Equipada com sistema de navegação por instrumento para operações diurnas e [redacted]	**Pernoite**	**15**	[redacted]	[redacted]

1 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 133

Responsável pela cotação: Marcelo Spina Ortiz
Sócio Proprietário
Prazo entrega: imediato
Valida da Proposta: 180 (Cento e Oitenta) dias
Informo que nos valores acima estão inclusas despesas como impostos.

Ortiz Táxi Aéreo Ltda.

VALDEMAR R MOURA -ME ((TRANSPORTADORA MOURA)
CNPJ: 22.852.793/0001-00
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 01.049.016/001-55
AV. GUANABARA Nº 754 - Bairro Bosque
SENA MADUREIRA-ACRE -ACRE
CEP: 69.940-000

AO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO
AV. NAÇÕES UNIDAS Nº2100 7º BEC-
CEP: 69.918-093

PROPOSTA DE PREÇOS

Nr de Ordem	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade Total	[redacted]	Valor Total
01	Contratação de serviço de transporte fluvial de materiais diversos (mesas, cadeiras, armários, estação total, material de expediente e de limpeza, eletrodomésticos, mobiliário geral, mat eletrônico, material de copa cozinha, materiais energéticos, materiais de manobra e patrulhamento, material de embalagem e acondicionamento, materiais de construção, gêneros alimentícios, tanques de combustíveis, insumos asfálticos, insumos pétreos, equipamentos, viaturas, etc.. com deslocamento saindo de Manoel Urbano-AC ou Sena Madureira-AC para o 4º Pelotão Especial de Fronteira em Santa Rosa do Purus-AC.	KG	[redacted]	[redacted]	
02	Contratação de serviço de transporte fluvial de materiais diversos (mesas, cadeiras, armários, estação total, material de expediente e de limpeza, eletrodomésticos, mobiliário geral, mat. eletrônico, material de copa cozinha, materiais energéticos, materiais de manobra e patrulhamento, material de embalagem e acondicionamento, materiais	KG	[redacted]	[redacted]	

	de construção, gêneros alimentícios, tanques de combustíveis, insumos asfálticos, insumos pétreos, equipamentos, viaturas, etc., com deslocamento saindo Santa Rosa do Purus -AC para Manoel Urbano-AC ou Sena Madureira-AC				
03	Contratação de serviço de transporte fluvial de pessoal, com deslocamentos saindo de Manoel Urbano-AC ou Sena Madureira-AC para o 4º Pelotão Especial de Fronteira em Santa Rosa do Purus e de Santa Rosa do Purus para Manoel Urbano-AC ou Sena Madureira-AC.	Pessoa	[redacted]	[redacted]	

VALIDADE DA PROPOSTA : 180 (Cento Oitenta Dias)

SENA MADUREIRA-ACRE, 14 DE JULHO DE 2020.

VALDEMAR RODRIGUES DE MOURA
TITULAR

1º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 135

DANIELE DIAS MENDES -ME((TRANSPORTADORA SANTA ROSA)
CNPJ: 30.157.931/0001-69
RUA PROFIRO DE MOURA Nº 698 BAIRRO CENTRO
SSANTA ROSA DO PURUS – ACRE
CEP: 69.955-000

FL 136

AO
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO
AV. NAÇÕES UNIDAS Nº2100 7º BEC-
CEP: 69.918-093

PROPOSTA DE PREÇOS

Nr de Ordem	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade Total	Valor Unitário	Valor Total
01	Contratação de serviço de transporte fluvial de materiais diversos (mesas, cadeiras, armários, estação total, material de expediente e de limpeza, eletrodomésticos, mobiliário geral, mat. eletrônico, material de copa cozinha, materiais energéticos, materiais de manobra e patrulhamento, material de embalagem e acondicionamento, materiais de construção, gêneros alimentícios, tanques de combustíveis, insumos asfálticos, insumos pétreos, equipamentos, viaturas, etc., com deslocamento saindo de Manoel Urbano-AC ou Sena Madureira-AC para o 4º	KG	[redacted]	[redacted]	

	Pelotão Especial de Fronteira em Santa Rosa do Purus-AC.				
02	Contratação de serviço de transporte fluvial de materiais diversos (mesas, cadeiras, armários, estação total, material de expediente e de limpeza, eletrodomésticos, mobiliário geral, mat. eletrônico, material de copa cozinha, materiais energéticos, materiais de manobra e patrulhamento, material de embalagem e acondicionamento, materiais de construção, gêneros alimentícios, tanques de combustíveis, insumos asfálticos, insumos pétreos, equipamentos, viaturas, etc., com deslocamento saindo Santa Rosa do Purus -AC para Manoel Urbano-AC ou Sena Madureira-AC.	KG	[redacted]	[redacted]	
03	Contratação de serviço de transporte fluvial de pessoal, com deslocamentos saindo de Manoel Urbano-AC ou Sena Madureira-AC para o 4º Pelotão Especial de Fronteira em Santa Rosa do Purus e de Santa Rosa do Purus para Manoel Urbano-AC ou Sena Madureira-AC.	Pessoa	500	350,00	

VALIDADE DA PROPOSTA : 180 (Cento Oitenta Dias)

SENA MADUREIRA-ACRE, 14 DE JULHO DE 2020.

DANIELE DIAS MENDES
TITULAR

Painel de Preços

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 138
6ª

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
[redacted]	[redacted]	[redacted]

Quantidade total de registros: 3
Registros apresentados: 1 a 3

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço	Região Brasil
3182	NORTE

RESULTADO 1

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00009/2019
Número do Item: 00011
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte fluvial de cargas secas e frigorificadas, encomendas, veículos e equipamentos de engenharia, em lanchas, barcos, balsas e rebocadores.
Quantidade Ofertada: [redacted]
Valor Proposto [redacted]
Valor Unitário do Item: [redacted]
Código do CATMAT: 3182
Descrição do Item: TRANSPORTE MARITIMO E FLUVIAL DE PESSOAL / CARGA
Descrição Complementar: TRANSPORTE FLUVIAL DE CARGAS SECAS DIVERSAS COMO: FERRAMENTAIS, MATERIAIS DIVE RSOS DE PONTE DE MADEIRA, DE METAL TIPO BAILEY, CIMENTO, BRITA, AREIA, COMBUST ÍVEIS E OUTRAS COM VALOR DA CARGA SEGURADA, NO TRECHO: MANAUS AM X SÃO GABR IEL DA CACHOEIRA AM X MANAUS AM.
Unidade de Fornecimento: KG
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 03/10/2019

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: RODOCYMAR TRANSPORTES LTDA
CNPJ/CPF: 02763624000196
Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160353 - 6 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO/RR
Órgão: COMANDO DO EXERCITO
Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

1 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
FL 139

RESULTADO 2

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00002/2019
Número do Item: 00024
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Contratação de serviços de locação de embarcação para transporte de pessoal e/ou material em via marítima/fluvial e aquisição de passagens individuais.
Quantidade Ofertada: [redacted]
Valor Proposto Unitário: [redacted]
Valor Unitário do Item: [redacted]
Código do CATMAT: 3182
Descrição do Item: TRANSPORTE MARITIMO E FLUVIAL DE PESSOAL / CARGA
Descrição Complementar: TRANSPORTE DE CARGA TRECHO MANAUS-TABATINGA
Unidade de Fornecimento: KILOGRAMA
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 13/11/2019

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: SD LOGISTICA E TRANSPORTE MULTIMODAL EIRELI
CNPJ/CPF: 06820212000100
Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160537 - COMANDO 16A BRIGADA DE INFANT.DE SELVA/MEX/AM
Órgão: COMANDO DO EXERCITO
Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

6 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 140

RESULTADO 3

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00009/2019
Número do Item: 00006
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de transporte fluvial de cargas secas e frigorificadas, encomendas, veículos e equipamentos de engenharia, em lanchas, barcos, balsas e rebocadores.
Quantidade Ofertada: [redacted]
Valor Proposto Unitário: [redacted]
Valor Unitário do Item: [redacted]
Código do CATMAT: 3182
Descrição do Item: TRANSPORTE MARITIMO E FLUVIAL DE PESSOAL / CARGA
Descrição Complementar: TRANSPORTE FLUVIAL DE CARGAS FRIGORIFICADAS COM VALOR DA CARGA SEGURADA, NO T RECHO: MANAUS - AM X TABATINGA AM X MANAUS AM.
Unidade de Fornecimento: KG
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 03/10/2019

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: HP2 TRANSPORTES E SERVICOS DE MANUTENCAO TERRESTRE E NAVAL LIMITADA
CNPJ/CPF: 32265097000150
Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160353 - 6 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO/RR
Órgão: COMANDO DO EXERCITO
Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

TRIBUNAL DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 141

Painel de Preços

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

FL 142

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
[redacted]	[redacted]	[redacted]

Quantidade total de registros: 3
Registros apresentados: 1 a 3

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço	UF	Região Brasil
3182	**RO, AM**	**NORTE**

RESULTADO 1

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00001/2019
Número do Item: 00002
Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada para o transporte de veículos oficiais pertencentes a frota de veículos da Coordenação Regional Médio Purus até as cidades de Tapauá-AM, Manaus-AM e Pauini-AM.
Quantidade Ofertada: 1
Valor Proposto Unitário: -
Valor Unitário do Item: [redacted]
Descrição do Item: TRANSPORTE MARITIMO E FLUVIAL DE PESSOAL / CARGA
Descrição Complementar: TRANSPORTE MARÍTIMO E FLUVIAL DE PESSOAL , CARGA
Unidade de Fornecimento: UNIDADE
Modalidade da Compra: Dispensa de Licitação
Forma de Compra: SISPP
Data do Resultado: 24/07/2019

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: NATALI ZANIS DE LIMA EIRELI
CNPJ/CPF: [redacted]
Porte do Fornecedor: Não Informado

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 194048 - COORDENAÇÃO REGIONAL MÉDIO PURUS
Órgão: FUNDACAO NACIONAL DO INDIO
Órgão Superior: MINISTERIO DA JUSTICA

1 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 143

RESULTADO 2

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00001/2019
Número do Item: 00005
Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada para o transporte de veículos oficiais pertencentes a frota de veículos da Coordenação Regional Médio Purus até as cidades de Tapauá-AM, Manaus-AM e Pauini-AM.
Quantidade Ofertada: 1
Valor Proposto Unitário: -
Valor Unitário do Item: [redacted]
Código do CATMAT: [redacted]
Descrição do Item: TRANSPORTE MARITIMO E FLUVIAL DE PESSOAL / CARGA
Descrição Complementar: TRANSPORTE MARÍTIMO E FLUVIAL DE PESSOAL , CARGA
Unidade de Fornecimento: UNIDADE
Modalidade da Compra: Dispensa de Licitação
Forma de Compra: SISPP
Data do Resultado: 24/07/2019

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: NATALI ZANIS DE LIMA EIRELI
CNPJ/CPF: [redacted]
Porte do Fornecedor: Não Informado

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 194048 - COORDENAÇÃO REGIONAL MÉDIO PURUS
Órgão: FUNDACAO NACIONAL DO INDIO
Órgão Superior: MINISTERIO DA JUSTICA

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 144

RESULTADO 3

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00001/2019
Número do Item: 00001
Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada para o transporte de veículos oficiais pertencentes a frota de veículos da Coordenação Regional Médio Purus até as cidades de Tapauá-AM, Manaus-AM e Pauini-AM.
Quantidade Ofertada: 1
Valor Proposto Unitário: -
Valor Unitário do Item: [redacted]
Código do CATMAT: 3182
Descrição do Item: TRANSPORTE MARITIMO E FLUVIAL DE PESSOAL / CARGA
Descrição Complementar: TRANSPORTE MARÍTIMO E FLUVIAL DE PESSOAL , CARGA
Unidade de Fornecimento: UNIDADE
Modalidade da Compra: Dispensa de Licitação
Forma de Compra: SISPP
Data do Resultado: 24/07/2019

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: NATALI ZANIS DE LIMA EIRELI
CNPJ/CPF: [redacted]
Porte do Fornecedor: Não Informado

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 194048 - COORDENAÇÃO REGIONAL MÉDIO PURUS
Órgão: FUNDACAO NACIONAL DO INDIO
Órgão Superior: MINISTERIO DA JUSTICA

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 145

DE ENGENHARIA DE CONSTRU
Fl. 146

Painel de Preços

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
[redacted]	[redacted]	[redacted]

Quantidade total de registros: 5
Registros apresentados: 1 a 5

FILTROS APLICADOS

Código Material/Serviço	Região Brasil
3174	**NORTE**

RESULTADO 1

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00001/2019
Número do Item: 00001
Objeto da Compra: Contratação emergencial de empresa de taxi aéreo para fornecimento de horas/voo em aeronaves monomotor e/ou multimotor, Com certificado ETA e EO (especificações operativas). Capacidade minima de cinco (05) passageiros e um tripulante, para transporte de passageiros, cargas/cargas perigosas e enfermos, velocidade mínima de 200 km/h, homologação para TPX, para transporte de passageiros, cargas/cargas perigosas e enfermos, conforme especificações contidas no Projeto Básico.
Quantidade Ofertada: 2.500
Valor Proposto Unitário: -
Valor Unitário do Item: [redacted]
Código do CATMAT: 3174
Descrição do Item: TRANSPORTE AEREO POR HELICOPTERO / AVIAO
Descrição Complementar: TRANSPORTE AÉREO DE CARGAS E CARGAS PERIGOSAS EM AVIÃO.
Unidade de Fornecimento: UNIDADE
Modalidade da Compra: Dispensa de Licitação
Forma de Compra: SISPP
Data do Resultado: 12/08/2019

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: PIQUIATUBA TAXI AEREO LTDA.
CNPJ/CPF: [redacted]
Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 257052 - DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - YANOMAMI
Órgão: MINISTERIO DA SAUDE
Órgão Superior: MINISTERIO DA SAUDE

1º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 147

RESULTADO 2

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00055/2019
Número do Item: 00001
Objeto da Compra: Prestação de serviço de transporte aéreo de carga de material esportivo, para atender as necessidade deste Estabelecimento de Ensino.
Quantidade Ofertada: 1
Valor Proposto Unitário: -
Valor Unitário do Item: [redacted]
Código do CATMAT: 3174
Descrição do Item: TRANSPORTE AEREO POR HELICOPTERO / AVIAO
Descrição Complementar: TRANSPORTE AÉREO DE PRODUTOS ESPORTIVO, MANAUS/AM - RESENDE/RJ, POSO APROXIMAD O DE 300KGS.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO
Modalidade da Compra: Dispensa de Licitação
Forma de Compra: SISPP
Data do Resultado: 13/06/2019

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: LLS TRANSPORTE E AGENCIAMENTO DE CARGAS LTDA
CNPJ/CPF: [redacted]
Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160013 - COLEGIO MILITAR DE MANAUS/MEX/AM
Órgão: COMANDO DO EXERCITO
Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

1º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 148

RESULTADO 3

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00055/2019
Número do Item: 00002
Objeto da Compra: Prestação de serviço de transporte aéreo de carga de material esportivo, para atender as necessidade deste Estabelecimento de Ensino.
Quantidade Ofertada: 1
Valor Proposto Unitário: -
Valor Unitário do Item: [redacted]
Código do CATMAT: 3174
Descrição do Item: TRANSPORTE AEREO POR HELICOPTERO / AVIAO
Descrição Complementar: TRANSPORTE AÉREO DE PRODUTOS ESPORTIVO, RESENDE/RJ - MANAUS/AM, POSO APR()XIMAD O DE 300KGS.
Unidade de Fornecimento: SERVIÇO
Modalidade da Compra: Dispensa de Licitação
Forma de Compra: SISPP
Data do Resultado: 13/06/2019

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: LLS TRANSPORTE E AGENCIAMENTO DE CARGAS LTDA
CNPJ/CPF: [redacted]
Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160013 - COLEGIO MILITAR DE MANAUS/MEX/AM
Órgão: COMANDO DO EXERCITO
Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE ENGENHARIA
Fl 149

RESULTADO 4

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00031/2019
Número do Item: 00002
Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Prestação de serviços em transporte aeromédico
Quantidade Ofertada: 21
Valor Proposto Unitário: [redacted]
Valor Unitário do Item: [redacted]
Código do CATMAT: 3174
Descrição do Item: TRANSPORTE AEREO POR HELICOPTERO / AVIAO
Descrição Complementar: TRANSPORTE AEROMÉDICO - CONFORME EDITAL CONSIDERAR UNIDADE HORA DE VOO
Unidade de Fornecimento: UNIDADE
Modalidade da Compra: Pregão
Forma de Compra: SISRP
Data do Resultado: 06/11/2019

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: BRASIL VIDA TAXI AEREO LTDA
CNPJ/CPF: [redacted]
Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 926084 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇAO
Órgão: ESTADO DE TOCANTINS
Órgão Superior: REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

FL 150

RESULTADO 5

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00005/2020
Número do Item: 00001
Objeto da Compra: Contratação emergencial de empresa especializada em fretamento de aeronaves para atender as demandas de urgência e emergência do DSEI Médio Rio Purus.
Quantidade Ofertada: 175
Valor Proposto Unitário: -
Valor Unitário do Item: [redacted]
Código do CATMAT: 3174
Descrição do Item: TRANSPORTE AEREO POR HELICOPTERO / AVIAO
Descrição Complementar: AERONAVE ASAS ROTATIVA - HELICÓPTERO CAPACIDADE MÍNIMA DE 05 PASSAGEIROS E 01 TRIPULANTE PARA OPERAÇÕES SOB REGRAS DE VOOS VISUAIS. VELOCIDADE DE CRUZ EIRO MÍNIMA DE - 200 (DUZENTOS) QUILÔMETROS POR HORA DE VOO. EQUIPADO COM S ISTEMAS DE NAVEGAÇÃO PARA OPERAÇÕES DIURNAS DE ACORDO COM AS COMPETENTES LEGIS LAÇÕES. HOMOLOGADO NA CATEGORIA TPX E PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, CARGA S E CARGAS PERIGOSAS.
Unidade de Fornecimento: UNIDADE
Modalidade da Compra: Dispensa de Licitação
Forma de Compra: SISPP
Data do Resultado: 16/03/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: MILL TAXI AEREO LTDA
CNPJ/CPF: [redacted]
Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 257028 - DISTRITO SANITÁRIO ESP.INDIGENA - MEDIO PURUS
Órgão: FUNDO NACIONAL DE SAÚDE
Órgão Superior: MINISTERIO DA SAUDE

FL 151

FL 152

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Processo nº 64045.013469/2020-27

Pregão Eletrônico SRP nº 023/2020 - 7º BEC

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte fluvial e aéreo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

Valor estimado para a aquisição: [redacted]

Rubricas orçamentárias: Os créditos serão recebidos do Orçamento Geral da União, mediante descentralizações do(a) INFRAERO, DNIT, Diretoria de Gestão Orçamentária - DGO, Departamento de Engenharia de Construção - DEC, Diretoria de Obras de Cooperação - DOC, Fundo do Exército e etc.

Eu, no exercício da função de Ordenador de Despesas, nos termos do § 1º do Art 80, do Decreto-Lei nº 200/67 e dos incisos I e II, do Art 167, da CRFB/88, bem como do inciso III, do § 2º e do § 9º, do Art 7º, do Art 14 e do Art 39, todos da Lei nº 8.666/93; e, ainda, do inciso II, do Art 16 e do inciso IV, do Art 37, ambos da Lei Complementar n° 101/00, **Declaro**, para os devidos fins e sob as penas da lei, inclusive criminais, **que a despesa que se pretende realizar** – objeto, valor e rubricas orçamentárias acima – **é compatível com o Plano Plurianual – PPA, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e com a Lei Orçamentária Anual – LOA, havendo efetivamente recursos financeiros para adimplir a obrigação**. Por fim, informo que a presente declaração está de acordo com os planos de trabalhos das referidas obras.

Rio Branco, AC, 05 de agosto de 2020.

PAULO ANDRÉ MOREIRA SANTOS – Major
Ordenador de Despesas Substituto do 7° BEC

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE COMBATE Fl 153

pagamento a ser processado, conforme calendário da OM e antes do término do prazo disponibilizado pelo CPEx para a UG elaborar o FIP/FAP digital, antecedendo o despacho do documento com o Ordenador de Despesas.

Determino, ainda, aos membros da equipe que assinem todos os documentos relativos ao exame, de acordo com o § 2º do inciso XIII, do Art. 87º da Portaria nº 2 - SEF, de 3 FEV 14. Os mesmos poderão extrair cópia de todos os documentos elaborados durante a realização dos trabalhos.

2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

DIVERSOS

a. Pregoeiro - Nomeação

Designo a contar desta publicação, como pregoeiro desta OM, para o período de 1 JAN 20 a 31 DEZ 20, de acordo com o que preceitua o Inciso IV do Art. 3º da Lei Nº 10.520, de 17 JUL 02, o seguinte militar:

Cap JOÃO **ANSELMO** RIBEIRO DE SOUSA
1º Ten MURILO CAMPOS **SEIDENSTUCKER**
1º Sgt **PAULO ROBERTO** DA SILVA
1º Sgt CLÁUDIO **ALBUQUERQUE** DA SILVA
2º Sgt VINICIUS **CALIXTO** DA SILVA
2º Sgt **WATSON** DE SOUZA LIMA
2º Sgt FRANCISCO AUSNIR **CAMPOS** BARBOSA
2º Sgt CARLOS **LEVÍ** DE SOUZA FORTES
3º Sgt **TAINÃ** ARAÚJO NERY DA CUNHA
3º Sgt **PETRUS** RAFAEL DOS SANTOS LOPES
3º Sgt **RAIMUNDA** GOMES TAVEIRA

Em consequência:
a) os militares interessados tomem conhecimento e devidas providências;
b) a Seção de Aquisições, Licitações e Contratos - SALC providencie as alterações decorrentes do acima publicado; e
c) os militares designados tomem as providências inerentes às atividades e encargos da função a fim de realizar as licitações para contratações de obras, serviços e aquisições de bens destinados aos diversos setores do Batalhão, conforme preceitua o Art. 51 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações correspondentes.

b. Equipe de Apoio - nomeação

Conforme preceitua o § 1º do Art. 3º da Lei no 10.520, de 17 JUL 02, designo para comporem a equipe de apoio aos pregoeiros desta OM, para o período de 1º JAN 20 a 31 DEZ 20:

1º Ten MURILO CAMPOS **SEIDENSTUCKER**
1º Sgt CLÁUDIO **ALBUQUERQUE** DA SILVA
2º Sgt VINICIUS **CALIXTO** DA SILVA
2º Sgt **WATSON** DE SOUZA LIMA
2º Sgt FRANCISCO AUSNIR **CAMPOS** BARBOSA
2º Sgt **RONALDO** DE OLIVEIRA RODRIGUES
2º Sgt CARLOS **LEVÍ** DE SOUZA FORTES
3º Sgt **TAINÃ** ARAÚJO NERY DA CUNHA
3º Sgt **PETRUS** RAFAEL DOS SANTOS LOPES

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇ Fl 154

3° Sgt **RAIMUNDA** GOMES TAVEIRA
Sd **JOELSON** QUEIROZ SOUZA AMORIM
Sd **ERICLES** RODRIGO DE QUEIROZ NASCIMENTO
Sd LUIS FELIPE CASTRO DE **ÁVILA**

Em consequência:
a) os militares interessados tomem conhecimento e devidas providências;
b) os militares acima elencados deverão entregar as Declaração de Bens e Rendas ao Ch Div Pes;
c) a Seção de Aquisições, Licitações e Contratos - SALC providencie as alterações decorrentes do acima publicado;
d) os militares designados tomem as providências inerentes às atividades e encargos das funções, a fim de realizarem as licitações para contratações de obras, serviços e aquisições de bens destinados aos diversos setores do Batalhão, conforme preceitua o Art. 51 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações correspondentes.

c. Termo Circunstanciado Administrativo - Nomeação

De acordo com o Art. 3° da portaria n° 1.703, de 22 de outubro de 2019, que aprova as normas para apuração de prejuízo de pequeno valor e institui o Termo Circunstanciado Administrativo (EB10-N-13.009), designo o militar abaixo, encarregado de lavrar o Termo Circunstanciado Administrativo relativo a situação informada no DIEx 3401-1° Cia/7° BEC, de 11 de novembro de 2019.

2° Sgt ANTONIO **ERIVANDRO** FRANCILINO VIEIRA

Em consequência:
a) o militar relacionado tome conhecimento e providência; e
b) a Fiscalização Administrativa providenciar as orientações necessárias.

d. Desocupação de PNR

Desocupou o PNR (2° classe) n° 25 localizado na Rua Marechal Rondon, no dia 20 de Dezembro de 2019:

2° Sgt **RUYAGOS** DE CARVALHO LEITE

Em consequência:
a) a Div Pes/SPP faça a exclusão do desconto das taxas de uso de PNR; e
b) a Fisc Adm tome as providências julgadas cabíveis.

Desocupou o PNR n° 01 localizado na Av. Barão do Rio Branco, no dia 20 de Dezembro de 2019:

1° Ten **MAYKON** WELLINGTON SILVA VIEIRA

Em consequência:
a) a Div Pes/SPP faça a exclusão do desconto das taxas de uso de PNR; e
b) a Fisc Adm tome as providências julgadas cabíveis.

e. Inclusão em fila de pretendentes a ocupação de PNR

Através do DIEx S/ n° GMM, de 19 de Dezembro de 2019, solicitou a inclusão do nome na fila de pretendentes a ocupação de PNR 1° classe e PNR 2ª classe, por ter se apresentado no 7° BEC.

A fim de cumprir determinação na Cartilha de Orientação (Padronização de procedimentos dispensados a militares ou ex-militares adidos, agregados, reintegrados encostados e incapazes por motivo de saúde), informo a entrega do DIEx nº 125-SecSau/7 BEC, que versa sobre a data, horários e local da consulta e sessões pertinentes ao tratamento médico.

Sd SEBASTIÃO **VALENTIN** DUARTE

Em consequência, a 1ª Seção, Seção de Saúde, padrinhos e demais interessados tomem conhecimento e providências decorrentes.

b. Abertura de Processo Administrativo Pregão Eletrônico SRP - Aquisição de Bens - Determinação

(1) O Chefe do Setor de Aprovisionameto do Batalhão encaminhou a Parte Requisitiva nº 009/2020 - Aprovisionamento, de 01 de Maio de 2020, em que solicita providências administrativas com vistas à aquisição de máquinas e equipamentos Industriais para o setor de Aprovisionamento do 7º Batalhão de Engenharia de Construção, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
(2) O Chefe do Setor de Aprosivionamento apresentou o Estudo Técnico Preliminar e o Mapa de Riscos, ambos datados de 01 de Maio de 2020; o Termo de Referência nº 009/2020 - Aprovisionamento de 1 de Maio de 2020 e o anexo A ao termo de Referência; o Relatório da Pesquisa de Preços nº 009-2020 - Aprovisionamento e a(s) pesquisa(s) de preços as quais subsidiam no referido processo o(s) valor de referência para a futura contratação. A referida pesquisa de preços foi realizada pelo 2º Ten **ARTHUR JORGE** RODRIGUES ALVES - Chefe do Aprovisionamento do 7º BEC, bem como a elaboração do respectivo Termo de Referência supracitado.

Em consequência:
a) a Seção de Aquisições, Licitações e Contratos - SALC, realize a abertura do respectivo Processo Administrativo no sistema SIASG, utilizando-se a modalidade Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) correspondente;
b) inclua a Intenção de Registro de Preços - IRP no SIASG; e
c) os demais interessados tomem conhecimento.

c. Abertura de Processo Administrativo Pregão Eletrônico SRP - Contratação de Serviços

(1) O Chefe da Seção de Controle da CEEM do 7º BEC encaminhou a Parte Requisitiva nº 02/2020 - 4ª Seção, de 22 de julho de 2020, em que solicita providências administrativas com vistas à contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte fluvial e aéreo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
(2) Foram apresentados: o Estudo Técnico Preliminar 3/2020 devidamente lançado no SIASG juntamente com o Mapa de Riscos; o Termo de Referência nº 02/2020 - 4ª Seção, de 21 de julho de 2020; o Relatório da Pesquisa de Preços nº 01/2020 - 4ª Seção, de 15 de julho de 2020 e respectivas cotações obtidas via Painel de Preços e junto as empresas do ramo atividade objeto da licitação. Os documentos foram devidamente elaborados e assinados, respectivamente, pelo Major **MAYK** NELSOLINE COSTA DOS SANTOS, Chefe da 4ª Seção do 7º BEC e pelo 2º Ten **FERNANDO** JERONIMO DO NASCIMENTO, Chefe da Seção de Controle da CEEM do 7º BEC.

Em consequência:
a) a Seção de Aquisições, Licitações e Contratos - SALC, realize a abertura do respectivo Processo Administrativo no sistema SIASG, utilizando-se a modalidade Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) correspondente;
b) inclua a Intenção de Registro de Preços - IRP no SIASG; e
c) os demais interessados tomem conhecimento.

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO Fl 156

da CRO/11ª RM (Brasília - DF), o Ten Cel QEM FC NILBER TEIXEIRA DA CRUZ.

PORTARIA Nº 858, DE 12 DE JUNHO DE 2019

Nomeação de comandante, chefe ou diretor de organização militar.

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 20, inciso VI, alínea "g", da Estrutura Regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, e o art. 9º, inciso II, alínea "a", do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças do Exército, aprovado pelo Decreto nº 2.040, de 21 de outubro de 1996, alterado pelo Decreto nº 8.514, de 3 de setembro de 2015 e considerando o disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, com redação dada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, resolve

NOMEAR,

por necessidade do serviço, *ex officio*, para o desempenho dos cargos de Comandante, Chefe ou Diretor das organizações militares abaixo relacionadas, os seguintes oficiais:

do 19º BC (Salvador - BA), o Ten Cel Inf ALEXANDER FERREIRA DA SILVA;
do 23º BC (Fortaleza - CE), o Ten Cel Inf ANSELMO TORRES FERNANDES NETO;
do 28º BC (Aracaju - SE), o Ten Cel Inf MARCO AURÉLIO MAGALHÃES CAVALCANTI;
do 2º B Fron (Cáceres - MT), o Ten Cel Inf RICARDO VIEIRA COELHO JÚNIOR;
do 17º B Fron (Corumbá - MS), o Ten Cel Inf RODRIGO COZENDEY PIRES;
do 10º BIL (Juiz de Fora - MG), o Ten Cel Inf LUIS FELIPE MORAES DALTRO CAMPOS;
do 12º BI (Belo Horizonte - MG), o Ten Cel Inf ALEXANDRE AMORIM DE ANDRADE;
do 23º BI (Blumenau - SC), o Ten Cel Inf ARMANDO LACERDA DOS SANTOS;
do 35º BI (Feira de Santana - BA), o Ten Cel Inf ANDRÉ LUIS NASCIMENTO CAJAZEIRA;
do 62º BI (Joinville - SC), o Ten Cel Inf RICARDO DE ANDRADE SERRAZES;
do 63º BI (Florianópolis - SC), o Ten Cel Inf FELIPE GUIMARÃES RODRIGUES;
do 7º BIB (Santa Cruz do Sul - RS), o Ten Cel Inf FERNANDO BARCELLOS DA ROSA;
do 13º BIB (Ponta Grossa - PR), o Ten Cel Inf JAURO FRANCISCO DA SILVA FILHO;
do 11º BI Mth (São João Del Rei - MG), o Ten Cel Inf SERGIO RICARDO REIS MATOS;
do 4º BIL (Osasco - SP), o Ten Cel Inf LEANDRO ATAIDO ACOSTA;
do 5º BIL (Lorena - SP), o Ten Cel Inf MAURÍCIO APARECIDO FRANÇA;
do 6º BIL (Caçapava - SP), o Ten Cel Inf ELEUSON MARCOS NUNES;
do 2º BIL (São Vicente - SP), o Ten Cel Inf JOSÉ ROBERTO DE VASCONCELLOS CRUZ;
do 15º BI Mtz (João Pessoa - PB), o Ten Cel Inf JORGE LUÍS VIANA CORRÊA;
do 16º BI Mtz (Natal - RN), o Ten Cel Inf MARCOS AURÉLIO DE LIMA OLIVEIRA;
do 18º BI Mtz (Sapucaia do Sul - RS), o Ten Cel Inf GLAUCIO FRANCISCO PEREIRA COSTA;
do 71º BI Mtz (Garanhuns - PE), o Ten Cel Inf RICARDO BATISTA ZIMMERMANN;
do 72º BI Mtz (Petrolina - PE), o Ten Cel Inf GUSTAVO LUIZ DE LIMA CORREIA;
do 26º BI Pqdt (Rio de Janeiro - RJ), o Ten Cel Inf PAULO ANTONIO RIBEIRO SILVA JUNIOR;
do 27º BI Pqdt (Rio de Janeiro - RJ), o Ten Cel Inf ANDERSON RAMOS MARQUES;
do 17º BIS (Tefé - AM), o Ten Cel Inf ALEXANDRE GONZALEZ CAVALCANTE PEREIRA;
do 50º BIS (Imperatriz - MA), o Ten Cel Inf RODRIGO OLIVEIRA GENIAL;
do 51º BIS (Altamira - PA), o Ten Cel Inf ALEXANDRE BARETTA;
do 52º BIS (Marabá - PA), o Ten Cel Inf FABRICIO MOREIRA DE BASTOS;
do 53º BIS (Itaituba - PA), o Ten Cel Inf TIBERIO SERGIO HOLANDA LIRA;
do 54º BIS (Humaitá - AM), o Ten Cel Inf MARLON GALDINO DA SILVA;

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 157

do CI Art Msl Fgt (Formosa - GO), o Ten Cel Art PEDRO HENRIQUE LUZ GABRIEL;
da 3ª Bia AAAe (Três Lagoas - MS), o Ten Cel Art ALEXANDRE DUARTE DE PAIVA;
do 3º BE Cmb (Cachoeira do Sul - RS), o Ten Cel Eng CLAUBER LOBATO LORENZONI;
do 5º BE Cmb Bld (Porto União - SC), o Ten Cel Eng FRANCISCO ROGÉRIO PERDIGÃO MOURA;
do 2º BEC (Teresina - PI), o Ten Cel Eng MARCELO FLORENTINO BORLINA;
do 5º BEC (Porto Velho - RO), o Ten Cel Eng THELMO LUIZ DE VASCONCELOS;
do 6º BEC (Boa Vista - RR), o Ten Cel Eng CARLOS EVANDO DOS SANTOS;
do 7º BEC (Rio Branco - AC), o Ten Cel Eng MILTON AUGUSTO MACIEL DE SOUSA;
do 8º BEC (Santarém - PA), o Ten Cel Eng GIL VALADÃO FORTES;
do 9º BEC (Cuiabá - MT), o Ten Cel Eng MARTON DANIEL GRALA;
do 1º B Fv (Lages - SC), o Ten Cel Eng ANDERSON SOARES DO CARMO;
da 3ª Cia E Cmb Mec (Dom Pedrito - RS), o Ten Cel Eng MARCOS GONÇALVES;
da 10ª Cia E Cmb (São Bento do Una - PE), o Ten Cel Eng JOÃO SOUZA DE SA FILHO;
da 21ª Cia E Cnst (São Gabriel da Cachoeira - AM), o Ten Cel Eng ADAILTON CALDERARO BORTOLUCCI;
da EsCom (Brasília - DF), o Ten Cel Com SANDRO SILVA CORDEIRO;
do 1º BGE (Brasília - DF), o Ten Cel Com MARCOS LEHMKUHL DE SOUZA;
do 1º B Com (Santo Ângelo - RS), o Ten Cel Com EUGENIO CORRÊA DE SOUZA JÚNIOR;
do 6º B Com (Bento Gonçalves - RS), o Ten Cel Com ALEXANDRE SALES DE SOUZA;
do CPOR/PA (Porto Alegre - RS), o Ten Cel Cav JORGE WILSON DA SILVA BOABAID;
do CPOR/RJ (Rio de Janeiro - RJ), o Ten Cel Art DOMINGOS JORGE GRAÇA DO SACRAMENTO;
do CPAEx (Rio de Janeiro - RJ), o Ten Cel Eng RODRIGO LOPES RODRIGUES;
do BCSv/AMAN (Resende - RJ), o Cel Inf ARTHUR LUIZ PALMEIRA LEITE;
do BCSv/ESA (Três Corações - MG), o Ten Cel Inf MAYKON DUTRA BARBOSA;
do 1º BF Esp (Goiânia - GO), o Ten Cel Inf FLAVIO EDUARDO BRANDALISE;
do 1º B Op Psc (Goiânia - GO), o Ten Cel Inf GUSTAVO ASSAD DE PRAGA RODRIGUES;
do 1º Btl DQBRN (Rio de Janeiro - RJ), o Ten Cel Inf JORGE OTAVIO DOMINGUES COSTA;
da 3ª Cia F Esp (Manaus - AM), o Ten Cel Inf CELSO ROGÉRIO VIANNA DA CONCEIÇÃO;
da B Adm Gu SM (Santa Maria - RS), o Cel Cav HAROLDO PATRICIO RIBEIRO FILHO;
da B Adm Ap/3ª RM (Porto Alegre - RS), o Ten Cel Inf GERSON DA SILVA VELASQUES;
da B Adm Ap/5ª DE (Curitiba - PR), o Cel Inf CLAUDIO SAMPAIO PEREIRA DE LIMA;
do Pq R Mnt/5ª RM (Curitiba - PR), o Cel QMB MARCELO SERGIO CABRAL;
do Pq R Mnt/6ª RM (Salvador - BA), o Ten Cel QMB LUIS GUSTAVO STUMPF;
do Pq R Mnt/7ª RM (Recife - PE), o Ten Cel QMB ANTÔNIO DOUGLAS NEVES SANTOS;
do Pq R Mnt/8ª RM (Belém - PA), o Ten Cel QMB FABIO DOS SANTOS MORENO;
do Pq R Mnt/12ª RM (Manaus - AM), o Ten Cel QMB RODRIGO BORDEAUX MATTOS;
do B Mnt Sup AAAe (Osasco - SP), Maj QMB CRISTIANO CORRÊA DA SILVA;
do 1º D Sup (Rio de Janeiro - RJ), o Ten Cel Sv Int BENEDITO GLAUCO BATISTA DA SILVA;
do 4º D Sup (Juiz de Fora - MG), o Ten Cel Sv Int LUIZ EDUARDO SOARES THIAGO;
do 5º B Sup (Curitiba - PR), o Ten Cel QMB MAXWELL NORBIM CALVI;
do 12º B Sup (Manaus - AM), o Ten Cel Sv Int ERICK COZZO BETAT DE SOUZA;
do 22º D Sup (Barueri - SP), o Ten Cel QMB VANDRÉ ROLIM MACHADO;
do 8º B Log (Porto Alegre - RS), o Ten Cel Eng HERMES LEONEO MENNA BARRETO LARANJA GONÇALVES;
do 14º B Log (Recife - PE), o Ten Cel Cav WILSON DA ROSA CAMPOS;
do 22º B Log L (Barueri - SP), o Ten Cel Cav DANILO VILLELA SILVA DERRÉ TORRES;
do 20º B Log Pqdt (Rio de Janeiro - RJ), o Ten Cel Com JOÃO MARCOS DRUMOND MOUTINHO;
do 28º B Log (Dourados - MS), o Ten Cel QMB MÁRIO VICTOR VARGAS JUNIOR;

FL 158

- da 3ª Cia F Esp (Manaus - AM), o Ten Cel Inf ARGEMIRO LUCIANO SOUZA COSTA;
- da B Adm Gu SM (Santa Maria - RS), o Cel Art IURY NICHOLAU TSCHUDAR;
- da B Adm Ap/3ª RM (Porto Alegre - RS), o Cel Cav ANDRE GUSTAVO CAMILO LEAL FARIAS;
- da B Adm Ap/5ª DE (Curitiba - PR), o Ten Cel Inf CARLOS ROBERTO DE OLIVEIRA;
- do Pq R Mnt / 5ª RM (Curitiba - PR), o Ten Cel QMB JASON FERRARI RISSO;
- do Pq R Mnt / 6ª RM (Salvador - BA), o Ten Cel QMB ANDRÉ LUIS COSTA PITANGUEIRA;
- do Pq R Mnt / 7ª RM (Recife - PE), o Cel QMB VINICIUS GONÇALVES SOUZA;
- do Pq R Mnt / 8ª RM (Belém - PA), o Cel QMB CARLOS EDUARDO BRUGIOLO;
- do Pq R Mnt / 12ª RM (Manaus - AM), o Cel QMB LUCIANO FARIAS DOS SANTOS;
- do 1º D Sup (Rio de Janeiro - RJ), o Cel Sv Int ORLANDO ANDRÉ JUNIOR;
- do 4º D Sup (Juiz de Fora - MG), o Cel Sv Int ADRIANO ALEX ANDRADE;
- do 5º B Sup (Curitiba - PR), o Cel Sv Int MAURICIO DA SILVA RANGEL;
- do 12º B Sup (Manaus - AM), o Cel Sv Int YURI FALAGAN TRIGO;
- do 22º D Sup (Barueri - SP), o Ten Cel QMB EDALMO CEZAR CORREA;
- do 2º B Log Sl (São Gabriel da Cachoeira - AM), o Maj Sv Int FABIO ANTONIO SILVA BARROZO;
- do 4º B Log (Santa Maria - RS), o Cel Cav JETSON TURQUIELLO MACHADO DA SILVA;
- do 8º B Log (Porto Alegre - RS), o Cel Cav FÁBIO ALEXANDRO DOCKHORN DE OLIVEIRA;
- do 10º B Log (Alegrete - RS), o Ten Cel Eng LEONARDO MARIATH MORAES;
- do 14º B Log (Recife - PE), o Ten Cel Inf ADRIANO RISSO OCANHA;
- do 20º B Log Pqdt (Rio de Janeiro - RJ), o Cel Cav ALBERTO ONO HORITA;
- do 22º B Log L (Barueri - SP), o Cel Eng EDELMO FERNANDES DE OLIVEIRA;
- do 28º B Log (Dourados - MS), o Cel Cav EMERSON SOARES PEREIRA;
- do C Log Msl Fgt (Formosa - GO), o Ten Cel QMB GIOVANI SILVEIRA;
- do 18º B Trnp (Campo Grande - MS), o Cel Sv Int ALESSANDRO MARCELLO DE ALMEIDA CÔRTES;
- do DSSM (Santa Maria - RS), o Ten Cel Sv Int JOÃO LUIS ALVES;
- do DSSA (Santo Ângelo - RS), o Ten Cel Sv Int JÂNIO TIMÓTEO DO NASCIMENTO;
- da 2ª ICFEx (São Paulo - SP), o Cel Sv Int GUARACI ARARUNA DE MENDONÇA;
- da 4ª ICFEx (Juiz de Fora - MG), o Cel Sv Int NEWTON NEDILANDE RODRIGUES LIMA;
- da 6ª ICFEx (Salvador - BA), o Cel Sv Int KLEBER DO AMARAL FERREIRA;
- da 9ª ICFEx (Campo Grande - MS), o Ten Cel Sv Int LUIZ CLAUDIO ALVES DA SILVA;
- da 10ª ICFEx (Fortaleza - CE), o Cel Sv Int MARCELO JOSÉ DA SILVA;
- do CIB (Butiá - RS), o Cel Inf ALVARO SIQUEIRA VASCO JUNIOR;
- do CIG (Rio de Janeiro - RJ), o Cel Cav LUIZ CARLOS BARROSO RAMOS JUNIOR;
- do CIMNC (Recife - PE), o Cel Inf CESAR DO AMARAL SALES;
- do CISM (Santa Maria - RS), o Cel Cav RODOLFO AUGUSTO CRASS;
- do AHEx (Rio de Janeiro - RJ), o Cel Cav ITAIRÊ ALVES DE ANDRADE E SILVA;
- do CA-Leste (Rio de Janeiro - RJ), o Ten Cel Cav ANDRÉ RICARDO DA CONCEIÇÃO BARRETO;
- do CGEA (Petrópolis - RJ), o Cel Cav WENDELL DA SILVA RODRIGUES;
- do C Id Ex (Rio de Janeiro - RJ), o Cel Cav SERGIO AVELAR TINOCO;
- do EGGCF (Brasília - DF), o Ten Cel Inf VICTOR HUGO DE BASTOS SILVA;
- do CEADEx (Rio de Janeiro - RJ), o Cel Com NEWMAR DE OLIVEIRA VENTURA;
- da 4ª CSM (São Paulo - SP), o Tem Cel Inf GALILEU COLLE GONDIM;
- da 5ª CSM (Ribeirão Preto - SP), o Cel Inf LUIZ CARLOS DUQUE DA SILVA;
- da 6ª CSM (Bauru - SP), o Cel Cav MARCELO PIAYA DE CAMARGO;
- da 31ª CSM (Porto Velho - RO), o Ten Cel Eng ERNANI HUMBERTO TEIXEIRA DE PAULA FILHO;
- do H Mil A BRASÍLIA (Brasília - DF), o Cel MED ROOSEVELT LOUBACK DE CARVALHO;
- do H Gu FLORIANÓPOLIS (Florianópolis - SC), o Cel MED SÉRGIO LUIS HAMMES;
- do H Ge FORTALEZA (Fortaleza - CE), o Cel MED JOÃO LUIZ DA SILVA JUNIOR;
- do H Gu JOÃO PESSOA (João Pessoa - PB), a Ten Cel MED ROSEMARY TOSTA MIRANDA;
- do H Ge CURITIBA (Curitiba - PR), o Cel MED ALBINO JOSÉ DA CRUZ RENDEIRO;
- da EsSEx (Rio de Janeiro - RJ), o Cel MED RODRIGO BRUM TOLEDO;
- do H Mil A PORTO ALEGRE (Porto Alegre - RS), o Cel MED CARLOS ALBERTO GOULART MENNA BARRETO;
- da Pclin MPV (Rio de Janeiro - RJ), a Ten Cel MED REGINA LUCIA MOURA SCHENDEL;
- do H Gu TABATINGA (Tabatinga - AM), o Cel ART JOSÉ EUCLIDES LEMOS PIÑEIRO;
- do H Ge RIO DE JANEIRO (Rio de Janeiro - RJ), o Cel MED ALEXANDRE ARTHUR DE SOUZA COSTA;
- da OCEx (Rio de Janeiro - RJ), a Cel DENT SEBASTIÃO HELBERTO FERREIRA ESPÍNDOLA;
- do H Mil A RECIFE (Recife - PE), o Cel MED MARCO AURÉLIO NUNES PEREIRA;
- do H Gu S G CACHOEIRA (São Gabriel da Cachoeira - AM), o Cel MED AMANTINO CAMILO MACHADO FILHO;
- do 1º CGEO (Porto Alegre - RS), o Cel QEM Cart ANTONIO HENRIQUE CORREIA;
- do 2º CGEO (Brasília - DF), o Ten Cel Art LEONARDO CELSO DE ALMEIDA ALVES;
- do 4º CTA (Manaus - AM), o Cel Com JÚLIO CÉSAR BRASIL;
- do 6º CTA (Campo Grande - MS), o Cel Com LEANDRO DE VARGAS SERPA;
- do 11º CT (Curitiba - PR), o Ten Cel QEM Compt DANIEL MAIER DE CARVALHO;
- do 21º CT (Belo Horizonte - MG), o Ten Cel QEM Elt MACSON JOSÉ MENDES DE ALMEIDA;
- do 41º CT (Belém - PA), o Ten Cel QEM Com FRAIDE BARRÊTO SALES;
- do 51º CT (Salvador - BA), o Cel Com PAULO CÉSAR PASINI;
- da CRO / 2ª RM (São Paulo - SP), o Cel QEM EL BRUNO MORATO ARNAUT;
- da CRO / 3ª RM (Porto Alegre - RS), o Ten Cel QEM FC CARLOS ALEXANDRE BASTOS DE VASCONCELLOS;
- da CRO / 7ª RM (Recife - PE), o Cel QEM FC MARCOS LUÍS ALVES DA SILVA;
- da CRO / 8ª RM (Belém - PA), o Ten Cel QEM FC JOSÉ EUDES MARINHO DA SILVA;
- da CRO / 11ª RM (Brasília - DF), o Ten Cel QEM FC NILBER TEIXEIRA DA CRUZ.

Gen Ex EDSON LEAL PUJOL

PORTARIA Nº 858, DE 12 DE JUNHO DE 2019

O COMANDANTE DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 20, inciso VI, alínea "g", da Estrutura Regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, e o art. 9º, inciso II, alínea "a", do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças do Exército, aprovado pelo Decreto nº 2.040, de 21 de outubro de 1996, alterado pelo Decreto nº 8.514, de 3 de setembro de 2015 e consderando o disposto no art. 4º da Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999, com redação dada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, resolve

NOMEAR,

por necessidade do serviço, ex officio, para o desempenho dos cargos de Comandante, Chefe ou Diretor das organizações militares abaixo relacionadas, os seguintes oficiais:

-do 19º BC (Salvador - BA), o Ten Cel Inf ALEXANDER FERREIRA DA SILVA;
-do 23º BC (Fortaleza - CE), o Ten Cel Inf ANSELMO TORRES FERNANDES NETO;
-do 28º BC (Aracaju - SE), o Ten Cel Inf MARCO AURÉLIO MAGALHÃES CAVALCANTI;
-do 2º B Fron (Cáceres - MT), o Ten Cel Inf RICARDO VIEIRA COELHO JÚNIOR;
-do 17º B Fron (Corumbá - MS), o Ten Cel Inf RODRIGO COZENDEY PIRES;
-do 10º BIL (Juiz de Fora - MG), o Ten Cel Inf LUIS FELIPE MORAES DALTRO CAMPOS;
-do 12º BI (Belo Horizonte - MG), o Ten Cel Inf ALEXANDRE AMORIM DE ANDRADE;
-do 23º BI (Blumenau - SC), o Ten Cel INF ARMANDO LACERDA DOS SANTOS;
-do 35º BI (Feira de Santana - BA), o Ten Cel Inf ANDRÉ LUIS NASCIMENTO CAJAZEIRA;
-do 62º BI (Joinville - SC), o Ten Cel Inf RICARDO DE ANDRADE SERRAZES;
-do 63º BI (Florianópolis - SC), o Ten Cel Inf FELIPE GUIMARÃES RODRIGUES;
-do 7º BIB (Santa Cruz do Sul - RS), o Ten Cel Inf FERNANDO BARCELLOS DA ROSA;
-do 13º BIB (Ponta Grossa - PR), o Ten Cel Inf JAURO FRANCISCO DA SILVA FILHO;
-do 11º BI Mth (São João Del Rei - MG), o Ten Cel Inf SERGIO RICARDO REIS MATOS;
-do 4º BIL (Osasco - SP), o Ten Cel Inf LEANDRO ATAIDO ACOSTA;
-do 5º BIL (Lorena - SP), o Ten Cel Inf MAURÍCIO APARECIDO FRANÇA;
-do 6º BIL (Caçapava - SP), o Ten Cel Inf ELEUSON MARCOS NUNES;
-do 2º BIL (São Vicente - SP), o Ten Cel Inf JOSÉ ROBERTO DE VASCONCELLOS CRUZ;
-do 15º BI Mtz (João Pessoa - PB), o Ten Cel Inf JORGE LUÍS VIANA CORRÊA;
-do 16º BI Mtz (Natal - RN), o Ten Cel Inf MARCOS AURÉLIO DE LIMA OLIVEIRA;
-do 18º BI Mtz (Sapucaia do Sul - RS), o Ten Cel Inf GLAUCIO FRANCISCO PEREIRA COSTA;
-do 71º BI Mtz (Garanhuns - PE), o Ten Cel Inf RICARDO BATISTA ZIMMERMANN;
-do 72º BI Mtz (Petrolina - PE), o Ten Cel Inf GUSTAVO LUIZ DE LIMA CORREIA;
-do 26º BI Pqdt (Rio de Janeiro - RJ), o Ten Cel Inf PAULO ANTONIO RIBEIRO SILVA JUNIOR;
-do 27º BI Pqdt (Rio de Janeiro - RJ), o Ten Cel Inf ANDERSON RAMOS MARQUES;
-do 17º BIS (Tefé - AM), o Ten Cel Inf ALEXANDRE GONZALEZ CAVALCANTE PEREIRA;
-do 50º BIS (Imperatriz - MA), o Ten Cel Inf RODRIGO OLIVEIRA GENIAL;
-do 51º BIS (Altamira - PA), o Ten Cel Inf ALEXANDRE BARETTA;
-do 52º BIS (Marabá - PA), o Ten Cel Inf FABRICIO MOREIRA DE BASTOS;
-do 53º BIS (Itaituba - PA), o Ten Cel Inf TIBERIO SERGIO HOLANDA LIRA;
-do 54º BIS (Humaitá - AM), o Ten Cel Inf MARLON GALDINO DA SILVA;
-do BPEB (Brasília - DF), o Ten Cel Inf RAFAEL NOVAES DA CONCEIÇÃO;
-do 2º BPE (Osasco - SP), o Ten Cel Inf JÚLIO CEZAR FIDALGO ZARY;
-do 6º BPE (Salvador - BA), o Ten Cel Inf ALEXANDRE CASTILHO BITENCOURT DA SILVA;
-do 7º BPE (Manaus - AM), o Ten Cel Inf RODRIGO SANTOS BOUERI;
-do 8º BPE (São Paulo - SP), o Ten Cel Inf ANDERSON LIVIO NASCIMENTO;
-do 11º BPE (Rio de Janeiro - RJ), o Ten Cel Inf ANDERSON FREIRE BARBOZA;
-do Cmdo Fron SOLIMÕES / 8º BIS (Tabatinga - AM), o Ten Cel Inf ROBSON CALDEIRA DE MORAES;
-do Cmdo Fron AMAPA / 34º BIS (Macapá - AP), o Ten Cel Inf FÁBIO LINHARES MARQUES DA CRUZ;
-do Cmdo Fron Juruá/61º BIS (Cruzeiro do Sul - AC), o Ten Cel Inf CARLOS EDUARDO DEMETRIO DOS SANTOS;
-da 2ª Cia Inf (Campos dos Goytacazes - RJ), o Ten Cel Inf RENATO LUIZ RIBEIRO DE LYRA;
-do 10º RC Mec (Bela Vista - MS), o Ten Cel Cav BERNARDO ROMÃO CORRÊA NETTO;
-do 11º RC Mec (Ponta Porã - MS), o Ten Cel Cav SÉRGIO FIRMINO DA SILVA JÚNIOR;
-do 12º RC Mec (Jaguarão - RS), o Ten Cel Cav RODRIGO DE LIMA GONÇALVES;
-do 13º RC Mec (Pirassununga - SP), o Ten Cel Cav DANIEL COUTINHO E SOUZA;
-do 15º RC Mec (Es) (Rio de Janeiro - RJ), o Ten Cel Cav LEANDRO MENDES DA COSTA;
-do 16º Esqd C Mec (Francisco Beltrão - PR), o Ten Cel Cav LUIZ CLAUDIO FERREIRA DE ARAUJO;
-do 16º RC Mec (Bayeux - PB), o Ten Cel Cav HILDEBRANDO BALBINO DE ANDRADE;
-do 1º RCG (Brasília - DF), o Ten Cel Cav SANDRO SILVA RUIZ;
-do 3º RC Mec (Bagé - RS), o Ten Cel Cav GIOVANI DALAROSA AMARAL;
-do 3º RCG (Porto Alegre - RS), o Ten Cel Cav GUSTAVO SCHIFFNER;
-do 6º RCB (Alegrete - RS), o Ten Cel Cav RENATO FROES MEDINA;
-do 7º RC Mec (Santana do Livramento - RS), o Ten Cel Cav MARCO ANDRÉ MENEZES DOS SANTOS;
-do CIBld (Santa Maria - RS), o Ten Cel Cav CAMILO PEREIRA ANTUNES;
-do 3º Esqd C Mec (Brasília - DF), o Ten Cel Cav FELIPE FROTA DA JORNADA;
-do 1º GAAAe (Rio de Janeiro - RJ), o Ten Cel Art ANDERSON DAS CHAGAS PEDRO;
-do 3º GAAAe (Caxias do Sul - RS), o Ten Cel Art ALAN DE PAIVA CARVALHO;
-do 6º GAC (Rio Grande - RS), o Ten Cel Art PEDRO IVO DE ALMEIDA SILVA;
-do 7º GAC (Olinda - PE), o Ten Cel Art HENRIQUE CESAR THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA;
-do 9º GAC (Nioaque - MS), o Ten Cel Art PETER MELO DA SILVA;
-do 14º GAC (Pouso Alegre - MG), o Ten Cel Art MARCEL MADEIRA DE JESUS;
-do 18º GAC (Rondonópolis - MT), o Ten Cel Art LUCIANO BITTENCOURT ABREU;
-do 19º GAC (Santiago - RS), o Ten Cel Art LUCIANO HENRIQUE MEDEIROS RODRIGUES;
-do 21º GAC (Niterói - RJ), o Ten Cel Art ALEXANDRE AUGUSTO JOSÉ ROSSA;
-do 25º GAC (Bagé - RS), o Ten Cel Art DOUGLAS MACHADO MARQUES;
-do 27º GAC (Ijuí - RS), o Ten Cel Art MÁRCIO GREGÓRIO SANTOS ARAGÃO;
-do 28º GAC (Criciúma - SC), o Ten Cel Art JOSÉ EVÂNIO CAVALCANTE DE BRITO JUNIOR;
-do 3º GAC AP (Santa Maria - RS), o Ten Cel Art ALAN MARTINS GOMES;
-do 5º GAC AP (Curitiba - PR), o Ten Cel Art IVAN URTADO DE ASSIS;
-do 15º GAC AP (Lapa - PR), o Ten Cel Art PAULO HENRIQUE CAMARA DA CUNHA;
-do 16º GAC AP (São Leopoldo - RS), o Ten Cel Art CARLOS ALBERTO CAMPOS CASTILHO;
-do 1º GAC / Sl (Marabá - PA), o Ten Cel Art DANIEL GUIMARÃES FERNANDES;
-do 10º GAC / Sl (Boa Vista - RR), o Ten Cel Art VELTON MARCONES PINHEIRO LEITE;
-do 12º GAAAe Sl (Manaus - AM), o Ten Cel Art LEONARDO WERDAN TORRES;
-do 2º GAC L (Itu - SP), o Ten Cel Art CLAYTON RICARDO PONTES;
-do Cl Art Msl Fgt (Formosa - GO), o Ten Cel Art PEDRO HENRIQUE LUZ GABRIEL;
-da 3ª Bia AAAe (Três Lagoas - MS), o Ten Cel Art ALEXANDRE DUARTE DE PAIVA;
-do 3º BE Cmb (Cachoeira do Sul - RS), o Ten Cel Eng CLAUBER LOBATO LORENZONI;
-do 5º BE Cmb Bld (Porto União - SC), o Ten Cel Eng FRANCISCO ROGÉRIO PERDIGÃO MOURA;
-do 2º BEC (Teresina - PI), o Ten Cel Eng MARCELO FLORENTINO BORLINA;
-do 5º BEC (Porto Velho - RO), o Ten Cel Eng THELMO LUIZ DE VASCONCELOS;
-do 6º BEC (Boa Vista - RR), o Ten Cel Eng CARLOS EVANDO DOS SANTOS;
-do 7º BEC (Rio Branco - AC), o Ten Cel Eng MILTON AUGUSTO MACIEL DE SOUSA;
-do 8º BEC (Santarém - PA), o Ten Cel Eng GIL VALADÃO FORTES;
-do 9º BEC (Cuiabá - MT), o Ten Cel Eng MARTON DANIEL GRALA;
-do 1º B Fv (Lages - SC), o Ten Cel Eng ANDERSON SOARES DO CARMO;
-da 3ª Cia E Cmb Mec (Dom Pedrito - RS), o Ten Cel Eng MARCOS GONÇALVES;

2º Ten **ARTHUR JORGE** RODRIGUES ALVES

Em consequência:
a) o oficial em tela compareça a Seção de Saúde da OM para realizar o agendamento da inspeção em até 07 (sete) dias; e
b) demais interessados tomem conhecimento e as providências.

3) Visita Médica

Aprovo o parecer médico emitido pelo 1º Ten OMT RODRIGUES, desta OM, que convém dispensar para convalescer em residência, por 08 (oito) dias, a contar de 19 DEZ 19.

Cap **ROGÉRIO** HENRIQUE **CORREIA** FILHO

Em consequência, a Div Pes, Ch EM, oficial em tela e demais interessados tomem conhecimento e as providências.

4) Rol dos Responsáveis - Publicação

A fim de integrar o Rol dos Responsáveis, conforme previsto no § 1º Art. 52, do Regulamento Interno e dos Serviço Gerais (RISG) e demais legislação vigentes, nomeio o militar com sua respectiva função:

Ten Cel MILTON **AUGUSTO MACIEL** DE SOUSA
- Ordenador de Despesas - Titular
Maj PAULO ANDRÉ **MOREIRA SANTOS**
- Ordenador de Despesas - Substituto
Maj **MAYK** NELSOLYNE COSTA DOS SANTOS
- Fiscal Administrativo - Substituto
Maj **MARCELO** ANDRÉ BARROS DE **SÁ**
- Fiscal Admnistrativo - Titular
Cap EDUARDO DE OLIVEIRA **ESTEVAM**
- Chefe da Divisão de Pessoal- Titular
Cap JOÃO **ANSELMO** RIBEIRO DE SOUSA
- Chefe da Conformidade de Registro e Gestão - Titular
Cap JOSÉ **ROCHA MATOS** JUNIOR
- Chefe do Almoxarifado - Substituto
1º Ten JARBAS ROSA **BRAZ** JUNIOR
- Chefe da Seção de Aquisição e Licitação e Contrato - Substituto
1º Ten LUIZ **ENRIQUE** MARTINS SOARES
- Chefe da Divisão de Pessoal - Substituto
1º Ten **GABRIEL** BOTELHO DA SILVA
- Chefe da Conformidade de Registro e Gestão - Substituto
2º Ten **ARTHUR JORGE** RODRIGUES ALVES
- Chefe do Setor Financeiro - Titular
2º Ten EMANUEL **BRASIL** DE LIMA TAVARES
- Chefe do Setor Financeiro - Substituto
2º Ten JONAS SILVA **SCHIRMANN**
- Chefe do Almoxarifado - Titular

Em consequência:
a) o Ch Div Pes, oficiais em tela tomem conhecimento;
b) os militares em questão deverão entregar suas Declarações de Bens e Rendas ou o Formulário de

Autorização de Acesso dos Dados de Bens e Rendas, no prazo de 05 dias úteis após o término do prazo de entrega da Declaração do Imposto de Renda Anual; e

c) arquive-se na Divisão de Pessoal.

b. ALTERAÇÕES DE SUBTENENTES E SARGENTOS

1) Apresentação

Apresentou-se no 7º BEC (Rio Branco - AC), em 17 DEZ 19, por ter desistido de 15 (quinze) dias de férias regulamentares referentes ao ano de 2019 e estar pronto para o serviço.

2º Sgt PTTC JOSÉ **ROBERTO** OLIVEIRA DA CUNHA

Em consequência, a Div Pes, Cmt Cia E Eqp Mnt, Sgte, militar em tela e os demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.

Apresentou-se no 7º BEC (Rio Branco - AC), em 19 DEZ 19, oriundo do 3º Batalhão de Engenharia de Combate (Cachoeira do Sul- RS) e estar pronto para o serviço.

ST **GILBERTO** MARTINS MACHADO

Em consequência, a Div Pes, Cmt Cia C Ap, Sgte, militar em tela e os demais interessados tomem conhecimento e as providências.

2) Férias - Concessão

Concedo 15 (quinze) dias de férias regulamentares, relativas ao 1º período do ano de 2019, a contar de 18 DEZ 19, de acordo com o Inciso XVIII do Art. 23 do RISG (Port nº 816, de 19 DEZ 03) e Art. 63 do EI - Estatuto dos Militares (Lei Nr 6.880, de 9 DEZ 80), devendo apresentar-se pronto para o serviço em 02 JAN 19.

3º Sgt **JOSÉ BEMOR** SILVA DE FIGUEIREDO

Em consequência, a Div Pes, SPP, Cmt Cia C Ap, Sgte, Furriel, militar em tela e os demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.

3) Entrada de documentação - Publicação

Foi encaminhado através do DIEx nº 760-CCAp/7 BEC, de 19 DEZ 19, requerimento solicitando movimentação por interesse próprio.

3º Sgt **TAINÃ** ARAÚJO NERY DA CUNHA

Em consequência a 1ª Seção, o militar e os demais interessados tomem conhecimento e as providências decorrentes.

(Nota BI nº 268-S1.2.1/Of, ST e Sgt Carr, de 20 DEZ 19)

c. ALTERAÇÕES DE CABOS E SOLDADOS

1) Plano de Férias - Alteração

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl. 161

Gestor de Compras | IRP | Manifestar Interesse | Analisar IRP | Quadro de IRP | Sair

Ambiente: PRODUÇÃO

Manter IRP

07/08/2020 07:54:55

Objeto | Gestor | **Itens** | Divulgar IRP

Copiar Itens

Filtro

N° do Item | Descrição do Item | Situação do Item: Todos

Listar Apens Itens sem Local de Entrega para a UASG Gestora

Pesquisar | Limpar

Excluir	N° do Item	Tipo de Item	Item	Unidade de Fornecimento	Valor Unitário Estimado (R$)	Município/UF de Entrega - Quantidade	Situação	Ações
☐	1	Serviço	3182-Transporte marítimo e fluvial de pessoal , carga	Unidade	[redacted]	Rio Branco/AC 24150000	Edição	Alterar
☐	2	Serviço	3182-Transporte marítimo e fluvial de pessoal , carga	Unidade	[redacted]	Rio Branco/AC 1000000	Edição	Alterar
☐	3	Serviço	3174-Transporte aéreo por helicóptero , avião	Unidade	[redacted]	Rio Branco/AC 500	Edição	Alterar
☐	4	Serviço	3174-Transporte aéreo por helicóptero , avião	Unidade	[redacted]	Rio Branco/AC 15	Edição	Alterar
☐	5	Serviço	3174-Transporte aéreo por helicóptero , avião	Unidade	[redacted]	Rio Branco/AC 300	Edição	Alterar
☐	6	Serviço	3174-Transporte aéreo por helicóptero , avião	Unidade	[redacted]	Rio Branco/AC 15	Edição	Alterar
☐	7	Serviço	3174-Transporte aéreo por helicóptero , avião	Unidade	[redacted]	Rio Branco/AC 300	Edição	Alterar
☐	8	Serviço	3174-Transporte aéreo por helicóptero , avião	Unidade	[redacted]	Rio Branco/AC 15	Edição	Alterar
☐	9	Serviço	3174-Transporte aéreo por helicóptero , avião	Unidade	[redacted]	Rio Branco/AC 300	Edição	Alterar
☐	10	Serviço	3174-Transporte aéreo por helicóptero , avião	Unidade	[redacted]0	Rio Branco/AC 15	Edição	Alterar
☐	11	Serviço	3174-Transporte aéreo por helicóptero , avião	Unidade	[redacted]	Rio Branco/AC 300	Edição	Alterar
☐	12	Serviço	3174-Transporte aéreo por helicóptero , avião	Unidade	[redacted]	Rio Branco/AC 15	Edição	Alterar
☐	13	Serviço	3182-Transporte marítimo e fluvial de pessoal , carga	Unidade	[redacted]	Rio Branco/AC 2000	Edição	Alterar

13 registros encontrados, exibindo todos os registros.

Incluir Item | Excluir Selecionados | Finalizar Inclusão

(*) Campo de preenchimento obrigatório.

Solução SERPRO

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

Fl 162

PARECER DO ORDENADOR DE DESPESAS

Motivado pelo poder-dever das funções de Ordenador de Despesas Substituto concomitantemente aos princípios básicos da publicidade, legalidade, da moralidade, da economicidade, da eficiência e da razoabilidade; bem como visando dar celeridade às eventuais necessidades de contratação do objeto do certame em questão por parte desta Administração, resolvo, proceder com a abertura do Pregão Eletrônico SRP nº 023/2020 – 7º BEC, cujo objeto é a contratação de serviços de transporte fluvial e aéreo.

Por conseguinte, insta ressaltar que, a abertura do Processo Administrativo nº 64045.013469/2020-27 dar-se-á por ocasião da eventual designação desta Organização Militar pelo Escalão Superior, para fins de execução da obra do aeroporto de Santa Rosa do Purus-AC cuja previsão de início das atividades ocorrerá em outubro do corrente ano.

Ademais, esta Administração por intermédio do Pregão Eletrônico SRP nº 033/2019 – 7º BEC que encontra-se na fase de adjudicação e homologação, respectivamente, estimou um quantitativo que permitirá apenas o início da mobilização prevista para àquela obra. Todavia, os quantitativos sugeridos neste novo certame permitirão atender plenamente ao que se propôs uma obra dessa envergadura segundo o Plano de Trabalho específico disponível na aba do ETP digital nº 3/2020 ora cadastrado no sistema Compras Governamentais.

Insta ressaltar que, a localização geográfica daquele município no Estado do Acre, *consideravelmente*, constitui um fator impeditivo para o cumprimento da missão quer seja pela ausência do modal rodoviário, quer seja pela oscilação pluviométrica na região a qual influencia diretamente na navegação fluvial dos rios e seus afluentes (período chuvoso e não chuvoso).

A seu turno, o referido processo será encaminhado para a emissão de parecer jurídico pela CJU/AC, haja vista tratar-se de uma ***"nova licitação"***, embora mantido o mesmo objeto, modalidade de licitação e seus dispositivos legais.

Destarte, será aberta uma nova Intenção de Registro de Preços (IRP) IRP nº 00031/2020 – 7º BEC para a operacionalidade em tela, porém, não será divulgada para participação de outros órgãos ou entidades interessadas, principalmente, devido a exiguidade de prazo por parte desta Organização Militar para iniciar a mobilização dos equipamentos e materiais a serem empregados na fase inicial.

Nesse contexto, respeitando os princípios constitucionais e básicos ínsitos à Lei de Licitações neste país, reitero, a adoção das medidas retromencionadas satisfeitos os motivos a seguir:

1. DA ABERTURA DE UMA NOVA LICITAÇÃO COM O MESMO OBJETO:

1.1. Prosseguindo a abordagem anterior, esta Organização Militar realizou o Pregão Eletrônico SRP nº 033/2019 – 7º BEC cujo objeto é a contratação de serviços de transporte fluvial e aéreo, o qual teve sua

abertura em 08 de julho de 2020. Todavia, os quantitativos inicialmente estipulados não atenderam ao cumprimento total da execução da obra, visto que, necessitavam de uma consolidação de informações cujo planejamento foi realizado ao longo dos meses subsequentes pela Administração.

1.2. No certame supracitado houve 01 (um) item deserto (item nº 08 – transporte aéreo de pessoal). Logo, a Administração reviu as circunstâncias que favoreceram o manifesto desinteresse dos licitantes do ramo, e, sucessivamente, realizou alterações substanciais quanto ao serviço de transporte aéreo segundo orientações obtidas junto à ANAC-AC. Não obstante, foi elaborado um novo Termo de Referência e refeita a pesquisa de preços para os serviços pleiteados sem que onerasse os cofres públicos, ou seja, tudo em estrita observância aos princípios básicos da legalidade e economicidade com ênfase no aproveitamento do êxito.

1.3. Os serviços discriminados no Anexo I – Termo de Referência do Edital são imprescindíveis ao Batalhão, visto que, não possui o modal rodoviário que permita chegar ao município de Santa Rosa do Purus-AC tampouco esta Instituição possui balsas para realizar o transporte fluvial. Face ao exposto, urge no momento a realização de um certame para suprir tais necessidades, sob pena de, no mínimo, limitar a capacidade operacional que envolve essa frente de serviço sob nossa responsabilidade.

1.4. Nessa enfoque, urge no momento a realização de um novo certame para suprir tais necessidades, sob pena de frustrar o planejamento realizado e comprometer a logística que envolve a continuidade dos serviços executados.

2. DA EXIGUIDADE DE PRAZO POR PARTE DESTA ADMINISTRAÇÃO:

2.1. Prosseguindo a abordagem, a possível divulgação da IRP nº 00031/2020 – 7º BEC por parte desta Administração culminará com a dilação de prazo, ainda, superior aquele almejado pelo 7º BEC, para a futura abertura do certame, e, sucessivamente, a concretização dos seus atos subsequentes: a adjudicação, a homologação, principalmente, a contratação dos serviços mediante a emissão de empenho, visto que, o prazo para divulgação são de **05 (cinco) dias úteis**, e, consequentemente, acudindo interessados prorroga-se por mais **02 (dois) dias úteis** para a confirmação da participação perfazendo o total de **07 (sete) dias úteis**.

2.2. Ademais, ocorre que, alguns órgãos e entidades protelam em encaminhar os documentos mínimos que satisfaçam a composição do processo licitatório, tais como: Requisição, Termo de Referência e as Pesquisas de Preços, esta última, é agravada a situação quando a aludida Unidade Gestora Participante (UGP) é domiciliada em outro estado da federação e não encaminha a Pesquisa de Preços, visto que, os valores de referência praticados no mercado e informados no referido Termo de Referência são distintos em relação aos informados pelo Órgão Gerenciador (OG) responsável pela promoção da licitação.

Rio Branco, AC, 05 de agosto de 2020.

PAULO ANDRÉ MOREIRA SANTOS – Major
Ordenador de Despesas Substituto do 7° BEC

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl. 164

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA – 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

JUSTIFICATIVA PARA A PERMISSÃO DE FUTURA ADESÃO DE INTERESSADOS NÃO-PARTICIPANTES

Esta UASG autoriza a adesão à ata de registro de preços por outros órgãos ou entidades, na condição de UG não Participante - "*carona*" - primordialmente por ser uma possibilidade prevista no art. 22, § 9º, do Decreto nº 7.892/2013, o qual aduz que:

> *"Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência,* ***poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal*** *que não tenha participado do certame licitatório,* ***mediante anuência do órgão gerenciador.****" (grifado)*

Ressalta-se que, a prova da vantajosidade em utilizar-se da presente Ata na condição de "*carona*" cai, principalmente, sobre a UG não Participante, conforme insculpido no § 1º-A, do art. 22, do Decreto nº 7.892/2013:

> *"§ 1º-A A manifestação do órgão gerenciador de que trata o § 1º fica condicionada à* ***realização de estudo,*** *pelos órgãos e* ***pelas entidades que não participaram*** *do registro de preços, que demonstre o ganho de* ***eficiência, a viabilidade e a economicidade*** *para a administração pública federal da utilização da ata de registro de preços, conforme estabelecido em ato do Secretário de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão." (grifado)*

Ademais, a cooperação entre os órgãos da Administração Pública, no que diz respeito às aquisições é prática favorável que corrobora no alcance de seus objetivos. Assim sendo, a possibilidade de aquisição de bens e/ou da contratação de serviços utilizando-se desse instrumento denominado "carona" constitui no caso concreto uma forma de ajuda mútua que vai ao encontro da consecução desses objetivos.

Não obstante, na Amazônia Ocidental, particularmente, no Estado do Acre ocorre um número elevado de casos em que licitações são declaradas *fracassada(s)* ou *desertas*. Portanto, muitos desses casos o motivo do insucesso deve-se à logística diferenciada para esta região do país, no qual os preços destinados aos produtos e serviços prestados são maiores em relação aos praticados nas demais regiões brasileiras. Tal cenário, no mínimo, desencoraja os fornecedores a participarem dos certames ora promovidos. Cite-se que, não foi divulgada a IRP nº 00031/2020 – 7º BEC pelos motivos elencados no Parecer do Ordenador de Despesas razão pela qual reforça-se autorizar a "carona" às futuras UGNP.

Face ao exposto, cresce de importância que os órgãos e entidades ora sediados nesta Unidade da Federação ao serem contemplados com a descentralização de recursos orçamentários utilizem-se da ferramenta "carona", visto que, inegavelmente, é uma alternativa decisiva para a execução da despesa nas finalidades planejadas, portanto, essa alternativa constitui-se um meio para atingir a eficiência almejada.

A seu turno, cito, ainda, como favorável à utilização da *"carona"* os seguintes fatores: celeridade, eficiência, economicidade (pessoal, material e processual); bem como estimular a *eficácia* na correta gestão dos recursos financeiros, esta última, comprovada com a economia de gastos exacerbados com publicações na Imprensa Oficial e no(s) jornais de grande circulação local ou regional, conforme o caso.

Rio Branco, AC, 05 de agosto de 2020.

PAULO ANDRÉ MOREIRA SANTOS – Major
Ordenador de Despesas Substituto do 7º BEC

(MINUTA)

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 023/2020
(Processo Administrativo nº 64045.013469/2020-27)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO – 7º BEC (UASG: 160001)**, por meio da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos – SALC, sediado na Avenida Nações Unidas, 2.100, Bairro 7º BEC, Rio Branco-AC, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento (menor preço global por grupo e menor preço por item), sob a forma de execução indireta, no regime de *empreitada por global* (para os grupos nº 01, 02, 03, 04, 05 e 06) e *empreitada por preço unitário* (para o item nº 13), nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto n.º 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017, nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: xx/xx/xxxx
Horário: xx:xx horas (horário de Brasília/DF)
Local: Portal de Compras do Governo Federal - [redacted]

1. **DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de transporte fluvial e aéreo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em **grupos** (para os itens nº 01, 02, 03, 04, 05 e 06) e **item** (para o item nº 13), conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos ou itens forem de seu interesse.

1.3. O(s) critério(s) de julgamento adotado(s) será(ão) o **menor preço global por grupo** (para os grupos nº 01, 02, 03, 04, 05 e 06) e **menor preço por item** (individualmente para o item nº 13), observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. **DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

Fl. 166

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2 ~~Para os itens ....., ..., ..., a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006~~.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6 entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.8 instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017).

Fl 167

4.2.8.1. É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

4.2.9 sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

OU

4.3. ~~Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação~~.

4.3.1. ~~Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007~~.

4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4. Nos termos do art. 7° do Decreto n° 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5. É vedada a contratação de uma mesma empresa para dois ou mais serviços licitados, quando, por sua natureza, esses serviços exigirem a segregação de funções, tais como serviços de execução e de assistência à fiscalização, assegurando a possibilidade de participação de todos licitantes em ambos os itens e seguindo-se a ordem de adjudicação entre eles *(ou lotes/grupos)* indicada no subitem seguinte.

4.5.1 *(~~indicar a ordem de adjudicação~~)*

4.6. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.6.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

DIVISÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl. 162

4.6.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

4.6.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.6.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.6.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.6.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.6.6 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

4.6.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.6.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

1 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl. 169

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor unitário e total do item (conforme sua disposição em grupos ou itens);

6.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1° do artigo 57 da Lei n° 8.666, de 1993.

6.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2° da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.4. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

FL 170

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias,** a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

DIRETORIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl. 122

7.5.1 *O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item (tanto para os itens que formam o grupo ou aquele que concorrerá individualmente).*

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R$ 0,01 (um centavo de real).**

7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.9.1 **Consubstanciado, no art. 15, do Decreto nº 10.024, de 2019, que trata sobre a possibilidade de divulgar, ou não, o valor estimado ou o valor máximo aceitável. Considero que, neste caso concreto, deverá ser "divulgado" no Anexo I – Termo de Referência, pois, tais valores estipulados pela Administração facilitarão ao(s) interessado(s) em participar do certame elaborar melhor a proposta de preços e seus custos estimados, em face da complexidade que envolve a execução dos serviços objeto da licitação.**

7.9.2 **A logística que envolve a obra em tela, consumirá boa parte dos recursos descentralizados na contratação dos serviços de transporte fluvial e aéreo e diante da importância que este processo demanda as informações repassadas no Edital e anexos permitirão o melhor dimensionamento por parte de quaisquer interessados, sobretudo, porque a Administração ficará sobremaneira prejudicada com a provável hipótese da licitação resultar em "fracassada" ou "deserta" comprometendo a credibilidade da Instituição perante a sociedade acriana que anseia pela realização de condições mais favoráveis naquela região. Ademais, os dispositivos que ora embasam o caráter sigiloso (*§ 3º do art. 7º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no art. 20 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012*), não atendem no momento ao interesse deste Órgão Gerenciador da licitação para assim aplicá-lo.**

7.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

~~OU~~

7.9. ~~Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado~~.

7.14. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.15. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.15.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.16. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.16.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.17. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.18. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.19. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.20. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.21. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.22. O critério de julgamento adotado será o **menor preço global (referente aos grupos nº 01 ao 06) e menor preço por item (referente ao item nº 13)** ~~/maior desconto~~, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.23. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.24. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

DIVISÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl. 123

7.25. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.26. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.27. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.28. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.29. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.30. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.30.1 prestados por empresas brasileiras;

7.30.2 prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.30.3 prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.31. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.32. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.32.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.32.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.32.2.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

FL 174

7.33. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

8.3. A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

8.4. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

8.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.5.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.5.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.5.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.5.4 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão n. 1455/2018-TCU- Plenário), percentual de desconto inferior ao mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.5.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.5.4.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5.4.1.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

FL 175

8.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.7. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.8. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.8.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.9. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

8.9.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.9.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

8.10. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.11. O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

8.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

8.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

DIVISÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 176

8.15. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.16. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.17. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

9.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/).

9.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
Fl. 177
7 BATALHÃO

9.1.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. Habilitação jurídica:

FL 128

9.8.1 *no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;*

9.8.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.3 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.5 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

~~9.8.6 no caso de exercício de atividade de .....: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos do art. ..... da (Lei/Decreto) nº .....~~

9.8.7 *No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.*

9.8.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.9. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

DIRETORIA DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl. 177

9.9.6 prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7 caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.8 ~~Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.~~

9.10. Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.10.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

9.10.2.3. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.10.3 comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.4 As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez

Fl 180

Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de **10% (dez por cento)** do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

9.10.5 As empresas deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:

9.10.5.1. Comprovação de possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado para a contratação ou item pertinente, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis já exigíveis na forma da lei;

9.10.5.2. Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contáveis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

9.10.5.3. Comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo ....., de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital;

9.10.5.3.1. a declaração de que trata o item acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social;

9.10.5.3.2. quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

9.11. Qualificação Técnica:

9.11.1 ~~Registro ou inscrição da empresa licitante na entidade profissional ..... (escrever por extenso, se o caso), em plena validade~~;

9.11.2 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.2.1. ~~Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a serviços executados com as seguintes características mínimas~~:

9.11.2.1.1. ~~Deverá haver a comprovação da experiência mínima de..... anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os ..... anos serem ininterruptos,~~

~~conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017~~.

9.11.2.1.2. ....
9.11.2.1.3. ....
9.11.2.1.4. ....

9.11.2.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.11.2.3. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

9.11.2.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

9.11.2.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

9.11.3 ~~Declaração de que instalará escritório na cidade de XXXX, ou em um raio máximo de até XXXX km da cidade de XXXX (adequada ao item para o qual apresentar proposta) a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6, 'a', do anexo VII da IN SLTI/MP nº 05/2017, conforme modelo do Anexo ____ deste Edital. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório~~.

9.11.4 ~~Prova de atendimento aos requisitos ....., previstos na lei .....~~:

9.11.5 As empresas deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, caso exigida no Termo de Referência.

9.11.5.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

9.12. *Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:*

DIVISÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
FL 182

9.12.1 *A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;*

9.12.2 *A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;*

9.12.3 *A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;*

9.12.4 *O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;*

9.12.5 *A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e*

9.12.6 *Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;*

9.12.7 *A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.*

9.13. Tratando-se de licitantes reunidos em consórcio, serão observadas as seguintes exigências:

9.13.1 comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelas empresas que dele participarão, com indicação da empresa-líder, que deverá possuir amplos poderes para representar os consorciadas no procedimento licitatório e no instrumento contratual, receber e dar quitação, responder administrativa e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação;

9.13.2 apresentação da documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

9.13.3 comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, na forma estabelecida neste edital;

9.13.4 demonstração, pelo consórcio, pelo somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, do atendimento aos índices contábeis definidos neste edital [, com o acréscimo de 30%], para fins de qualificação econômico-financeira, na proporção da respectiva participação;

9.13.4.1. Quando se tratar de consórcio composto em sua totalidade por micro e pequenas empresas, não será necessário cumprir esse acréscimo percentual na qualificação econômico-financeira;

7 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 183

9.13.5 responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

9.13.6 obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras;

9.13.7 constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato; e

9.13.8 proibição de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

9.14. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.15. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.15.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.16. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.17. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.19. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.20. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.21. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
FL 184

9.21.1 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.22. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, **caso seja exigida**.

10.1.3 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

DIVISÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl. 235

11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

Fl 186

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

15.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

15.4.1 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame;

16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

16.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

16.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

16.3.2 a Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

16.3.3 a Contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

16.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

16.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas,

observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

16.5.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

16.5.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

16.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17. DO REAJUSTE

17.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

18.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

19.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

20. DO PAGAMENTO

20.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20.1.1 ~~É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação de que trata este Instrumento Convocatório, nos termos do previsto na minuta contratual anexa a este Edital.~~

20.1.2 ~~A presente contratação permite a antecipação de pagamento, conforme as regras previstas no Termo de Referência.~~

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

21.1.1 não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.2 não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

21.1.3 apresentar documentação falsa;

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl. 183

21.1.4 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.5 ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.6 não mantiver a proposta;

21.1.7 cometer fraude fiscal;

21.1.8 comportar-se de modo inidôneo;

21.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.4.1 Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.4.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

21.4.3 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.4.4 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.4.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

21.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
FL 189

21.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

22.1. *Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.*

22.2. *A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.*

22.3. *Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.*

22.4. *Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto n° 7.892/213.*

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

23.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

23.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail: licita7bec@hotmail.com, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço: Avenida Nações Unidas, nº 2.100, Bairro 7º BEC, CEP: 69.918-093, Rio Branco/AC, na Seção de Protocolo do 7º BEC.

23.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação

23.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

23.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

23.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

1 BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl 110

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida Nações Unidas, 2.100, Bairro 7º BEC, Rio Branco/AC, nos dias úteis, no horário das 9 horas às 12 horas e das 14 horas às 16 horas, de segunda a quinta e das 8 horas às 12 horas na sexta feira, no mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

24.12.1 ANEXO I – Termo de Referência;

24.12.2 ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços, se for o caso.

24.12.3 ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

24.12.4 ANEXO IV – Planilha de Custos e Formação de Preços;

24.12.5 ANEXO V – Minuta da Carta de Apresentação da Proposta de Preços;

24.12.6 ANEXO VI – Termo de Vistoria (modelo);

24.12.7 ANEXO VII – Instrumento de Medição do Resultado (IMR).

Rio Branco, AC, xx de xxxxxxx de 2020.

PAULO ANDRÉ MOREIRA SANTOS – Major
Ordenador de Despesas Substituto do 7° BEC

7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
Fl. 191

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
CMA - 2º Gpt E
7º BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO
BATALHÃO BARÃO DO RIO BRANCO

TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de 2020, procedo ao encerramento deste volume nº 01 do processo nº 64045.013469/2020-27 contendo 191 (cento e noventa e uma) folhas, abrindo-se em seguida o volume nº 02.

Cláudio A. da Silva

CLÁUDIO ALBUQUERQUE DA SILVA - 1º Sgt
Auxiliar da SALC